



Alim Mariot

Um
Ensaio Teórico
a partir do
Inventário Bruxesco

Mulheres, violência e narrativa

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

Alini Mariot

**UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DO INVENTÁRIO
BRUXESCO: MULHERES, VIOLÊNCIA E NARRATIVA**

São Leopoldo
2025

Alini Mariot

**UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DO INVENTÁRIO
BRUXESCO: MULHERES, VIOLÊNCIA E NARRATIVA**

Tese apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Doutora em Educação pelo Programa
de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – UNISINOS.

Orientadora:
Profa. Dra. Betina Schuler

São Leopoldo
2025

M342e Mariot, Alini.
Um ensaio teórico a partir do inventário bruxesco
: mulheres, violência e narrativa / Alini Mariot. – 2025.
112 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em
Educação, 2025.

“Orientadora: Profa. Dra. Betina Schuler”

1. Educação. 2. Inventário bruxesco. 3. Mulheres.
4. Políticas públicas. 5. Violência. I. Título.

CDU 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Alini Mariot

UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DO INVENTÁRIO BRUXESCO: MULHERES, VIOLÊNCIA E NARRATIVA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Betina Schuler

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciane Sgarbi S. Grazziotin

Assinatura: _____

Profa. Dra. Samantha Dias de Lima

Assinatura: _____

Profa. Dra. Maria Claudia Dal Igna

Assinatura: _____

Profa. Dra. Marli Legemann

Assinatura: _____

Profa. Dra. Maria Alice Gouvea Campesato

Assinatura: _____

RESUMO

A presente tese apresenta-se como um ensaio teórico para analisar como a escola pode funcionar, ainda, como uma “antifogueira” no enfrentamento da violência contra as mulheres, a partir da figura da bruxa. Para tanto, cria um inventário bruxesco para contar a história de mulheres assassinadas, desde a antiguidade até o presente, uma vez que, embora as fogueiras visíveis tenham se apagado, as violências contra as mulheres continuam vivas nas práticas contemporâneas. Nesta investigação, busca-se traçar uma relação entre o patriarcado, a caça as bruxas, a ascensão do capitalismo e o controle dos corpos femininos. A partir dessa configuração histórica, examina também as políticas públicas que buscam combater a violência contra as mulheres, com foco no Brasil. Por fim, esta pesquisa argumenta o quanto a escola pode constituir-se em um espaço crucial para a formação humana que ainda investe em práticas narrativas, permitindo que as pessoas problematizem suas experiências e as dos demais e, a partir disso, criem outras narrativas de si. As principais referências teóricas são Federici, Telles, Butler, Foucault, Petit e hooks. A tese conclui que, ao incorporar essas práticas, a escola pode efetivamente tornar-se uma “antifogueira”, capaz de enfrentar a crise narrativa que vivemos e abrir espaços de enfrentamento para lidar com a violência contra as mulheres.

ABSTRACT

This dissertation, as a theoretical essay, analyzes how schools might function as an “anti-bonfire” in confronting violence against women, based on the witch figure. In order to do that, a witchcraft inventory was created to tell the story of women that have been murdered since the ancient times to the present days, as even though the visible bonfires have been extinguished, violence against women is still alive in contemporary practices. This investigation aims to establish a relationship between patriarchy, witch hunts, the rise of capitalism and the control of female bodies. Based on this historical view, it also examines public policies that seek to combat violence against women, with a focus on Brazil. Finally, this research argues that schools can be a crucial space for human formation that still invests in narrative practices, by enabling people to problematize their own experiences as well as those of others, thus being able to create other narratives of themselves. The main theoretical references are Federici, Telles, Butler, Foucault, Petit and hooks. It has been concluded that, by incorporating these practices, the school can effectively become an “anti-fire”, capable of both facing the narrative crisis we have been experiencing and opening up spaces for confrontation to deal with violence against women.

DEDICATÓRIA

A todas aquelas que vieram antes,
bruxas que abriram trilhas, desbravando o chão,
e a todas que virão depois,
herdeiras de nossa força e tradição.
Às que arderam em fogueiras cruéis,
às que a força tentou silenciar,
por ousarem ser bruxas, fortes e livres,
por ousarem viver, por ousarem lutar.
Àquelas presas em celas de dor
ou nas jaulas invisíveis de seus próprios lares
e às que ainda não conhecem seu poder,
mas brilham, mesmo em cativeiros díspares.
Às bruxas que resistem, que recusam o silêncio,
que enfrentam o mundo e seus grilhões,
que desafiam as amarras da história
e transformam saberes em lições.
Que estas palavras, e esta tese,
sejam passos na estrada de todas nós,
rompendo correntes, traçando o caminho
e levando ao coração um acalento em voz.
Que elas aqueçam teu peito em resistência,
como aqueceu o meu em luta e amor,
abrindo caminhos, libertando almas
e fortalecendo o nosso clamor.

Com carinho,
Alini Mariot

SUMÁRIO

INICIAÇÃO BRUXESCA.....	11
INVENTÁRIO BRUXESCO.....	28
1.REVISITANDO ESCRITAS BRUXESCAS.....	90
1.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA.....	98
2. BRUXA, CAPITALISMO E O PATRIARCADO: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A POTÊNCIA DA NARRATIVA NA ESCOLA.....	104
2.1 TIPOLOGIA BRUXESCA.....	104
2.2 TECENDO RELAÇÕES ENTRE A BRUXA, O PATRIARCADO E O CAPITALISMO.....	116
2.3 AS BRUXAS NUNCA PARARAM DE QUEIMAR!.....	154
2.4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E HISTORICIZAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL.....	169
2.5 POTÊNCIA DA NARRATIVA NA ESCOLA COMO FORMAÇÃO HUMANA: RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	198
CONDIÇÕES BRUXESCAS.....	230
REFERÊNCIAS.....	244

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ARTIGOS PUBLICADOS NO SCIELO: BRASIL.....92

QUADRO 2 - APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS ENCONTRADOS.....94

INICIAÇÃO BRUXESCA

Para início de conversa, era uma vez uma bela garotinha de uma cidadela chamada Orleans, situada em Santa Catarina. Seu maior sonho era ser imortal, pois queria ver as pessoas próximas envelhecerem, virarem pó, e ela estaria lá para narrar suas histórias. Sua vizinha, toda semana, narrava histórias divertidas e, algumas vezes, assustadoras, e essas aventuras despertaram inúmeros desejos na garota, como o de ser escritora e sonhar com um mundo onde não teria que seguir os padrões, ou seja, onde não precisaria preocupar-se com o enxoval de casamento, nem aprender a bordar e a cozinhar.

Com o passar dos anos, a garotinha foi crescendo e iniciou sua vida escolar. Já no seu primeiro ano, passou por alguns percalços, assim como toda moça que vai se aventurar por uma floresta para chegar à casa da vovó. Nessa história, ela se aventurou para chegar à sua escola, porque ela sabia que só assim realizaria seu sonho – e é preciso salientar que lobo mau existe! Talvez isso tenha tirado um pouco o doce de seu coração, talvez isso tenha feito com que ela ficasse na dúvida se realmente queria viver para sempre ou buscar saberes para entender a maldade humana.

Quando aquela garotinha chegou ao 5º ano, carregava uma mistura peculiar de doçura e rebeldia. Em um de seus pequenos atos de ousadia, certa vez, fugiu da sala de aula e encontrou refúgio na biblioteca da escola. Até então, havia estudado em uma escola multisseriada no interior, onde os livros eram escassos e se limitavam a cartilhas de alfabetização. Agora, em uma escola nova na cidade, ao caminhar pelos corredores cheios de estantes, cercada por tantas histórias, algo dentro dela despertou. O coração, antes acelerado pela descoberta, de repente silenciou, como se o tempo parasse diante daquele universo de palavras que ela nunca havia imaginado existir.

Era um silêncio tão grande, um momento de mergulho na própria existência, o que a fez sentir-se dentro de um tronco de árvore oca por um segundo.

Ao ler um livro intitulado *Drácula*, por segundos, parecia que ela tinha se encontrado, simplesmente pela capa e por ser sobre um ser eterno, chupador de sangue, malvado, o vilão maldoso. Mas, espera aí, ele não era um sanguessuga. Pelo desenrolar da história, ela descobriu que se tratava de um empalador, um príncipe que resistiu bravamente durante anos, evitando que os turcos avançassem por certa região da Europa, mas que acabou derrotado pelos otomanos. Porém, não sem antes ter matado, de forma cruel, dezenas de milhares deles e construído uma reputação tão eterna quanto a pós-vida

de um vampiro. Então vem a reflexão: não necessitamos ser vampiros para sermos eternos; existem outros meios de isso ser concretizado, como o que deixamos escrito para as próximas gerações. Como diz Bram Stoker (1897), “o mundo parece cheio de bons homens, mesmo que existam monstros nele”.

Com esta reflexão, dou início a outro ponto de vivência daquela garotinha.

Escrevo meus devaneios a fim de refletir sobre quem era a Alini de fato. Então, nestas reflexões, e por entrar em outros capítulos, outros livros, outras aventuras, deparei-me com a figura da bruxa, que sempre era má, feia e culpada de algo ruim que fizera a alguém bom. Ela simplesmente jogava as criancinhas em seu imundo caldeirão e as comia. Malvado isso, não é? Ou ela era uma mulher depravada, sedutora, e “coitado do homem” que caísse nesta sedução. Ainda assim, acho que essa figura horrorosa despertou algo em mim, talvez alguns desejos suprimidos por ser diferente do que minha cidadela provinciana desejava que eu fosse; bom, talvez eu gostasse de dominar a arte de voar em vassouras.

Em minhas meras reflexões e histórias, a bruxa era uma figura lendária descrita de modo pejorativo. Em cada viagem à biblioteca, conhecia inúmeras outras histórias que traziam a bruxa como personagem, mas nunca como uma grande revolucionária. Hoje estou mais madura, com uma bagagem mais sólida e reflexões mais embasadas, em processo de

finalização da escrita da minha tese. Trata-se de um momento por vezes solitário, mas que tem trazido questões que me rondaram a vida inteira.

O sobrenatural, o oculto, ainda é algo que nos traz estranhamento, principalmente em se tratando dos mortos-vivos, dos vampiros, do poder de bruxas. Porém, algo nesse desabrochar noturno é óbvio. O horror causado por essas criaturas, o pavor, o medo, são imensos. No entanto, o fascínio por entender esses medos ocultos da humanidade é algo que me preenche diariamente. Gábor Klaniczay, em *Decline of Witches and Rise of Vampires in 18th Century Habsburg Monarchy* (1987), escreveu que, “entre a abolição da perseguição às bruxas e os casos de vampirismo, há uma conexão”. Nesta pesquisa, foquei na figura da bruxa como forma de resistência. Segundo Foucault, “o conceito de resistência não é essencialmente da ordem de denúncia moral ou da reivindicação de um direito determinado, mas de ordem estratégica e de luta” (2018, p. 267). Para Foucault, toda relação de poder pressupõe possibilidade de resistência.

Desde muito jovem, eu sonhava em revolucionar o mundo, mas, com o passar dos anos, percebi que isso não seria uma tarefa muito fácil, e sim uma tarefa árdua. Minha trajetória acadêmica foi pautada na inclusão da diversidade, pelo fato de ter um irmão deficiente. Minha primeira formação foi em Pedagogia, sendo que, no segundo semestre, devido à

minha convivência com a comunidade surda e aos cursos na área de Libras, fui contratada como intérprete na Rede Estadual de Ensino. Construí, junto com a escola e com os estudantes da sala, diferentes meios de ensino para a estudante surda matriculada naquela instituição, pois a direção acreditava que ela precisava sair da escola formada por capacidade própria e nos dava todo o apoio possível.

No decorrer do tempo, o projeto foi ampliado, passando a chamar-se Projeto Bilíngue. No final do curso, iniciei uma pesquisa, buscando saber por quais metodologias de ensino os surdos da associação passaram, trazendo pontos positivos, negativos e as influências na vida de cada um. Tal pesquisa tornou-se o meu trabalho de conclusão de curso na graduação, intitulado *Trajetória escolar de sujeitos surdos na cidade de Criciúma e região*. Tinha o objetivo de investigar as memórias dos sujeitos surdos, visando às estratégias diferenciadas para o ensino.

Em 2018, assumi a coordenação do Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Específicas (PAENE), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). No polo da universidade em Santo Antônio da Patrulha, tornei-me responsável por implementar ações voltadas à inclusão de estudantes com deficiência. Paralelamente, atuei como intérprete de Libras na disciplina de Tecnologias de Informação

e Comunicação na Educação, do curso de Ciências Exatas - Licenciatura, que contava com dois estudantes surdos matriculados. Essa experiência prática foi fundamental para embasar meu mestrado, direcionado a buscar melhorias no processo de ensino e aprendizagem para a comunidade surda.

A partir de minha pesquisa de mestrado, dei-me conta de um processo muito importante, a diversidade, que inúmeras vezes considerei ser desconhecido por quem deveria praticar a inclusão. Fiz, então, uma nova pergunta: como esses sujeitos atuarão no mercado de trabalho se, no momento de sua formação, não tiveram as oportunidades corretas? Esse foi meu primeiro doutorado, em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Busquei entender as políticas públicas de inclusão do sujeito nomeado como “diferente” no mercado de trabalho e tive a rica oportunidade de ampliar esse desafio na Espanha, onde minha paixão pelas bruxas foi imensamente alimentada. Durante todo esse processo de doutoramento, mantive viva a Alini da minha infância. Ela passou por inúmeros traumas, mas teve força para construir uma trajetória inclusiva.

Nesse processo, a figura da bruxa veio me acompanhando na travessia, e posso dizer que, por muitas vezes, foi meu porto. Diante de minha trajetória e de minhas indagações, penso nesta segunda tese, agora em Educação, desenvolvida no PPGEDU na Unisinos. Meu objetivo é destacar, em um primeiro momento, o processo

de conhecimento da bruxa, os conceitos que permeiam essa figura lendária, mas aqui tomada como um lugar no discurso, uma produção discursiva.

Assim, produzi um inventário como que fazendo uma historicização de mulheres que, como bruxas, foram perseguidas, torturadas, queimadas, enforcadas, afogadas e violadas, desde a antiguidade até o tempo presente. Nesse inventário, também busco mostrar a regularidade com que a violência vem atravessando as vidas das mulheres nomeadas bruxas. A partir disso, esta tese procura ensaiar teoricamente a relação entre a figura das bruxas, a violência contra as mulheres, a constituição do capitalismo e a potência, ainda, da narrativa na escola. O foco desta pesquisa é analisar e desmontar as relações que sustentam as desigualdades entre os gêneros, considerando que, em nossa cultura, sexo e gênero estão profundamente entrelaçados. As mulheres, historicamente, enfrentam discriminação devido à instituição do gênero, que estrutura as normas sociais e reforça desigualdades.

A figura da bruxa está fortemente implicada com as relações de forças do patriarcado e do capitalismo, e a caça às bruxas pode ser considerada como um dos genocídios praticados no mundo, destruindo suas narrativas, sufocando sua história e obtendo controle sobre seus corpos. Para discutir tais conceitos, trago as autoras Federici (2017) e Telles (2021)

e o autor Foucault (2008). A partir das discussões acima, vou ampliando este ensaio teórico, tecendo os conceitos anteriores com o conceito de gênero¹, a violência contra a mulher e uma historização das políticas públicas no Brasil voltadas para a proteção das mulheres, pois elas continuam a ser queimadas.

Para fechar esta tese como ensaio teórico, trago a escola como possibilidade de resistência, buscando narrativas que possam ser *antifogueira*, para pensarmos mais uma vez em como resistir – e talvez um modo de resistir ainda seja narrar histórias, em vez de reduzir a educação a habilidades e instrumentos que necessitam ter rápida aplicação. Talvez narrar ainda possa ter a potência de formar pessoas que consigam olhar para o outro sem o tornar a fonte de todo o mal. Para esta discussão, os autores fundamentais foram Federici (2017), Foucault (2008), Butler (1990), Benjamin (2012) e Louro (2004).

Assim, neste estudo, entrelaçam-se os conceitos de capitalismo, patriarcado, violência de gênero, gênero, narrativa e resistência, para a abordagem do problema de

1 Segundo Joan Scott (1995, 24), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” É fundamental ressaltar que gênero se refere aos aspectos sociais atribuídos ao sexo biológico; está, portanto, vinculado a construções culturais e sociais, e não a características inerentes ou naturais. Nesta pesquisa, propõe-se, então, problematizar como essas construções contribuem para as desigualdades e a violência direcionada às mulheres, aqui especificamente as consideradas bruxas.

pesquisa: **de que modo a escola pode funcionar como uma antifogueira, em se tratando da violência contra as mulheres, a partir da narrativa de um inventário bruxesco?** O principal objetivo é refletir sobre o modo pelo qual a escola pode funcionar como uma antifogueira, tratando da violência contra as mulheres, a partir da narrativa de um inventário bruxesco. Como objetivos específicos, elencam-se: a) problematizar as relações entre o capitalismo, o patriarcado e a figura da bruxa; b) descrever e interrogar as violências de gênero e a historicização das mulheres no Brasil; c) pensar como a escola pode ser resistência para enfrentar a violência contra as mulheres, por meio do potencial da narrativa como experiência estética e formação humana.

A partir da problematização da tese, realizou-se uma pesquisa teórica e bibliográfica com vistas a desconstruir e criar possibilidades de vida e pensamento no contexto escolar mediante a narrativa bruxesca. “A narrativa desempenha um papel de reflexão e transformação, onde histórias vividas e contadas desempenham um papel fundamental na educação de si e dos outros” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 27). As narrativas, ao serem contadas e recontadas, podem ter o poder de enfrentamento, explorando as relações entre as narrativas já existentes e abrindo caminho para outras histórias. O espaço em que a escola se utiliza da narratividade permite que os estudantes reflitam sobre si mesmos, compreendam o

presente e, potencialmente, abram outras brechas de respiro para o futuro. Conforme afirma Walter Benjamin (2012, p. 221), “a narrativa não se limita a transmitir informações, ela se imerge na vida do narrador, transformando experiências pessoais em relatos significativos”.

Utilizo a figura da bruxa como eixo central nesta pesquisa, com possibilidades de entender as regularidades históricas da violência contra as mulheres. Foucault (2002) argumenta que a história é formada por práticas que colocam em funcionamento diferentes relações de saber e poder, constituindo, assim, modos de subjetivação, como os tantos lugares assumidos pelas mulheres, que aprenderam a relacionar-se consigo mesmas a partir de lugares como culpa, hiperssexualização, repressão, irracionalidade e maldade/perversão. Essas construções culturais, que frequentemente perpetuam a violência contra as mulheres, persistem nas narrativas do hoje, e sabemos que a escola pode ser um espaço público de enfrentamento a esse massacre que ainda vem acontecendo.

Para entender esses processos, um inventário foi construído, no qual se destaca a regularidade histórica da violência contra as mulheres consideradas bruxas, desde a antiguidade até os dias atuais. Esse inventário será crucial para demonstrar que a violência contra as mulheres é uma constante nas práticas culturais mais antigas, acentuando-se

na Europa medieval até chegar às sociedades contemporâneas na América Latina e na África. Silvia Federici (2019) reforça a relevância dessa análise ao afirmar que, apesar do fim “formal” da caça às bruxas, a violência contra o feminino continua a manifestar-se, seja sob formas mais sutis de violência e opressão, seja em assassinatos efetivos.

A importância deste estudo teórico reside na possibilidade de ressignificar a figura da bruxa e as narrativas a ela associadas, transformando-as em ferramentas de formação e resistência. Ao fazer isso, espero não apenas problematizar as experiências passadas, mas também proporcionar um espaço para que as novas gerações de educadores e estudantes possam reinterpretar essas histórias e promover uma educação que desafie estereótipos, fomente a inclusão e ajude a interromper ciclos de violência. Essa abordagem crítica é essencial para a formação de um ambiente escolar que, mais do que reconhecer as cicatrizes do passado, também forme os estudantes e as estudantes para reescreverem suas narrativas e moldarem existências mais justas e equitativas.

A pesquisa teve início com o desejo de compreender narrativas relacionadas à violência contra a figura da bruxa. Essa inquietação motivou a revisão bibliográfica que serviu como ponto de partida para a construção do referencial teórico. Os conceitos centrais escolhidos, como a figura da bruxa, e

suas conexões com as violências de gênero e a formação do capitalismo foram essenciais para pensar sobre efeitos que reverberam no presente. Além disso, explorei a potência da narrativa no ambiente escolar, investigando de que maneira essas histórias podem contribuir para discussões sobre gênero e resistência. O inventário bruxesco, que se trata do coração desta pesquisa, retrata uma regularidade histórica, onde procuro aprofundar conceitos importantes, a fim de compreender a bruxa como lugar cultural e histórico quanto à percepção crítica de opressão de gênero que ela representa.

É importante dizer que esta tese se configura como um agradecimento a milhares de mulheres que lutaram muito. É uma tese em que busco honrar essas mulheres, deixando seus nomes destacados, mostrando vestígios de suas histórias, trazendo suas lutas, que foram tragicamente apagadas, para que estas se tornem luz em nosso viver. Trata-se de conseguir lidar com minha própria dor, que diariamente volta e arde muito forte em meu peito. É uma tese em que procuro pensar minhas e nossas dores e, acima de tudo, que vai buscar formas de resistir para que as próximas mulheres que nascerão não precisem passar por essa angústia, nem sentir medo de sua liberdade. Como salienta Amanda Lovelace (2018, p. 21): “Aqueles que consideram ‘bruxa’ um xingamento não poderiam estar mais enganados: bruxas são mulheres capazes de incendiar o mundo ao seu redor”. Este

é o meu maior desejo: que esta tese incendeie o mundo ao meu redor e salve tantas mulheres que ainda queimam nas fogueiras!

Isso porque a escola é, ainda, um espaço vital para interromper a barbárie e prevenir a repetição de violências, como as fogueiras e os apedrejamentos que marcaram e marcam a história. Conforme Foucault (1995) observa, os modos de subjetivação são construídos, e a escola detém um papel central na formação das condutas, mesmo em um mundo dominado por redes sociais e poderes midiáticos.

Metodologicamente, portanto, esta tese apresenta-se como um ensaio teórico focado na regularidade das práticas de violência contra o feminino, partindo da figura da bruxa, atravessando a modernidade e conectando-se ao presente. A proposta é que, ao trazer esse inventário para o ambiente escolar, seja possível fomentar novas possibilidades de resistência e formação crítica, alinhando-se ao pensamento de Adorno (1966) de que a educação deve ter o objetivo de impedir que barbáries como Auschwitz (ou, neste caso, a caça às bruxas) voltem a ocorrer. A metodologia justifica-se ao articular uma temporalidade alargada, sem limitações rígidas, expondo a regularidade dessa violência, como se mostra no inventário e na história brasileira, e o que pode ser feito na educação para romper com esses ciclos opressores e criar espaços de resistência e transformação humana.

Penso que se faz importante registrar que, inicialmente, realizaria oficinas de formação com professoras da escola básica, operando com o inventário produzido. No entanto, duas situações impossibilitaram tal prática de investigação. A primeira delas foi a enchente que assolou o estado do Rio Grande do Sul em 2024 e causou o fechamento de muitas escolas por período prolongado; quando essas escolas reabriram, tiveram que dar conta de uma série de questões. A segunda situação, talvez a mais agravante, foi a tentativa de realizar essas oficinas em diferentes municípios. Todavia, não conseguíamos ter retorno ou tínhamos retorno negativo quando as Secretarias de Educação tomavam conhecimento da temática, alegando que, por questões políticas, não poderiam permitir tal discussão nas escolas.

O inventário foi um primeiro exercício para começar a pensar nas regularidades e nas práticas de subjetivação das mulheres consideradas bruxas. O inventário traz histórias que foram apagadas e, por vezes, tratadas como algo menos importante, não digno de fazer parte da história. Por anos, fomos privadas desses enunciados, considerados marginalizados, do saber feminino. Construir uma narrativa que olhe para essas regularidades pode ajudar-nos em enfrentamentos no presente quando se trata dos processos de subjetivação do feminino. Para Foucault (2016), somos relações que temos uns com os outros e com nós mesmos,

somos as construções, as narrativas que nos atravessam. Por isso, é preciso equipar-se para criar outras possibilidades de existência.

A política da subjetivação em Foucault é indissociável de um trabalho que sujeitos “individuais ou coletivos” realizam sobre si mesmos, a partir de elementos que compõem seu ambiente cultural, social e institucional. Não é uma espontaneidade, mas um conjunto de ações trabalhosas, exigentes, que por vezes exigem um custo pessoal. Este trabalho é realizado como atividade de si para consigo, em interação com um conjunto de elementos que o envolvem e o atravessam. (SMITH, 2015, p. 144).

O inventário trata de uma história que por grandes períodos foi apagada, porém, com os vestígios históricos deixados, podem-se narrar outros fios e reacender fios apagados, que, como entende Araújo, “[...] se relacionam entre si, formando uma espécie de teia, capaz de enredar a narrativa” (1998, p. 244). Assim, a subjetivação refere-se aos processos pelos quais os indivíduos constroem seus modos de existência a partir das normas e discursos culturais que os rodeiam. É nesse contexto que se torna importante compreender que não nascemos com uma identidade fixa e que somos constituídos por um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que nos ensinam, por exemplo, a temer agressões quando caminhamos sozinhas à noite, enquanto essa mesma experiência não é compartilhada pelos

homens. Esse processo de aprendizado, que é culturalmente construído, reflete a ideia de Beauvoir (1949), de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Portanto, ao trabalhar com a subjetivação, tento entender como as normas de gênero são interiorizadas pelas mulheres, especialmente no que se refere à sua defesa contra diferentes formas de violência, desde as microagressões até as violências mais evidentes e a própria morte. Portanto, esta tese é um manifesto, uma defesa e um ataque.

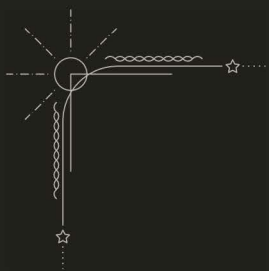
Cabe ressaltar que o inventário tem como pauta evidenciar a regularidade histórica de violência contra as mulheres, sendo a figura da bruxa tomada como narrativa importante a ser mais uma vez olhada, inventário esse que pode, inclusive, ser utilizado como um produto educacional nas salas de aulas. Não é apenas um documento, mas sim, uma possibilidade de colocar a Tese em movimento, permitindo que as narrativas bruxescas silenciadas sejam ouvidas, reconhecidas e discutidas. Ao trazer essas histórias para dentro da escola, o inventário se torna uma ferramenta pedagógica potente, capaz de ressignificar saberes e abrir brechas de resistência. Além disso, sua montagem possibilita adaptações e novas construções ao longo do tempo, reforçando sua função como um monumento que não apenas documenta, mas também que pensa as condições de possibilidade para tais práticas e abre espaço para essas narrativas.

Além disso, este inventário baseia-se tanto em pesquisas históricas quanto em notícias, evidenciando como as execuções de mulheres acusadas de bruxaria eram conduzidas e a tamanha brutalidade. Além de trazer essas histórias à visibilidade, o inventário ressalta que, mesmo nos séculos seguintes, a perseguição às mulheres persiste, assumindo novas formas de violência. Ainda nos dias atuais mulheres estão sendo “queimadas” como bruxas, conforme demonstram as notícias analisadas, revelando a continuidade desse padrão de opressão e a urgência de refletirmos sobre essas práticas no presente.

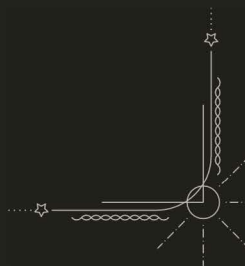
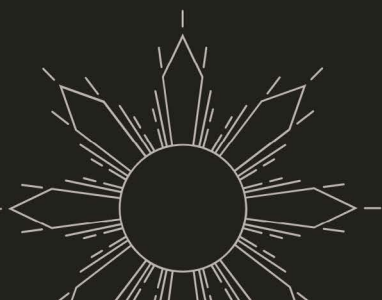


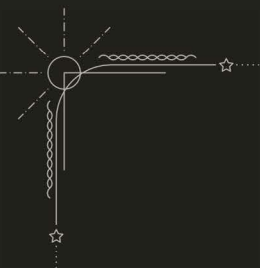
Inventário vBruxesco

Aliqi Mariot

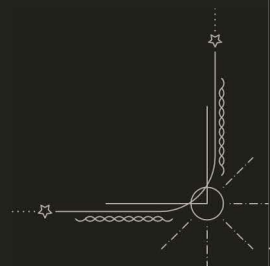
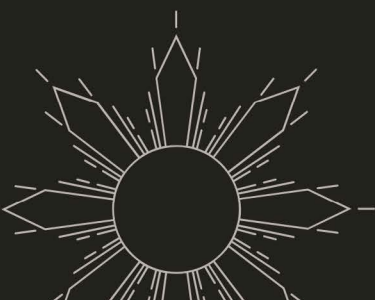


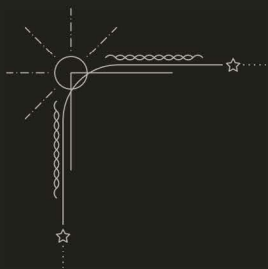
Inventário (do latim inventariu) é uma relação dos bens pertencentes a uma pessoa, por vezes, que já se encontra falecida, como estas mulheres que serão homenageadas neste inventario e por vezes um inventário se trata de um bem disponível deixado por alguém em vida. Neste caso, eu gostaria de deixar este inventário como forma de agradecimento, assim como homenagear estas mulheres pela sua resistência e ensinamentos. Um arquivo para quem se atreve ao ato de educar, de viver a escola como meio para resistir e proteger este patrimônio de vestígios e heranças que essas mulheres nos deixaram, como um modo de pensar e existir como professora, responsável pela formação humana.





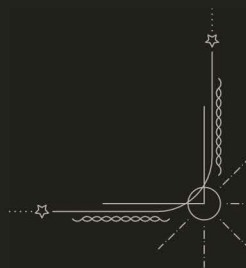
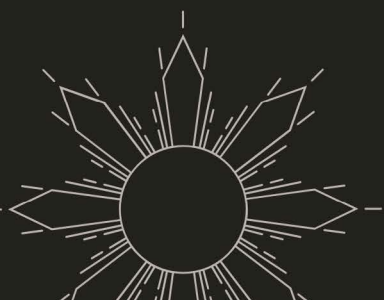
Se eu lhe perguntar algum genocídio que tenha acontecido ao longo da nossa história, eu aposto que a Caça às bruxas não passou pelas suas respostas. Pois então, este foi e ainda é “um dos acontecimentos mais importantes da sociedade capitalista”. (Federici, 2017, p.18).

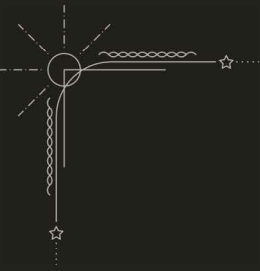




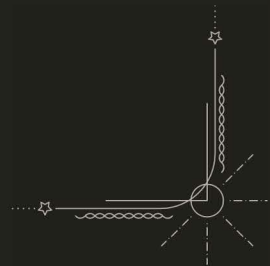
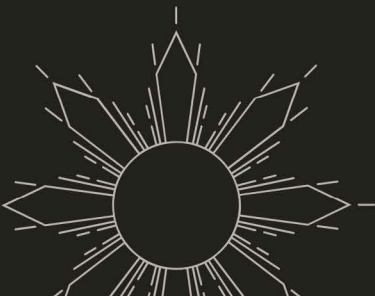
O **inventário bruxesco** vem trazer a história da mulher, que foi considerada Bruxa, que sofreu percalços, violência de gênero e um grande apagamento histórico. Ao longo dos séculos, as mulheres/bruxas passaram por inúmeros abusos pelo patriarcado. Um sistema opressor. As mulheres passaram e passam por dores imensas e discriminação, mas acima de tudo, conhecer a história destas mulheres é um meio de entender as atrocidades cometidas e respeitar sua memória e trajetória.

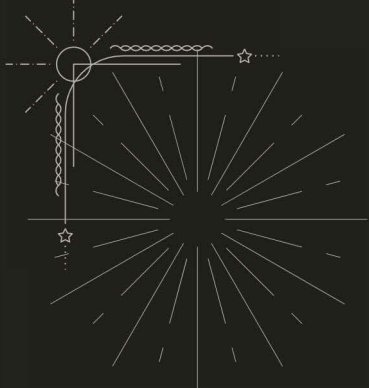
Elas queimaram, foram enterradas, afogadas, dilaceradas, queimadas para mudar parâmetros sociais da época.





O **inventário bruxesco** se trata de uma forma simples de honrar, de homenagear estas mulheres que foram resistência em tempos tão sombrios e atualizar esta discussão para pensar o feminino em nossos tempos atuais, pois nos últimos anos em nível mundial, ainda se vive o assombramento de mulheres sendo acusadas de bruxaria por suas crenças religiosas. Mas aqui neste inventário estão somente mulheres consideradas como bruxas e assinadas por este motivo. Como se verá, mulheres foram e ainda são mortas sendo vinculadas a bruxaria.





4000 a.C - 476

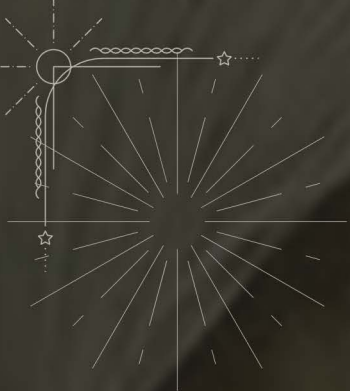
“A punição para aqueles que exerciam a prática de feitiçaria era clara e estava presente em vários grupos na antiguidade. Havia regras claras contra a feitiçaria e seus ensinamentos era possível encontrar nos regulamentos daquele período. No Egito e na Babilônia, adquiriram atitudes rígidas quanto à bruxaria, um exemplo disso está no conjunto de leis de Hammurabi, em aproximadamente 1800 a.C., diz:

“Se um homem lançou um feitiço a outro homem e não se justificar, deve mergulhar no rio sagrado. Se ele se afogar, o acusador tomará posse de sua casa, mas se o rio o declarar inocente, o acusador será morto e aquele que mergulhou deve tomar posse de sua casa”.

jornal Jurid. <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/giseleleite/a-mulher-na-idade-media-entre-a-vmrgem-maria-e-eva1>

<https://jus.com.br/artigos/94108/a-mulher-na-idade-media/2>





Hipátia

415

“Hipátia nasceu no período entre 355 e 370, ela era uma matemática e filósofa e por causa do seu conhecimento supôs que ela fazia feitiçaria, isso levou a sua morte, onde ela foi atacada, teve seu corpo mutilado e foi jogada em uma fogueira.

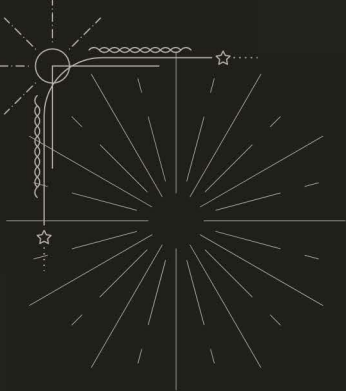
Infelizmente muitas informações sobre Hipátia foram perdidas porque a Biblioteca de Alexandria, que abrigava uma série de documentos, foi destruída.

As informações que sabemos de Hipátia nos dias de hoje foi reportado pelos seus alunos”.

O mistério da brutal morte de Hipátia, a primeira matemática da história. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46501897>.

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2019/08/conheca-hipatia-de-alexandria-primeira-mulher-matematica-da-historia.html>.





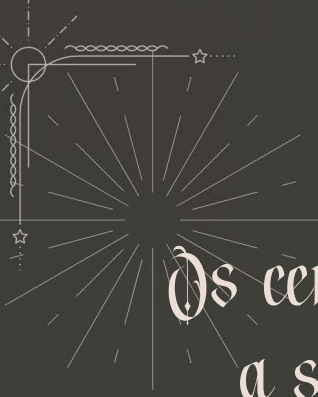
476 a 1453

Durante a Idade Média, mesmo sendo considerada um sujeito incompleto, mulheres desempenhavam papel de grande importância, tomavam conta de tudo na ausência de seus maridos. (POWER,1976). Admitia-se que elas tinham um grande conhecimento sobre a medicina caseira e muitas eram grandes curandeiras. Esses importantes conhecimentos foram se perdendo gradativamente após o período da caça às bruxas. (TOSI,1987).

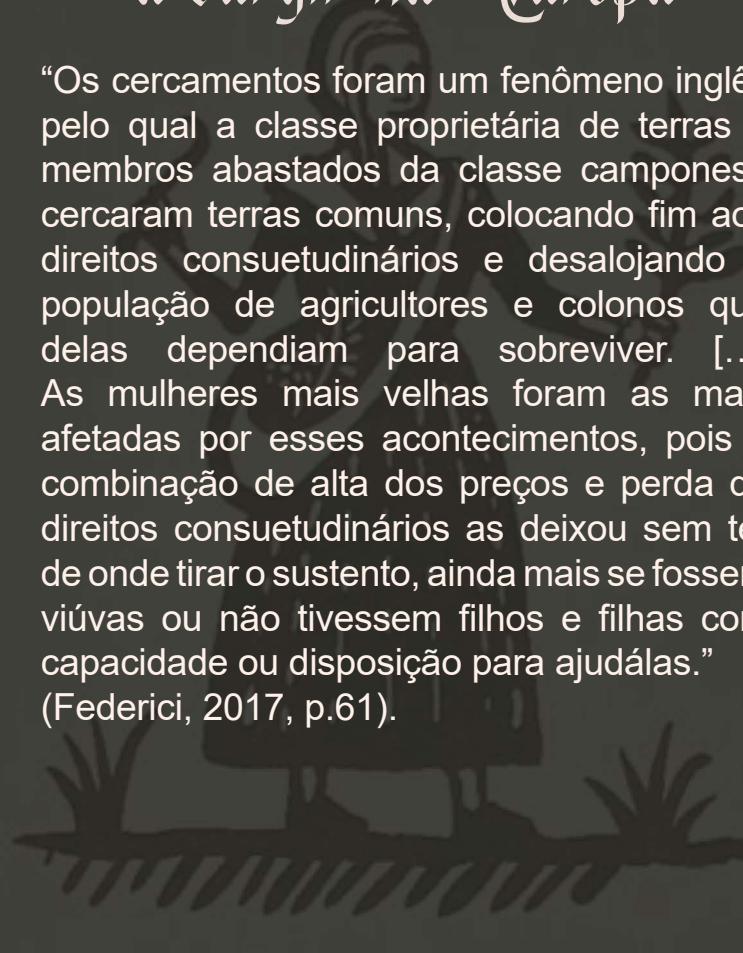
jornal Jurid. <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/giseleleite/a-mulher-na-idade-media-entre-a-virgem-maria-e-eva1>

<https://jus.com.br/artigos/94108/a-mulher-na-idade-media/2>

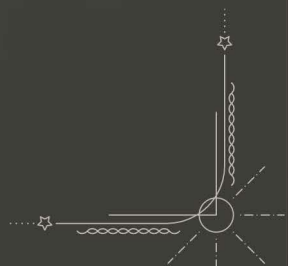




Os cercamentos começaram a surgir na Europa



“Os cercamentos foram um fenômeno inglês pelo qual a classe proprietária de terras e membros abastados da classe camponesa cercaram terras comuns, colocando fim aos direitos consuetudinários e desalojando a população de agricultores e colonos que delas dependiam para sobreviver. [...] As mulheres mais velhas foram as mais afetadas por esses acontecimentos, pois a combinação de alta dos preços e perda de direitos consuetudinários as deixou sem ter de onde tirar o sustento, ainda mais se fossem viúvas ou não tivessem filhos e filhas com capacidade ou disposição para ajudá-las.”
(Federici, 2017, p.61).



Inquisição medieval

1184

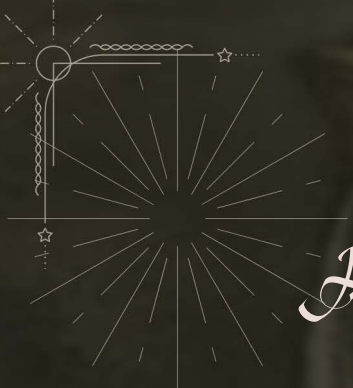
“Criada na França, a inquisição tinha como objetivo combater todos aqueles que tinham uma doutrina que se opunha aos dogmas da Igreja. No ano de 1231, o Papa Gregório IX determinou que queria destruir com seitas religiosas nos países da Alemanha, França, Itália e Portugal. A igreja recebia constantes denúncias de indivíduos que praticavam heresia. Os clérigos examinavam as denúncias e davam a punição devida a cada um”.

jornal Jurid. <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/giseleleite/a-mulher-na-idade-media-entre-a-irmão-maria-e-eva1>

<https://jus.com.br/artigos/94108/a-mulher-na-idade-media/2>

Caca às bruxas

Este movimento de perseguição tinha por objetivo combater as mulheres que supostamente tinham poderes sobrenaturais. Teve início no sudeste da França e também no oeste da Suíça no início do século XV. No Concílio da Basileia, localizado na cidade Suíça, no período de 1431 e 1437, foi definido quais eram as características de uma mulher considerada como bruxa satânica, então isto foi difundido e disseminado para inúmeros países afim de facilitar nas sentenças posteriores.



Angéle de la Barthe

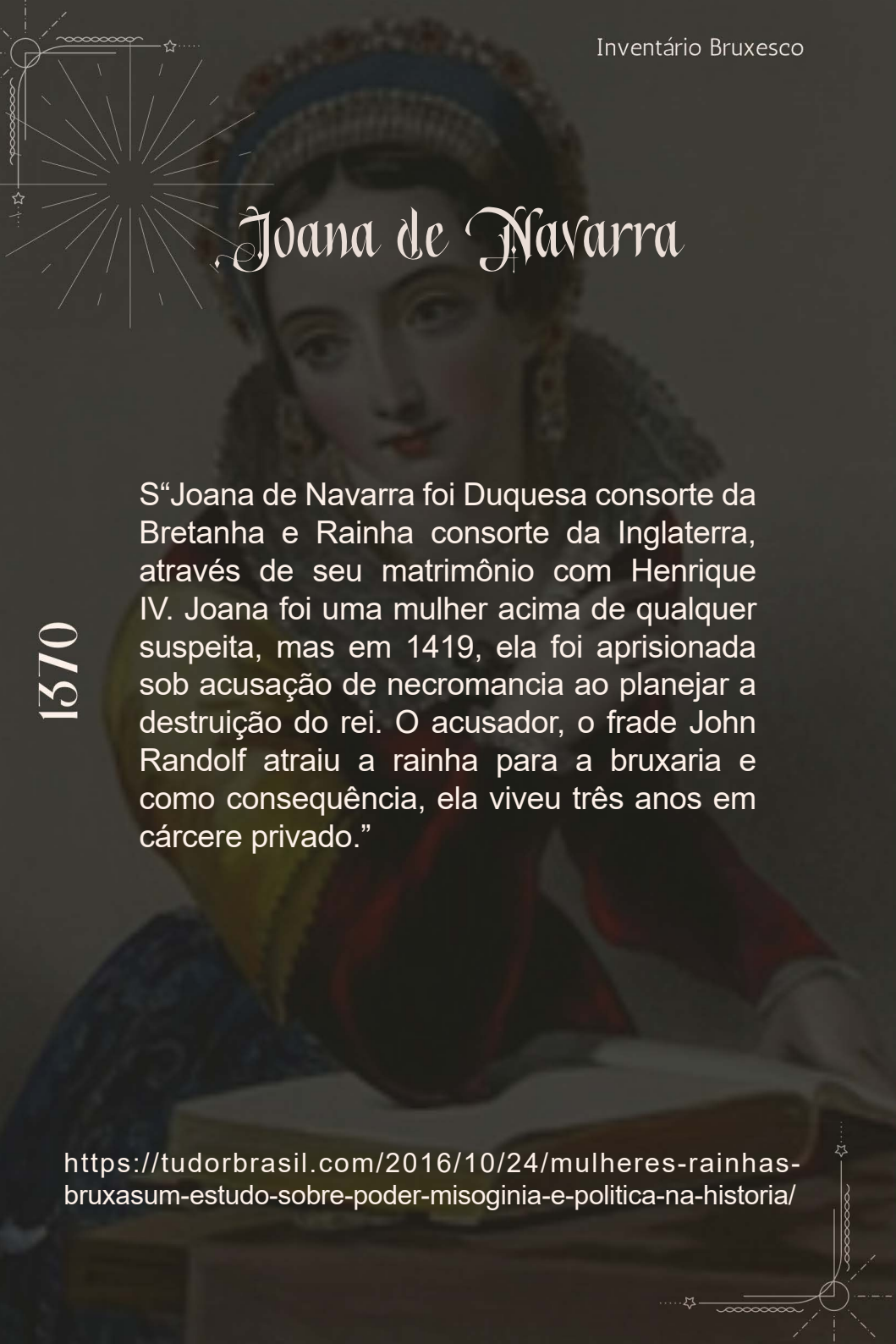
1275

“Angéle viveu no período de 1203 a 1275. Ela foi julgada por praticar bruxaria e foi queimada viva na Inquisição Francesa. Como todas as mortes neste período, a causa da sua pena de morte foi por heresia. Segundo as acusações do líder da inquisição, Angéle tinha relações sexuais com o diabo e engravidou dele. Segundo os relatos da época, a criança tinha cabeça de lobo, cauda de serpente e se alimentava da carne de bebês que Angéle roubava de famílias da região ou desenterrava do cemitério local. Diante de todas essas acusações, a francesa foi julgada e queimada viva na fogueira.”

jornal Jurid. <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/giseleleite/a-mulher-na-idade-media-entre-a-irmão-maria-e-eva1>

<https://jus.com.br/artigos/94108/a-mulher-na-idade-media/2>





Joana de Navarra

1370

S“Joana de Navarra foi Duquesa consorte da Bretanha e Rainha consorte da Inglaterra, através de seu matrimônio com Henrique IV. Joana foi uma mulher acima de qualquer suspeita, mas em 1419, ela foi aprisionada sob acusação de necromancia ao planejar a destruição do rei. O acusador, o frade John Randolf atraiu a rainha para a bruxaria e como consequência, ela viveu três anos em cárcere privado.”

<https://tudorbrasil.com/2016/10/24/mulheres-rainhas-bruxasum-estudo-sobre-poder-misoginia-e-politica-na-historia/>



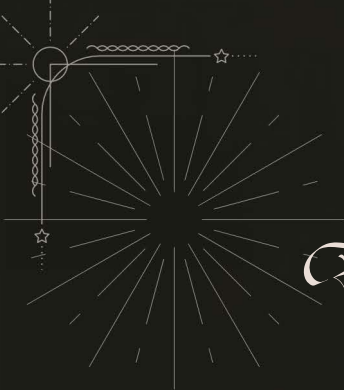
Petronilla de Meath

Petronilla viveu no período de 1300 a 1324, na Grã-Bretanha. Ela era a criada de Dame Alice Kyteler, uma nobre irlandesa. Dame Kyteler vivenciou quatro casamentos, porém seus maridos vieram a falecer, o que era muito estranho para a época. Vários dos filhos de seus maridos falecidos a acusaram de adquirir sua riqueza através da bruxaria, possivelmente envolvendo assassinatos. Ela foi presa, julgada e acusada de uma lista de crimes pelo bispo de Ossory. Petronilla foi torturada por informações e “confessou” que ela e seu amante haviam aplicado um creme mágico em uma peça de madeira, permitindo que ambos voassem. Dame Kyteler que também havia sido acusada do mesmo crime, fugiu rapidamente para a Inglaterra, mas Petronilla foi deixada para trás e com isso, ela foi chicoteada e queimada em uma fogueira.

1324

<https://angelanatel.wordpress.com/2020/01/07/petronilla-demeath/> <https://www.historickilkenny.com/petronella-demeath>





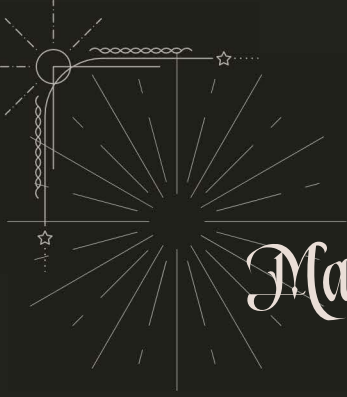
Eleanor Cobham

1400

“Eleanor foi uma duquesa de Gloucester. Em 1441, Eleanor foi presa e acusada de usar poções fornecidas pela famosa “Witch of Eye”, Margery Jourdemayne, para fazer o Duque de Gloucester apaixonar-se por ela e desposá-la”.

<https://tudorbrasil.com/2016/10/24/mulheres-rainhas-bruxasum-estudo-sobre-poder-misoginia-e-politica-na-historia/>



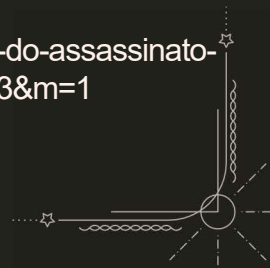


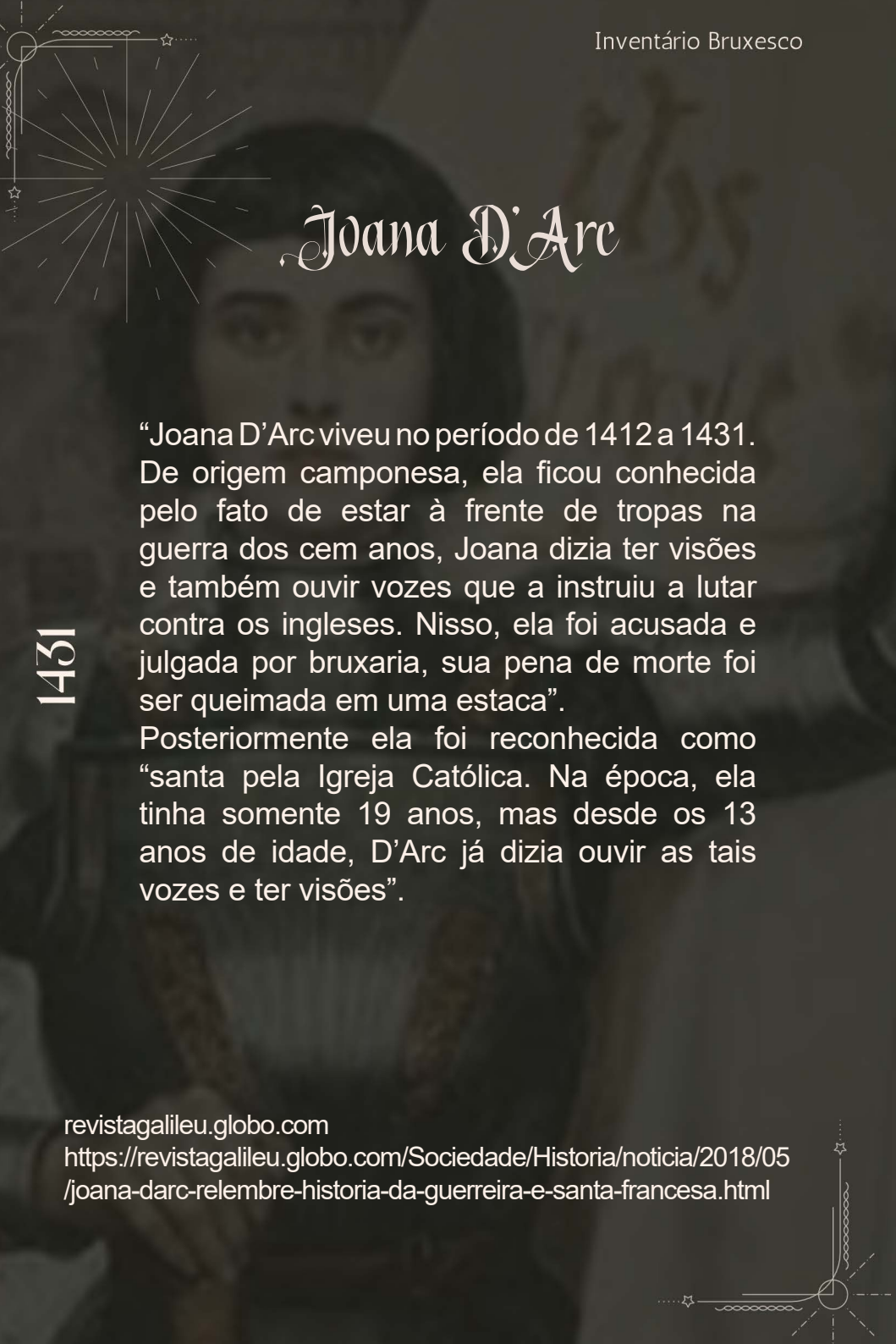
Matteuccia de Francesco

1428

“Matteuccia foi uma freira, porém ficou conhecida como a Bruxa de Ripabianca. Ela foi acusada de fazer bruxaria, ser meretriz, fornecer elixir do amor, além de ser incriminada por voar nas costas de um demônio. Diante de todas essas acusações ela foi queimada em uma estaca. Seu julgamento foi um dos primeiros a serem documentadas na Úmbria”

<http://www.conexaomista.com.br/2014/04/historia-do-assassinato-demulheres.html?showComment=1588390604583&m=1>





Joana D'Arc

1431

“Joana D’Arc viveu no período de 1412 a 1431. De origem camponesa, ela ficou conhecida pelo fato de estar à frente de tropas na guerra dos cem anos, Joana dizia ter visões e também ouvir vozes que a instruiu a lutar contra os ingleses. Nisso, ela foi acusada e julgada por bruxaria, sua pena de morte foi ser queimada em uma estaca”.

Posteriormente ela foi reconhecida como “santa pela Igreja Católica. Na época, ela tinha somente 19 anos, mas desde os 13 anos de idade, D’Arc já dizia ouvir as tais vozes e ter visões”.

revistagalileu.globo.com

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2018/05/joana-darc-relembre-historia-da-guerreira-e-santa-francesa.html>

Elizabeth de Woodville

1437

“Elizabeth, também conhecida como a Rainha Branca, foi acusada de casar-se com Eduardo IV usando os conhecimentos de bruxaria praticado também por sua mãe. Tais informações constam no documento “Titulus Regiu”, título que justificava o direito ao trono. A mesma foi exilada e acreditando que iria morrer confinada, foi definhando até morrer”.

revistagalileups://www.gettyimages.ae/detail/news-photo/agnesbernauer-1410-12-october-1435-the-mistress-and-newsphoto/1314602977

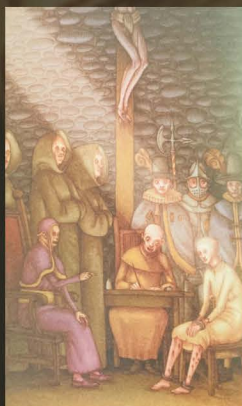
A bruxa no início da modernidade, começou a ser caracterizada pelas cerimônia do sabá e o pacto com o demônio. Supunha-se que na época a mulher em troca de alguma coisa, como poder, comida, moedas entregava sua alma ao Diabo, fazendo com ele um pacto de sangue. (TELLES, 2020, p. 52).

Inquisição Espanhola

1478

“A inquisição espanhola prevaleceu por 350 anos, ao unir os reinos de Aragão e de Castela com o intuito de dominar, unir e fortificar o império. Foi determinado que esta unificação ocorreria por meio da ortodoxia católica, diante disso, o Papa Sisto IV concedeu uma permissão para definir seção excepcional da Inquisição, e assim deu início a tal.

As cortes do Santo Ofício incentivavam as acusações e não permitia que os incriminados contestassem as acusações ou sequer pudessem se protegessem das incriminações”



Inquisição Espanhola: um tribunal político disfarçado de religioso

A história real da Inquisição Espanhola, da perseguição de judeus, protestantes e muçulmanos, e onde visitar os locais históricos em Madrid.

1484

O Martelo das Feiticeiras

Esta obra foi escrita em 1484, pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, na qual contém os princípios do que se entendia como o papel da mulher, assim como o processo penal da época.

“Segundo os inquisidores, as mulheres constituem 85% de todas as pessoas que foram executadas sob a alegação de bruxaria.

Para eles, as mulheres eram claras serviçais do demônio, pois a mulher está intimamente ligada à sexualidade, como é visto no próprio relato”.

(Kraemer; Sprenger, 2021, p. 15)

“E como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do demônio (feiticeiras). E as mulheres têm mais convivência com o Demônio “porque Eva nasceu da costela torta de Adão, portanto, nenhuma mulher pode ser reta”

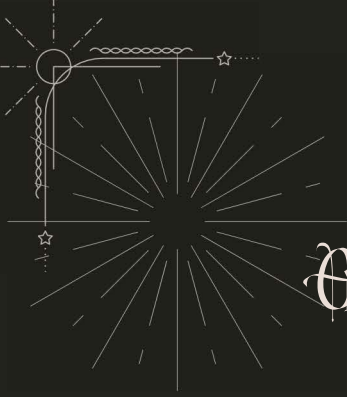
(Kraemer; Sprenger, 2021, p. 19).

O Martelo das Feiticeiras

É possível observar nesta obra o pensamento da época quanto ao valor da mulher. Por vezes é visto nas palavras dos inquisidores que a mulher é reduzida a nada.

“As mulheres possuem também memória fraca; e nelas a indisciplina é um vício natural: limitam-se a seguir seus impulsos sem qualquer senso do que é devido; e sua instrução segue a medida da sua indisciplina, pois muito pouco lhes é dado guardar na memória”

(Kraemer; Sprenger, 2021, p. 96).



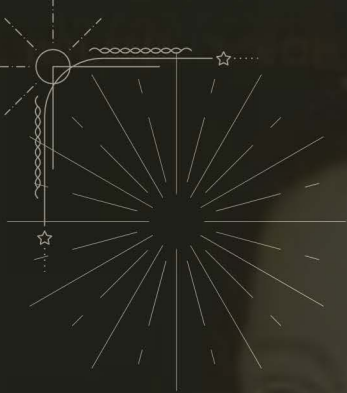
Gracia La Valle

1498

“Gracia foi a primeira mulher morta pela Inquisição Espanhola. Ela foi acusada por meninas que diziam poder reconhecer bruxas através de indícios do demônio nos olhos de feiticeiras”.

<https://revistacenarium.com.br/bruxas-mulheres-comconhecimento-em-filosofia-e-fitoterapia-eram-queimadas-porsaberem-demais/>





Ana Bolena

1501

“Ana Bolena foi a segunda consorte do monarca Henrique VIII da Inglaterra. Apesar de ter sido relacionada à prática de bruxaria, não há registros oficiais da época em que a acusam. A teoria é que Ana Bolena havia seduzido e enfeitiçado o monarca, fazendo com que eles se casassem. Ana foi decapitada”.

<https://tudorbrasil.com/2016/10/24/mulheres-rainhas-bruxas-umestudo-sobre-poder-misoginia-e-politica-na-historia/>



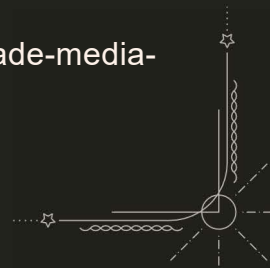


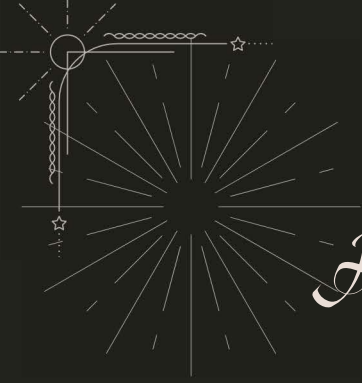
Sipinpoika Rasmus

1554

“Ela foi acusada de ser uma feiticeira, foi uma das pioneiras vítimas na Finlândia a ser julgada e condenada por heresia. Por causa disso, Sipinpoika foi decapitada”.

<https://pgmundobr.com/2020/06/25/bruxas-da-idade-media-dadosocultos-da-inquisicao/>



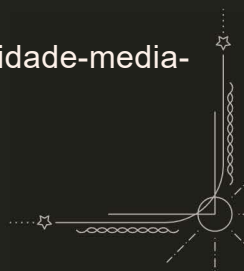


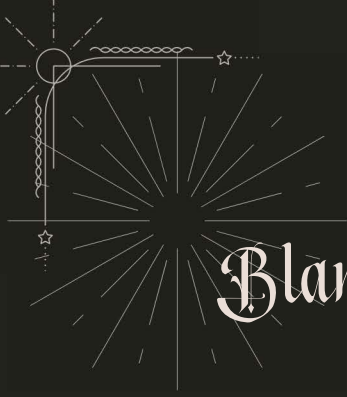
Agnes Waterhouse

1566

“Agnes viveu no período de 1503 a 1566. Ela ficou conhecida como a Mãe Waterhouse. Agnes foi a primeira mulher a ser morta por acusação de bruxaria na Inglaterra. Diante das acusações, ela admitiu que era bruxa e também assumiu que tinha um gato chamado Sathan. Disseram que ela usou de feitiços para que ele ficasse enfermo, matando um animal, assim como o seu próprio marido. Por causa dessas acusações, ela foi enforcada”.

<https://pgmundobr.com/2020/06/25/bruxas-da-idade-media-dadosocultos-da-inquisicao/>





Blanca Severo Luna

1572

Blanca foi acusada de conversar com pessoas que já morreram e ter visões. Através de tortura ela admitiu que as suas filhas foram geradas de um demônio. Com isso, Blanca foi julgada e queimada com vida.

Suas três filhas conseguiram fugir. Segundo seus vizinhos, Blanca era constantemente visitada por demônios e fazia poções para finalidades de sedução, cura e morte.

<https://pgmundobr.com/2020/06/25/bruxas-da-idade-mediadados-ocultos-da-inquisicao/>

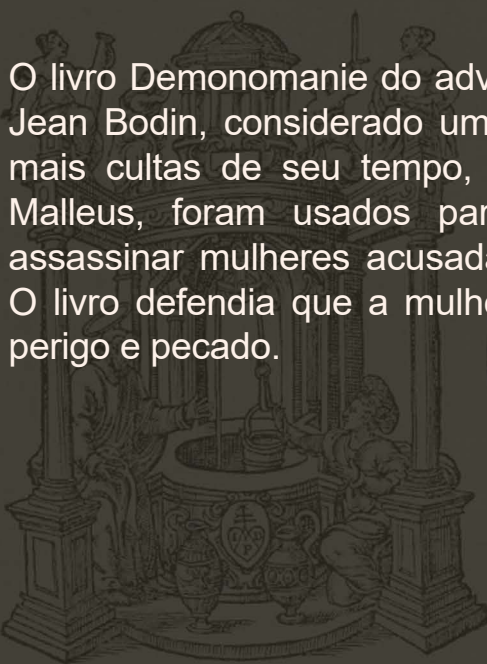


DEMONOMANIE DES SORCIERS.

Demonomanie

A MONSIEUR LE SEIGNEUR DE CHRE-
stofle de Thou Chevalier Seigneur de Cœli, premier Pre-
sident en la Cour de Parlement, & Conseiller
du Roy en son privé Conseil.

PAR I. BODIN ANGEVIN.

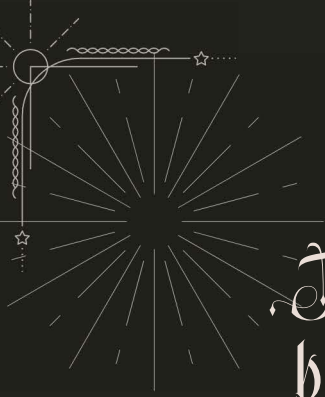


A PARIS,

Chez Jacques du Puys Libraire Juré, à la Samaritaine,

M. D. LXXX.

AVEC PRIVILEGE DV ROY.



Julgamentos das bruxas de Trier

1581

O julgamento das bruxas de Trier na Alemanha aconteceu no período entre 1581 e 1593. O julgamento teve origem em uma unidade rural de Trier, sendo que passados seis anos ocorreu um julgamento na cidade na qual mulheres foram indiciadas de bruxaria, sendo mais de 300 indivíduos, a maioria mulheres. As pessoas foram incendiadas ainda com vida, pouquíssimos foram soltos. Dentre os acusados haviam juízes, burgueses, vereadores, cônegos entre outros.

<https://www.megacurioso.com.br/historias-macabras/98750-5-dosjulgamentos-de-bruxaria-mais-infames-da-historia.htm>



Elisabeth Plainacher

1583

Elisabeth viveu no período de 1513 a 1583 e foi acusada de fazer com que seus netos adoecessem através de feitiçaria. Ela foi presa e torturada, admitindo assim a culpa da morte dos netos. Com a sua afirmação das mortes intencionais, ela foi condenada à morte, sendo incinerada.

<https://angelanatel.wordpress.com/2020/11/20/elisabeth-plainacher-2/>

Dora Golub

Dora Goulub foi acusada de ser feiticeira, herege e de fazer bruxaria na Croácia. Foi condenada à morte, sendo amarrada a uma estaca e queimada na fogueira ainda com vida.

1585

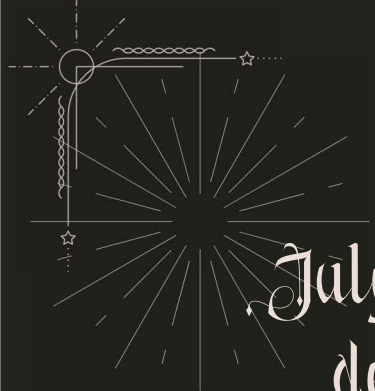


A história secreta da bruxaria

Na Europa dos séculos 16 e 17, homens e mulheres eram condenados à morte sob acusação de que causavam tempestades, destruíam rebanhos ou levavam pessoas à loucura.

BBC News Brasil / Apr 9, 2022

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60848415>



Julgamentos das bruxas de North Berwick

1590

Aconteceu no período entre 1590 e 1592, na Escócia. Ao voltar para a Escócia, o rei James VI vivenciou fortes tempestades e teve que se proteger na Noruega por algumas semanas e assim continuar a viagem até a capital da Escócia. O almirante da frota dinamarquesa acusou a esposa de um empregado em Copenhaga de ter provocado a tempestade (tal acusação foi motivada pelo fato de ela ter-lhe insultado). Diversos nobres foram envolvidos, e com isso ocorreu julgamentos com o motivo de feitiçaria. Anna Koldings foi uma das primeiras a ser acusada por feitiçaria, devido às muitas ameaças sofridas ela informou os nomes de cinco mulheres.

<https://www.uol.com.br/nossa/colunas/terra-avista/2022/05/01/escocia-pede-perdao-as-bruxas-do-passado-comajuda-de-podcast-sobre-crimes.htm>





Julgamentos das bruxas de North Berwick

1590

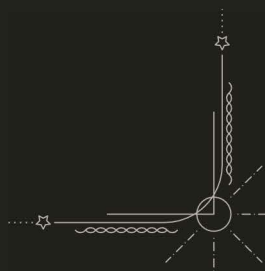
Com toda a tortura sofrida, as mulheres admitiram ser as responsáveis pela feitiçaria que causou as tempestades, além de terem também enviado demônios para entrar no navio e com isso aterrorizar a viagem da rainha Ana. No mês de setembro daquele ano duas mulheres foram queimadas pelo fato de serem bruxas em Kronborg.

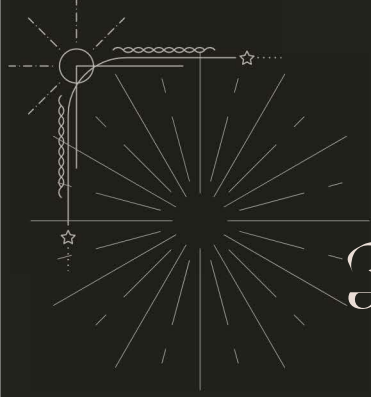


**Terra à vista! - Escócia pede perdão às bruxas do passado
com ajuda de podcast sobre crimes**

57°36'N, 3°36'OWitches Stone, ForresMoray, Escócia, Reino UnidoÀ
primeira vista, ela é des...

 nossa_uol @UOL / May 1, 2022





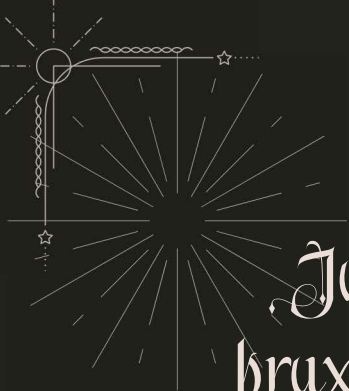
Marigje Arriens

1591

Marigje, de origem holandesa, viveu no período de 1520 a 1591. Ela foi acusada por um paciente de ameaçá-lo dizendo que iria fazer feitiços para um menino. Ela foi julgada e acusada de fazer feitiçaria, sendo condenada a ser queimada com vida em uma fogueira. Marigje é uma das mais conhecidas vítimas da Caça às bruxas na Holanda.

On line. Editora. Guia Bruxos e Bruxas. Books. Disponível em:
<<https://play.google.com/books/reader?id=lsuuDAAQBAJ&pg=GBS.PA27&hl=pt-BR&printsec=frontcover>



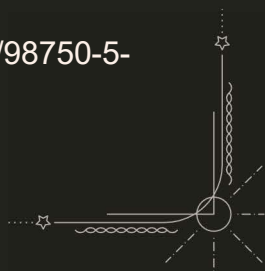


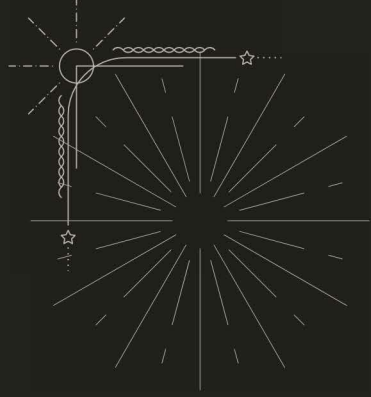
Julgamentos das bruxas de Warboys

1593

Aconteceu no período entre 1589 e 1593, na Vila de Warboys, no distrito de Huntingdonshire (Inglaterra). Nessa mesma vila morava Alice Samuel e sua família, que foram julgados e mortos por bruxaria. Alice foi culpada de fazer com que uma menina ficasse doente e, também ao se aproximar de crianças enfermas sua situação de saúde piorasse.

<https://www.megacurioso.com.br/historias-macabras/98750-5-dos-julgamentos-de-bruxaria-mais-infames-da-historia.htm>



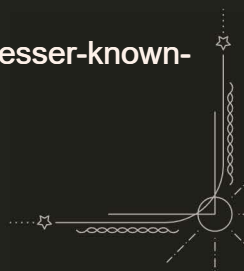


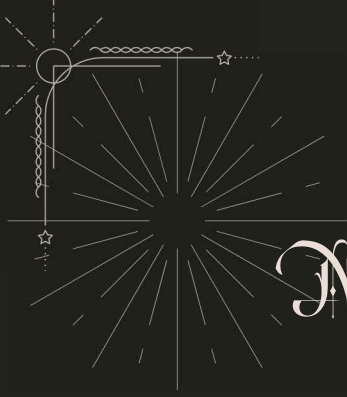
Merga Bien

1603

Merga Bien viveu no período de 1560 a 1603. De origem alemã, Merga foi acusada e condenada por bruxaria, sendo um dos motivos das denúncias, o fato de ela ter casado por três vezes e herdado os bens dos seus exmaridos. Por isso ela foi presa e obrigada a admitir que a sua gestação era fruto de relações com demônio. Merga foi condenada e incinerada.

<https://www.history.com/news/beyond-salem-6-lesser-known-witchtrials>



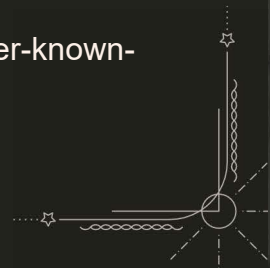


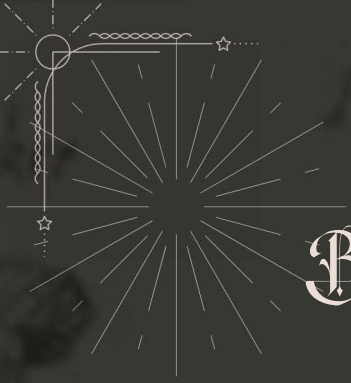
Nyzette Chevron

1605

De origem belga, Nyzette Chevron foi a última mulher que foi morta sob acusação de bruxaria na localidade de Geneva. Depois de sofrer muita tortura, ela acabou confessando que era uma bruxa. Por tal motivo ela foi condenada à morte, sendo estrangulada.

<https://www.history.com/news/beyond-salem-6-lesser-known-witchtrials>





Bruxas de Belvoir

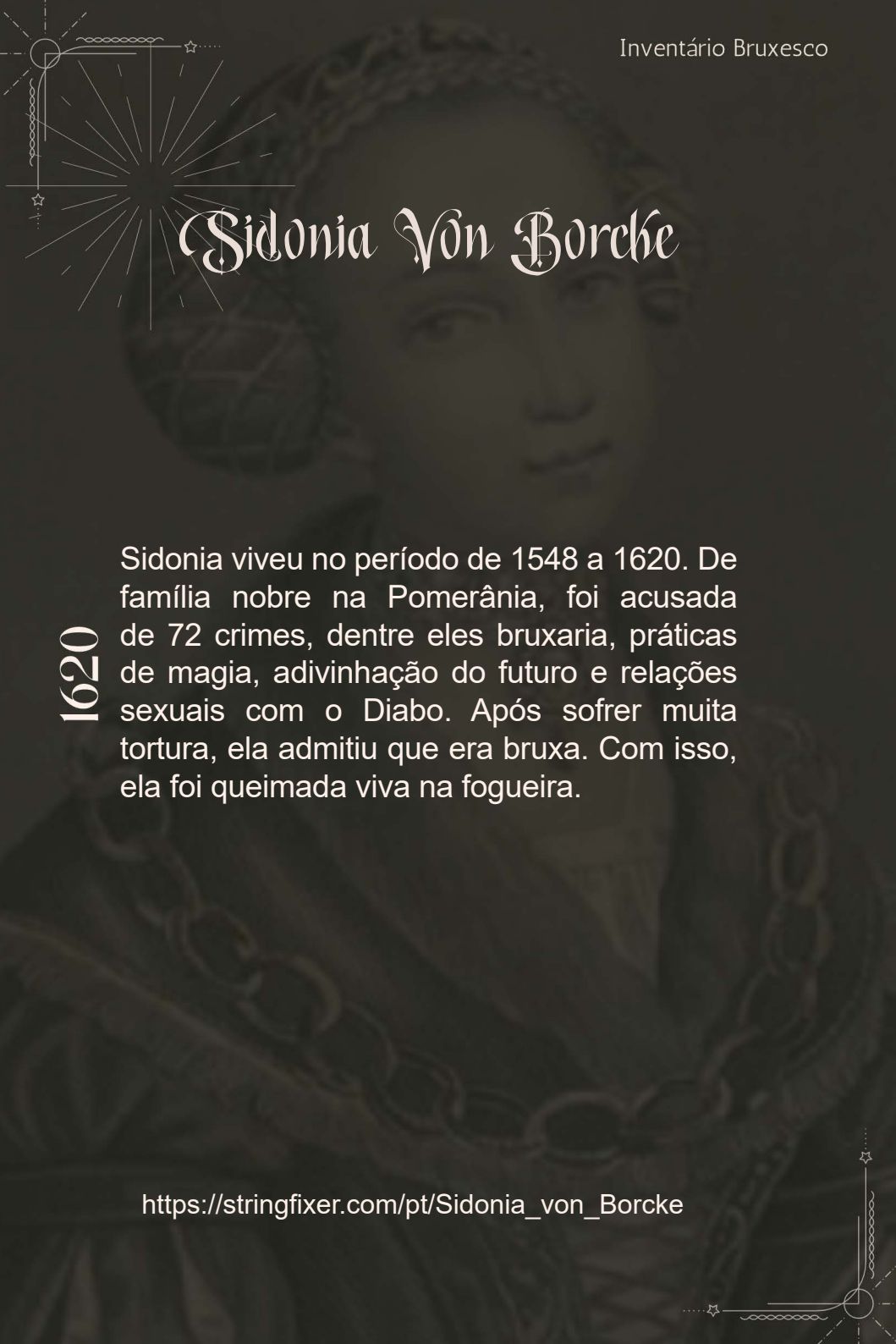
1619

Joan Flor, mãe de Margaret e Philippa, foram culpadas por fazerem bruxaria. Isso devido ao fato de que os filhos do conde de Rutland morreram. Joan faleceu antes que fosse julgada, já suas filhas foram condenadas a serem enforcadas.

https://stringfixer.com/pt/Witches_of_Belvoir

<https://www.fatosdesconhecidos.com.br/7-historias-assustadoras-depessoas-executadas-por-bruxaria/>

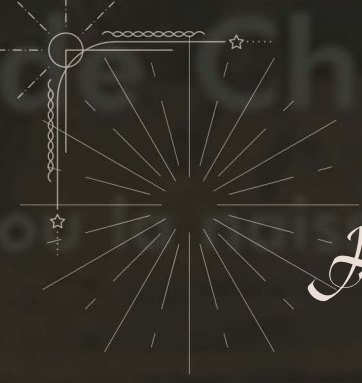




Sidonia Von Borcke

1620

Sidonia viveu no período de 1548 a 1620. De família nobre na Pomerânia, foi acusada de 72 crimes, dentre eles bruxaria, práticas de magia, adivinhação do futuro e relações sexuais com o Diabo. Após sofrer muita tortura, ela admitiu que era bruxa. Com isso, ela foi queimada viva na fogueira.

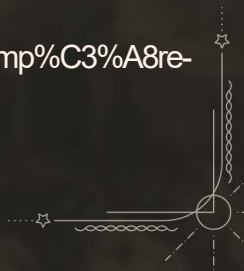


Anne de Chantraine

1622

Anne de Chantraine viveu no período de 1605 a 1622. Ela foi culpada de ser bruxa e foi condenada a ser queimada na fogueira aos 17 anos na França. Seu falecimento fez com que ocorressem reflexões sobre o que é ser mulher em tempos sombrios.

<https://www.amazon.com.br/CHANTRAINE-ANNE-Comp%C3%A8re-Pb/dp/2804606651>



Elizabeth Clarke

Elizabeth Clarke viveu no período de 1565 a 1645. De origem inglesa, viveu boa parte de sua vida na Inglaterra. Um alfaiate a incriminou de ser bruxa, gerando várias pesquisas a seu respeito, associando-a à morte de 200 indivíduos. Ela tinha 80 anos, apenas uma perna e verrugas espalhadas pelo corpo, identificadas pelo General Matthew Hopkins como “a marca do Diabo”. Após sofrer muita tortura, admitiu que era bruxa. Com isso, foi enforcada. Elizabeth Clarke ficou conhecida como a primeira mulher a ser perseguida pelo general.

1645



A história secreta da bruxaria

Na Europa dos séculos 16 e 17, homens e mulheres eram condenados à morte sob acusação de que causavam tempestades, destruíam rebanhos ou levavam pessoas à loucura.

BBC News Brasil / Apr 9, 2022

<https://www.amazon.com.br/CHANTRAINE-ANNE-Comp%C3%A8re-Pb/dp/2804606651>

Else Young

1647

Else Young viveu no período de 1600 a 1647. Nascida nos Estados Unidos, foi a primeira pessoa a ser morta por acusação de bruxaria em seu país, Estados Unidos e nas Américas.

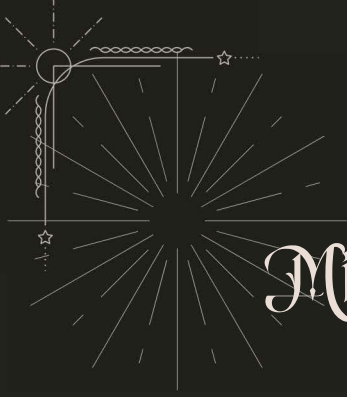


Alice 'Else' Young – First Witch Hanging Victim in Colonial America

The first person to be convicted for witchcraft crimes and hanged for it in colonial America was...

 Legends of America

<https://www.legendsofamerica.com/else-young-witch/>

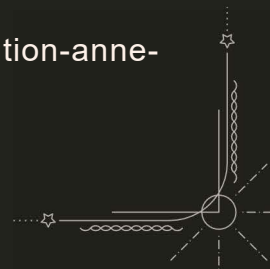


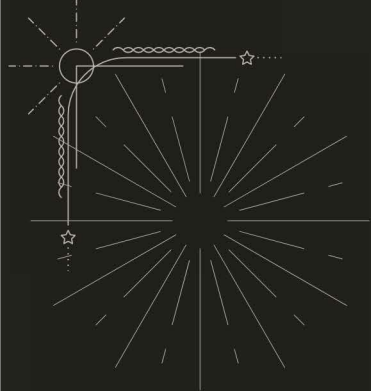
Michée Chauderon

1652

Michée Chauderon na França foi acusada pelo seu chefe de invocar demônios. Como consequência dessa acusação, ela foi torturada e obrigada a dizer que conhecia o diabo, consequentemente; a enforcaram e a queimaram. Ela foi dada como a última pessoa a ser sacrificada pelo poder da igreja.

<https://www.history.com/news/witch-trial-execution-anne-hibbins-boston>





Ann Hibbins

Ann ganhou uma ação judicial que havia movido contra um grupo de carpinteiros. A ação foi mal vista pela igreja local e ela foi excomungada. Pouco depois, seu marido morreu e ela foi acusada de bruxaria pela igreja sendo condenada e enforcada. Ela foi a terceira pessoa a ser acusada de bruxaria em sua cidade, em Boston, Massachusetts.

1652



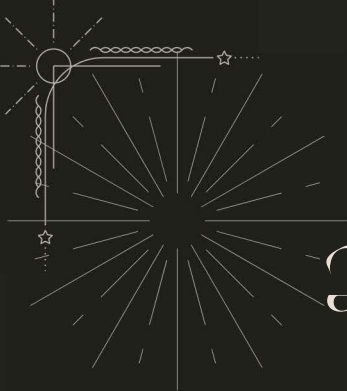
This Wealthy Woman Was Hanged as a Witch for Speaking Her Mind

It all started with a fight with carpenters working on her house.

 HISTORY

<https://www.history.com/news/witch-trial-execution-anne-hibbins-boston>



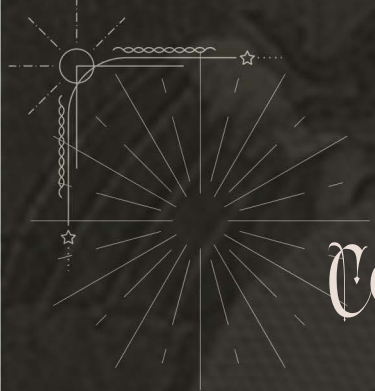


Marie Bosse

1679

Marie Bosse foi morta devido a hipóteses que tinha conexões com a prática de bruxaria. Ela comercializava substâncias que poderiam causar morte, além de ser vista como uma vidente. Quando as autoridades ficaram sabendo do seu negócio, rapidamente foi presa e levada à morte na fogueira na França.





Catherine Deshayes

1680

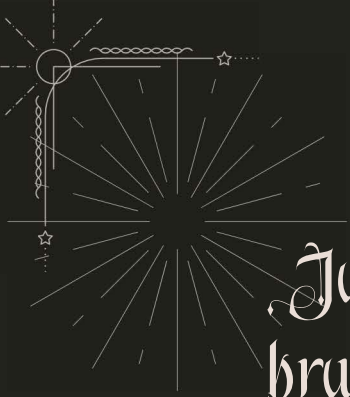
Catherine Deshayes viveu no período de 1640 a 1680, tendo sua origem em Paris. Ela fazia a leitura das mãos, abortos e também ritual cerimonial de Satanismo. Foi a principal ré do caso dos Venenos, que ficou muito conhecido por envolver aristocratas da França, uma das quais era Madame de Montespan, amante do rei. Ela foi levada à morte na fogueira.



Retrato Falado: Catherine Deshayes, a mãe dos venenos

Catherine Deshayes foi figura central em um escândalo que envolveu assassinatos, bebês sacrificados e missas negras em meio à nobreza da França de Luís XIV



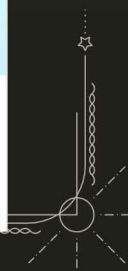


Julgamentos das bruxas de Salém

1692

Aconteceu no período entre 1692 e 1694, em Massachusetts - EUA, em que ocorreram várias sessões e procedimentos com mais de 200 indivíduos que foram denunciados por praticar bruxaria. Dentre essas pessoas, 30 foram tidas como culpadas e 19 foram enforcadas. Um homem foi torturado levando ao seu falecimento devido ao fato de não aceitar confessar a prática, e no mínimo 5 indivíduos foram mortos na cadeia.

A **SUBSTÂNCIA** **MAIS**
estranha
DO **UNIVERSO**



Quem foram e como morreram as bruxas de Salem?

Série de julgamentos e execuções na América colonial do século 17 mostrou até onde o fanatismo religioso pode chegar

Bridget Bishop

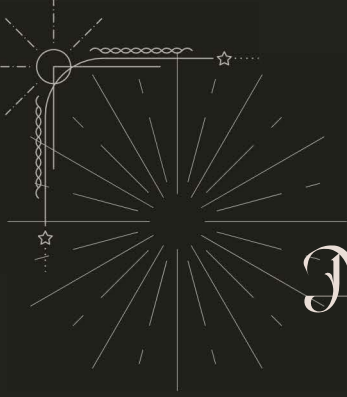
Bridget Bishop viveu no período de 1632 a 1692. De origem americana, ela foi a primeira acusada de bruxaria a ser julgada e morta no julgamento das Bruxas de Salém. Ao encontrarem algo que seria um terceiro seio, foi confirmado que ela era bruxa, e com isso ela foi julgada e enforcada.

1692



A saga de Bridget Bishop: a primeira mulher a ser morta por bruxaria em Salem

Um junho de 1692, Bishop foi enforcada a mando da Justiça; sua morte deu início a um trágico episódio que levou a morte de milhares de pessoas



Mima Renard

1692

Mima Renard foi uma mulher que no ano 1692 veio com seu marido ao Brasil. Seu marido foi morto por outro homem que ficou encantado com a beleza de Mima. A viúva teve que se render à prostituição para conseguir sobreviver, iniciando vários boatos entre as mulheres de que ela enfeitiçava os homens. Quando dois homens casados e seus clientes brigaram resultando na morte de um deles, Mima foi denunciada e acusada de bruxaria pelas esposas de seus clientes na paróquia local. Isso resultou na sua morte em 1692 na fogueira pública, em São Paulo.

<https://www.bol.uol.com.br/listas/quatro-brasileiras-que-morreram-acusadas-debruxaria.htm>





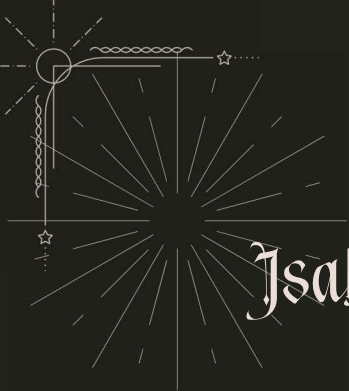
Extinção da pena de morte

1750

Em 1642, no Brasil, aqueles que foram condenados por exercer bruxaria seriam executado somente anos depois, e em 1750, deu-se o fim dessa lei.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/04/ha-140-anos-a-ultimapena-de-morte-do-brasil>





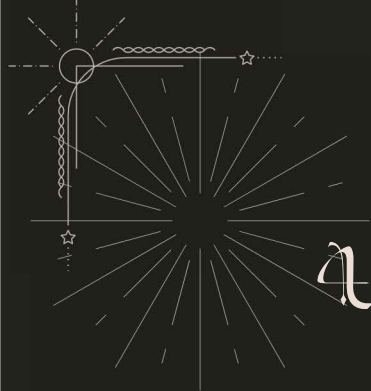
Isabel Pedrosa de Alvarenga

1750

Um dos seus familiares do “santo ofício” fez uma acusação contra ela alegando que Isabel possuía umbigos de criança dentro de um saco, panos com sangue, cabelos e pássaros. Tudo isso seria usado para magia. No ano de 1750 ela foi condenada por bruxaria e morta no Brasil. Acreditava-se que ela era uma mulher muito pobre e que vivia perambulando nas ruas pedindo o que comer.

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/acusada-de-bruxaria-emorta-na-fogueira-saga-de-ursulina-de-jesus.phtml>





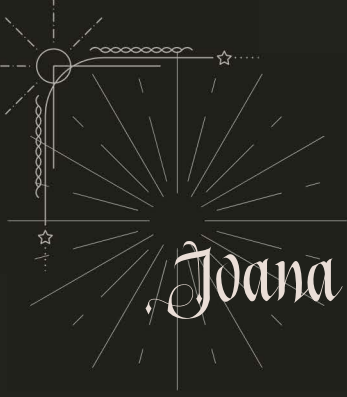
Ursulina de Jesus

1754

Ursulina de Jesus foi acusada pelo seu próprio marido de bruxaria. Seu marido era um homem influente em sua época e Ursulina acabou sendo julgada como herege e queimada em uma praça pública de São Paulo, em 1754. O mais curioso é que no tribunal a amante de seu marido também testemunhou contra Ursulina, alegando que ela havia usado de magia para deixar Sebastiano estéril.

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/acusada-de-bruxaria-emorta-na-fogueira-saga-de-ursulina-de-jesus.phtml>

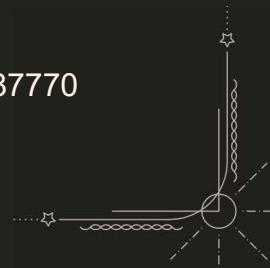




Joana Pereira de Abreu

1758

Na fazenda Cajazeiras da Gurguéia, localizada na Freguesia de Nossa Senhora do Livramento no Brasil, Joana que era escravizada, foi acusada de pactos noturnos com o diabo. O jesuíta Manuel da Silva escreveu suas confissões e da Índia Gueguê Custódia de Abreu, ambas escravizadas. As duas mestiças, segundo o que conta nos documentos, foram ensinadas por Cecília a “Mestra Cecília”, que morava na vila. Cecília tinha uma ajudante de nome Josefa Linda, que era escrava da mesma fazenda e que ensinava o dito “comércio com o demônio”. A mesma foi morta por esta acusação.



Maria da Conceição

Maria da Conceição foi uma grande estudiosa das ervas medicinais. Usava suas técnicas para salvar e ajudar pessoas doentes em sua região, Como em 1798 isso ainda era uma prática proibida, mulheres ligadas a este saber eram tidas como bruxas e Maria acabou na fogueira, sendo executada publicamente. Devido a sua aptidão na utilização de ervas medicinais para a cura de enfermidades, um padre acusou-a de bruxaria. No seu julgamento foi dada a sentença portuguesa, acarretando assim sua morte na pira na cidade de São Paulo.



Quatro brasileiras que morreram acusadas de bruxaria

Uma lista de pessoas executadas por bruxaria, disponível na Wikipedia, a encic...



Jacobina Mentz Maurer

1868

Jacobina foi uma mulher lendária do sul do país. Sua família já tinha histórico em contendas religiosas na Alemanha, quando vieram para o Brasil, uma vez que seus avós estavam fugindo da perseguições religiosas. Foram eles os responsáveis pela primeira igreja protestante do Sul do Brasil. Em meados de 1868 o marido de Jacobina abandonou a agricultura para se tornar médico, conhecendo o curandeiro Buchhorn com quem ele aprendeu os segredos das ervas medicinais. Como o casal vivia em uma comunidade local isolada dos médicos muitos passaram a consultar-se com eles.

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/caminho-contahist%C3%B3ria-de-jacobina-em-sapiranga-1.166136>





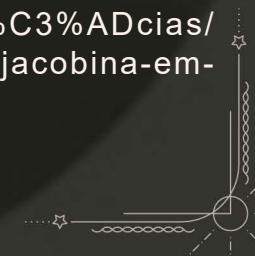
Jacobina Mentz Maurer

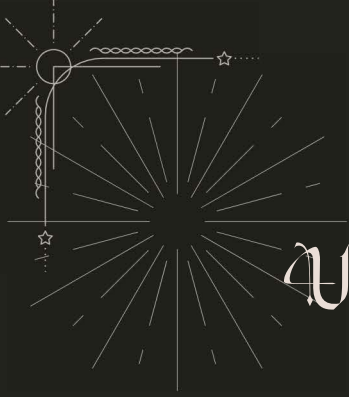
1868

As pessoas residentes locais acreditavam que Jacobina possuía algo de especial e a seguiam. Muitas pessoas abandonaram inclusive suas igrejas para seguir os seus ensinamentos. Esta situação chamou a atenção dos sacerdotes locais e membros que não a aceitavam, gerando assim uma grande divisão entre as comunidades.

Em 1873 se iniciou um grande conflito, pedindo a intervenção de Jacobina e seus seguidores. Ocorreram vários ataques contra a comunidade e no ano seguinte, com a entrega de um falso seguidor no grupo, Jacobina foi encontrada e morta no Brasil.

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/caminho-contahist%C3%B3ria-de-jacobina-em-sapiranga-1.166136>



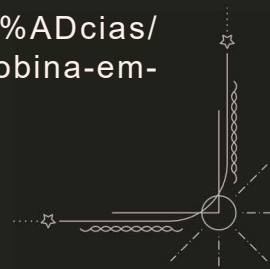


Uppala Pochaiah

2000

Uppola Pochaiah era de origem indiana, tinha 70 anos e foi agredida até morrer acusada de praticar bruxaria, na Índia.

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/caminho-contahist%C3%B3ria-de-jacobina-em-sapiranga-1.166136>



Amina Abdul Halim Salem Nasser

De origem árabe, Amina Abdul Halim Salem Nasser foi degolada depois de passar por uma audiência com acusações de que ela praticava bruxaria e feitiçaria.

2009





María Verenice Martínez

2012

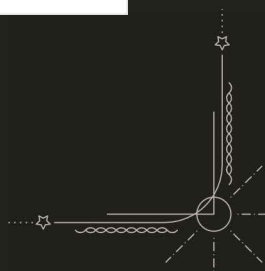
De origem colombiana, María Verenice Martínez foi acusada de exercer a prática de magia “negra”. Ela foi agredida e queimada por pessoas que moravam próximas a sua residência na Colômbia.

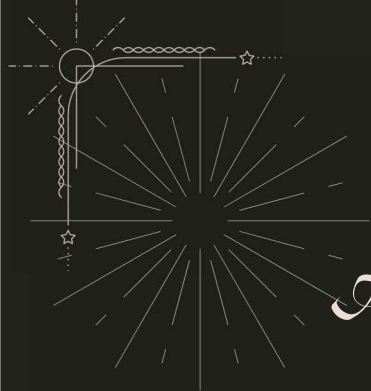


Série mês das bruxas contra a intolerância religiosa: 22. María Vereni...

Neste mês de outubro lanço a campanha contra a intolerância religiosa, com uma série diária de...

 Angela Natel / Oct 22, 2019





Adolfina Ocampos

No Paraguai uma mulher de 45 anos foi atada a um poste, atingida por flechas e soterrada ainda com vida. Adolfina Ocampos foi incriminada de bruxaria.

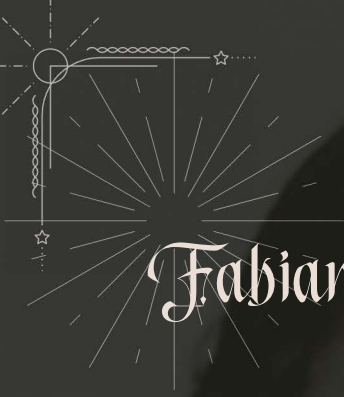
2014



Índia acusada de bruxaria é torturada e morta no Paraguai

Adolfina Ocampos foi condenada à morte pelo chefe da comunidade em que vivia





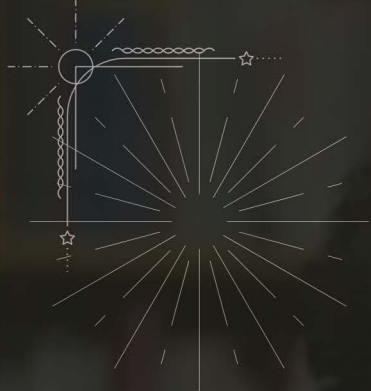
Fabiane Maria de Jesus

2014

Igualmente como as outras mulheres aqui citadas Fabiane Maria de Jesus foi vítima em pleno século XXI. Assim como foram todas as outras, o processo iniciou por fake news que começaram a circular no bairro Guarujá, em São Paulo. Ela foi acusada de envolver crianças em rituais de bruxaria, sendo linchada em público e morta de forma cruel por cerca de 100 pessoas. Este caso aconteceu em 2014, porém não haviam provas contra a vítima, mesmo ela alegando que era inocente e clamando por piedade. Enquanto ela apanhava das pessoas, Fabiane segurava uma Bíblia.

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/06/15/oito-anos-apos-mulher-serespancada-ate-a-morte-em-sp-fake-news-segue-fazendo-vitimas-como-o-turistaqueimado-vivo-no-mexico.ghtml>





“A caça às bruxas nunca terminou,
mas as mulheres também nunca
deixaram de resistir”.
(Federici, 2017 p. 5).



1. REVISITANDO ESCRITAS BRUXESCAS

Durante muitos séculos, a bruxa foi vista como um ser que tinha íntima ligação com Satã e o mundo sobrenatural. Acreditava-se que ela exercia o poder por meio da força da natureza, e por esse motivo muitas foram condenadas por bruxaria e mortas em praças públicas. Passaram-se séculos, e o mito da mulher-bruxa perpetuou-se no imaginário social. Atualmente, ainda é possível observar a utilização do termo “bruxa” para diminuir uma mulher, ou seja, o processo de objetivação e subjetivação da mulher continuou no decorrer do tempo, mesmo após o período conhecido como caça às bruxas na Europa.

Definir o conceito de bruxa parece uma tarefa demasiadamente problemática, visto que tal termo adquiriu diferentes significados com o passar do tempo. Porém, vale salientar que o termo é usado predominantemente para o feminino, com o encargo polissêmico que ele tem. Inicialmente, a bruxa era caracterizada como uma mulher com cabelos grandes, nariz pontudo e verrugas, e/ou era a curandeira, a parteira, e exercia a sua função na sociedade utilizando a sabedoria da natureza. Séculos depois, esse termo foi atribuído a mulheres que, de alguma forma, manipulam essa sabedoria para benefício próprio. De todo modo, a mulher que ganha esse termo não é bem-vista na sociedade.

Diante do exposto, revisitam-se escritas bruxescas em artigos, dissertações e teses que trazem a mulher como a bruxa, aquela que foi segregada, acusada, enforcada, afogada, enterrada e queimada por ser associada à prática da bruxaria. Os trabalhos foram revisitados nas plataformas Scielo Brasil, Sucupira e Capes Brasil, a fim de servirem de apoio para esta tese de doutorado.

Para compor as escritas bruxescas, foram escolhidos cinco trabalhos do Scielo Brasil e dez da plataforma Capes/ Sucupira. Foi nesse contexto que se desenvolveu a revisão da literatura, cujo objetivo foi fomentar e corroborar as pesquisas para o desenvolvimento da tese, na tentativa de entender como a bruxa era e ainda é vista pela sociedade e estabelecer uma conversação com as pesquisas já efetuadas. Para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos: escolha das bases de dados; busca dos trabalhos; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; seleção dos trabalhos; e, por fim, revisão e análise dos trabalhos selecionados.

A visitação às plataformas ocorreu nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2021, utilizando-se um filtro com o objetivo de pesquisar trabalhos publicados no período de 1990 a 2021. Como critérios de inclusão, as pesquisas deveriam ter relação com a figura da bruxa, literatura feminina, gênero e práticas da narrativa feminina. Em contrapartida, foram excluídos os trabalhos que não tinham como foco analisar a história, a

violência e narrativas femininas que tivessem alguma ligação com a figura da bruxa.

Após a seleção dos trabalhos, procedeu-se à leitura, análise e interpretação de cada um deles. Inicialmente, extraíram-se informações, tais como: a) objetivos da pesquisa; b) método (amostra, instrumentos); e c) resultados obtidos com a pesquisa. Na sequência, discutiram-se os dados encontrados, como pode ser visto na seção que segue.

Em um primeiro momento, apresenta-se um quadro com a síntese dos artigos selecionados no Scielo Brasil, contemplando, além do título e do nome dos autores, os objetivos e os principais resultados. Como pode ser visualizado no quadro abaixo, optou-se por fazer o resumo no próprio quadro.

QUADRO 1 - ARTIGOS SELECIONADOS NO SCIELO

Fonte	Autor	Título	Objetivos	Método
Scielo	BEDIAGA, Sofia Osthoff; SPERBER, Suzi Frankl.	A subversão pela tradição de Isak Dinesen: animismo, bruxas e storytelling em The Deluge at Norderney	"Investigar de que modo a autora Isak Dinesen (pseudônimo e personagem viva de Karen Blixen) utiliza certos recursos para invocar a memória das tradições pagãs europeias. Entre eles, há o animismo, em que a natureza, especialmente o mar, tem agência e intenção, interferindo no e manipulando o enredo - remetendo ao sistema ontológico animista, que caracteriza o modo de pensar do paganismo".	Análises comparativas, a partir da construção da personagem nas narrativas.
Scielo	LEAL, Fellipe Miranda; MARTIN, Denise.	O linchamento em Morrinhos (boato, estigma e violência)	"Apresentar uma análise do contexto sociocultural relacionado a esse acontecimento: o linchamento de uma mulher com transtorno mental".	Foram utilizados os métodos e as técnicas de pesquisa tradicionais da antropologia; entre eles, observação etnográfica densa e entrevistas em profundidade com moradores de Morrinhos.
Scielo	DIAS, Bruno Vinicius Kutelak; CABREIRA, Regina Helena Urias.	A imagem da bruxa: da antiguidade histórica às representações fílmicas contemporâneas	"Ressaltar o desenvolvimento histórico-social da imagem da bruxa de acordo com as perspectivas culturais, sociais e religiosas desde os primórdios de nossa civilização ocidental até a era contemporânea".	Pesquisa bibliográfica e observação de produções audiovisuais que abordam esse tema.

Scielo	ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes.	Bruxas: figuras de poder	"Percorrer textos de historiadores, em especial o de Jules Michelet, que no século XIX construiu a imagem romântica e martirizada da bruxa, e o manual de inquisidores do século XIV, o <i>Malleus maleficarum</i> , que descreve os poderes da bruxa, sua aliança com o demônio e sua ameaça para o cristianismo".	Descrição e problematização da figura da bruxa em fontes de historiografia inquisitorial.
Scielo	DICKIE, Maria Amélia Schmidt.	A irmã da Bruxa: liderança religiosa feminina e perigo	"Analisar a vida de Jacobina Maurer e discutir sobre a identidade percebida por uma bruxa do século XX".	Análise comparativa de outras obras e teorias sobre a formação ideológica da mulher.

Fonte: autoria própria (2021)

Na visitação ao portal da Capes, foram localizados inúmeros trabalhos, entre artigos, dissertações e teses. Por ser extenso o número de trabalhos publicados na Capes Brasil, foram selecionados dez deles (entre artigos, dissertações e teses) para serem analisados, conforme constam no quadro abaixo.

QUADRO 2 – TRABALHOS SELECIONADOS NA CAPES

Fonte	Autor	Título	Objetivos	Método
Capes	COSTA, Isabelle Rodrigues de Mattos	Da modernidade à contemporaneidade: figurações da bruxa nas literaturas inglesa e norte-americana.	"Analisar a figuração da bruxa no âmbito das literaturas de língua inglesa e norte-americana, a partir de um recorte temático, observando a construção da personagem nas narrativas, focalizando o corpo feminino e a sua relação com o Outro e expondo o seu caráter marginal e transgressor".	Análises comparativas a partir da construção da personagem nas narrativas.
Capes	SILVEIRA, Danieli Munique Fontes da	O Arquétipo da Grande Mãe na representação da Bruxa em contos fantásticos hispânicos contemporâneos	"Analisar as obras e observar como a figura feminina pode ser caracterizada com atributos típicos da bruxa mítica imaginária".	Análise comparativa de outras obras e teorias sobre a formação ideológica da mulher.
Capes	RESENDE, Elle Beethoven dos Santos	A figura da bruxa no contexto das visitasções no Brasil setecentista: um contributo do imaginário de Gilbert Durand	"Analisar fontes da historiografia inquisitorial, objetivando a compreensão dos diversos contextos nos quais o gênero feminino é absorvido pelo simbolismo mítico, oriundo do empoderamento clerical vigente, que proporcionou a essas mulheres momentos de afrontamentos de caráter misógino, através do desrespeito e da criminalização durante séculos".	Descrição da figura da bruxa em fonte da historiografia inquisitorial.

Capes	MARTINS, Joice Fagundes	Os cativos das mulheres: as representações e as relações femininas na obra de Eliane Brum.	"Analisar as representações femininas e as relações construídas entre as personagens femininas em duas obras de Eliane Brum: <i>Uma duas</i> (2011) e <i>Meus desacontecimentos</i> (2014)".	Busca literária em livros e fontes fidedignas.
Capes	OLIVEIRA, Amanda Lais Jacobsen de	De Salem a Eastwick: a figura da bruxa na representação da presença feminina	"Investigar a relação entre a representação das personagens bruxas em duas narrativas, com as nossas compreensões do ser mulher ao longo da história e, principalmente, na contemporaneidade."	Análise comparativa de outras obras e teorias sobre a formação ideológica da mulher.
Capes	ELIAS, Thaise Maria Armelin	Mulher Bruxa? Uma análise discursiva foucaultiana da desobediência de Clarice Lispector	"Analisar a relação entre língua, história e sujeito, levando em conta os jogos de verdade e os nós discursivos que atualizam o enunciado mulher bruxa com referência a Clarice Lispector, uma das maiores e mais importantes escritoras modernistas do século XX".	Análises comparativas, a partir da construção da personagem nas narrativas.
Capes	CHIOVATTO, Anna Carolina Lazzari	A consolidação do estereótipo da Bruxa e sua resignificação na contemporaneidade: nuances de uma alteridade disforizada	"Investigar a imagem da bruxa em dois momentos históricos - o início da Idade Moderna e a contemporaneidade"	Análise bibliográfica.

Capes	GREGÓRIO, Larissa Oliveira	As noivas de Satã: ordem jurídica e bruxaria entre o <i>Directorium Inquisitorium</i> (1376) e o <i>Liber Razielis</i> (1259)	"Compreender o processo de judicialização discursiva da bruxaria no final do século XIV."	Análise do <i>Directorium Inquisitorium</i> , manual inquisitorial escrito pelo aragonês Nicolau Eymerich em 1376.
Capes	SOARES, Mariana Borges	Bruxas, feitiços e perseguições: acusações de bruxaria e o processo de elegibilidade para a determinação da condição de refugiado	"Abordar a questão das acusações de bruxaria, compreendidas dentro do que se convencionou chamar de violência relacionada à bruxaria, e a sua abordagem no âmbito dos processos de elegibilidade para determinação da condição de refugiado no Brasil, que tramitam perante o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)."	Realização de visitas/entrevistas aos refugiados e às instituições que atendem esse público.
Capes	SANTOS, Livia Guimarães Torquetti dos	A demonologia e a narrativa do intruso: do <i>De la démonomanie des sorciers</i> ao <i>Tableau de l'inconstance des mauvais anges et démons</i> , a França e suas ficções diabólicas (1580-1613)	"Analisar as fontes e reelaborar os contos populares em versões relacionadas à magia e à bruxaria."	Pesquisa bibliográfica e documental.

1.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, são apresentados as discussões e resultados encontrados na visitação. Analisando-se os trabalhos selecionados, é possível observar um campo vasto de pesquisas sobre o conceito de bruxa.

Atualmente, ainda há confusão no que se entende sobre o que é bruxaria. Nos tempos antigos, a confusão era ainda pior, pois curandeiras, parteiras, mulheres em geral que tinham uma ou mais características tidas como de bruxas eram jogadas nas fogueiras e queimadas até a morte. Segundo Costa (2016, p. 11),

Um ponto importante é o uso deliberado da forma feminina *bruxa*. Isso se dá por dois motivos: o primeiro é para ressaltar a proeminência de mulheres entre as acusações e execuções; a outra é obviamente a escolha pelo estudo da figura feminina em si, da imagem da mulher-bruxa e suas significações.

Apesar de alguns homens terem sido acusados, as mulheres ficaram mais conhecidas. Na Idade Média, muitas pessoas acreditavam no sobrenatural, assim como no poder que o maligno poderia exercer em suas vidas, o que se estende até os dias de hoje. Esse maligno era friamente representado pelas mulheres, aquelas que fugiam à regra do que a sociedade aceitava como normal. A bruxaria era um

pecado imperdoável, e a acusação de praticá-la costumava passar de geração em geração, fazendo com que não só as suspeitas, mas também seus descendentes, sofressem perseguição.

É possível ver, nos trabalhos analisados, o quanto as mulheres sofreram e ainda trazem os estigmas desses tempos sombrios. Muitas foram as transformações pelas quais a bruxa passou com o decorrer dos anos, mas ela sempre é considerada como uma figura abjeta. Ela assusta e atrai ao mesmo tempo, deslumbra e causa estranhamento, seja por seu poder ou por sua aparência física, que outrora era a de uma velha encurvada e que hoje é a de uma mulher fascinante, que usa a beleza para enfeitiçar os homens.

A trajetória da figura da bruxa através dos séculos mostra que escapar do papel de vilã foi uma batalha árdua da qual ela ainda não conseguiu sair completamente vitoriosa, pois quando aparece na literatura contemporânea, a bruxa não é mais queimada ou enforcada, mas permanece rejeitada pela sociedade, marginalizada por ser diferente. (COSTA, 2016, p. 99).

De acordo com Soares (2021), grande parte do peso que as mulheres carregam por serem consideradas bruxas vem dos sermões cristianizados, apontando um caráter misógino.

Delumeau (2009, p. 480-481) afirma que a imprensa contribuiu de maneira fundamental na opressão das mulheres, ao mesmo tempo que reforçava o ódio ao

judeu e o temor do fim do mundo. Tem-se, por exemplo, a obra do cardeal franciscano Álvaro Pelayo, “*De planctu ecclesiae*”, de 1330, elaborada a pedido do Papa João XXII, que foi impressa e reeditada em 1474, 1517 e 1570, em que reúne dogmas de doudas obras e apresenta um longo catálogo dos cento e dois “vícios e más ações” da mulher. A obra é considerada o maior documento da hostilidade clerical às mulheres, que se compreende, segundo o historiador, pela preocupação das ordens mendicantes com a cristianização, inquietas com a decadência do corpo eclesial. (SOARES, 2021, p.43)

Deve-se salientar que o cristianismo não foi pioneiro ao retratar o medo da mulher, porém, foi um dos que mais contribuíram para alimentar e propagar a cultura do medo e, conseqüentemente, do ódio às mulheres. É possível observar que a cultura do ódio às mulheres, cultivada durante a Idade Média e a Idade Moderna, segue na contemporaneidade. Até hoje, há mitos e suposições passadas de geração em geração e difundidos em diferentes discursos religiosos.

Esses mitos chegaram até nós através da arte, das histórias orais repassadas de geração em geração e da literatura infantil. Quando essas mulheres passaram a ser retratadas na literatura, ganharam uma nova roupagem, mas a maldade ainda estava presente. Na literatura infantil, as bruxas eram retratadas em contos de fadas em que havia os mocinhos (protagonistas) – mulher e homem bondosos que queriam encontrar o amor verdadeiro – e a bruxa. Essa mulher má sempre tentava atrapalhar os planos dos protagonistas usando a própria maldade ou a magia.

Em nenhum conto de fadas, existe um homem mau que faz magia ou feitiçaria; isso sempre é feito por uma mulher mais velha, de aparência austera e coração fechado e ardiloso, sempre demonstrando ser movida pela ambição.

Essa figura maléfica, devoradora, com sua vassoura, seu imenso narigão e seu caldeirão que usava para fazer feitiços e maldições para ameaçar a sociedade, sempre esteve presente nos desenhos animados, filmes e livros infantis e permanece, até hoje, enraizada na cultura popular como uma representação do mal. O grande problema, ou talvez, o grande ato de misoginia de acordo com Silva e Santos (2020), foi que essa visão social a respeito da bruxa foi atrelada à figura da mulher, convertendo-se numa repulsa ao feminino. Consequentemente, repleto de estereótipos e fruto de uma construção social e histórica, a representação da mulher relacionada à bruxa acarretou num processo de julgamentos e perseguição, dando continuidade a visão negativa da mulher advinda do mito de Adão e Eva (ELIAS, 2023, p.60).

A referência da bruxa carrega tudo o que é instintivo, perverso, rebelde e indomável nas mulheres. Em função dessa concepção, até os dias atuais, as mulheres são vistas assim. Ainda, “a bruxa é aquela que se compõe junto a uma grande variedade de pré-conceitos pensados sobre o feminino, sobre o corpo, a natureza e os ciclos de nascimento, vida e morte” (ZORDAN, 1005, p. 339 apud ELIAS, 2023, p. 60).

A partir dessa visão histórica, desde tempos imemoriais, existe uma construção social negativa da mulher, e esta, em alguns casos, é transformada em bruxa. Quanto à concepção da mulher bruxa, segundo Silva e Santos *apud* Elias (2023, p. 65):

[...] ainda está presente na sociedade atual, sendo ela associada a mulheres repletas de autoconhecimento, algo que excede os padrões de uma sociedade totalmente conservadora, machista e patriarcal. Mulheres que a partir da Idade Média, mesmo tendo a concepção de que a liberdade é sinônimo de morte, assumem seu papel de resistência mesmo que as consequências sejam um revival inovado e transforme-se nas novas fogueiras inquisitoriais da contemporaneidade.

Partindo dessas observações, é possível afirmar que ainda é necessário estudar e analisar o processo de objetivação e subjetivação da mulher no decorrer do tempo, não apenas para a obtenção do conhecimento cronológico, mas também para a problematização de discursos de verdade instaurados e perpetuados até os nossos dias.

Após a análise dos enunciados selecionados para esta pesquisa, pode-se concluir que, por mais que se fale sobre sua existência e importância na história, a bruxa ainda traz em seus modos de existência características de uma mulher que utiliza a manipulação das forças ocultas e profanas. No inconsciente social, a bruxa pode até ter recebido outra

roupagem, mas continua com aspectos não tão bem-vistos diante da moral hegemônica. Há um fosso entre as mulheres que foram condenadas como bruxas e o conceito de bruxa na literatura atual, apesar de as duas situações trazerem mulheres segregadas por sua condição de mulher e por seus poderes sobrenaturais.

O termo “bruxa” tornou-se polissêmico, embora pareça referir-se a um grupo específico de pessoas. O termo pode ser empregado tanto para elogiar uma mulher quanto para ofendê-la, dependendo de quem fala e do sistema de crenças do enunciador. Hoje, as mulheres apropriam-se desse termo como forma de militância feminista em busca de igualdade. A existência da bruxa não está atrelada ao poder sobrenatural por ela ser uma aliada de Satã, mas associada a exercícios diários de resistência na imanência da vida. Ela deixa os estereótipos de uma mulher velha, carrancuda, com verrugas, que voa em vassouras, e passa a ser uma mulher comum que problematiza as forças do seu presente, ainda com forças patriarcais e misóginas. Portanto, a utilização da palavra “bruxa” nesta tese será operada como um lugar no discurso produzido por diferentes relações de poder e saber, que se desdobra na violência contra as mulheres. Proponho-me, ainda, a pensar a potência da narrativa na escola para essa resistência.

2. BRUXA, CAPITALISMO E O PATRIARCADO: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A POTÊNCIA DA NARRATIVA NA ESCOLA

2.1 TIPOLOGIA BRUXESCA

A caça às bruxas, embora dificilmente quantificada com precisão, pode ser considerada como um dos primeiros genocídios da era moderna, estendendo-se até o final desse período e ainda em curso no presente. Sabe-se que o termo “holocausto” tem sua origem no grego *holó* (inteiro, todo) e *kauto* (queimado), referindo-se ao fato de que a vítima era queimada completamente. Embora esse termo seja amplamente associado à execução em massa de judeus e outras minorias durante o nazismo, ele também pode ser aplicado a outras perseguições sistemáticas, como a caça às bruxas (BARBOSA, 2010). “Estima-se que mais de 80% das pessoas julgadas e executadas por bruxaria na Europa dos séculos XVI e XVII eram mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 323). Apesar de existirem divergências entre estudiosos quanto ao período exato em que ocorreu a perseguição às bruxas, há um consenso sobre a predominância de mulheres entre as vítimas (DELUMEAU, 2009; BARSTOW, 1994; SOUZA, 2005; FEDERICI, 2017; ANCHIETA, 2019).

Pesquisas relacionadas ao tema da bruxaria são numerosas no campo historiográfico, nas ciências humanas e,

em especial, na antropologia. São inúmeras as contribuições associadas à história para entender esse fenômeno. Existem diversas fontes disponíveis que abordam a bruxaria no ocidente cristão, tais como: processos inquisitórios, tratados e manuais. São fontes variadas e extensas, mas muitas ainda não têm tradução para o português, dificultando e por vezes impossibilitando o acesso dos pesquisadores brasileiros a determinadas informações.

As fontes/referências presentes são registros de base eclesiástica ou doutrinal, que descrevem a bruxaria e as bruxas, mas é preciso frisar que estas nunca falaram sobre si mesmas. A caracterização da bruxaria apresentou definições distintas, de acordo com a região em que se manifestou, a prática e as formas de perseguição. A bruxaria foi variável no espaço e no tempo histórico; em outras palavras, a bruxaria não foi um processo hegemônico. Muitos dos estudos sobre a bruxaria tiveram seu início quando as perseguições já haviam estancado. Também vale dizer que a perspectiva da bruxaria histórica não tem nenhuma relação com a bruxaria contemporânea, também conhecida como Neopaganismo ou Wicca.

Mesmo com interpretações diversas, a caça às bruxas é geralmente situada entre o final do século XIV e meados do século XVIII, período amplamente reconhecido como de repressão sistemática do feminino na Europa (MURARO,

2016). Esse processo resultou no “maior assassinato em massa [europeu], do povo pelo povo, sem que estivesse em curso uma guerra” (BARSTOW, 1994, p. 19). Há, ainda, estudiosos que argumentam que, em certo sentido, essa perseguição nunca cessou completamente.

Não se sabe ao certo quando aconteceu a primeira aparição das bruxas na história, mas sua origem está profundamente entrelaçada com práticas religiosas e culturais ligadas ao paganismo. As curandeiras e sacerdotisas das religiões pagãs eram frequentemente associadas à magia e à natureza, mas sua imagem foi mais tarde deturpada com a ascensão do cristianismo, apesar de o conceito já ser operado desde a antiguidade. O conceito de bruxa, tal como ficou no inconsciente coletivo de forma deturpada, começou a ganhar forma na Idade Média e no início da Idade Moderna, particularmente na Europa, com o aumento da caça às bruxas, entre os séculos XV e XVII.

Deusas da fertilidade e da sabedoria, como Hécate (mitologia grega) e as Nornas (mitologia nórdica), são algumas das figuras arquetípicas que influenciaram o surgimento da figura da bruxa. Estudos sobre religião comparada e mitologia antiga, como os de Mircea Eliade em *The Sacred and the Profane* (1957), discutem essas figuras femininas associadas à sabedoria oculta.

Um dos primeiros e mais conhecidos registros que remetem à figura da bruxa é encontrado entre 931 a.C. e 721 a.C., no *Primeiro Livro de Samuel*, no Antigo Testamento. Trata-se da história da “Bruxa de Endor”, uma necromante consultada pelo rei Saul antes de sua batalha contra os filisteus (BÍBLIA SAGRADA, I Samuel 28:7-25). Segundo o relato, essa mulher teria invocado o espírito do profeta Samuel, que, ao ser acordado de seu descanso eterno, profetizou a morte iminente de Saul e de seus filhos. Como narrado no mesmo livro, no dia seguinte, os filhos de Saul morreram no combate, e o rei, derrotado e sem alternativas, cometeu suicídio.

Outro versículo que menciona a bruxaria encontra-se em Êxodo 22:18: “Tu não permitirás que uma feiticeira viva”. Esse trecho, que integra as leis dadas a Moisés durante a fuga dos israelitas do Egito, reflete o contexto de proibição e temor em torno de práticas consideradas mágicas. Além disso, ao longo da Bíblia, existem várias passagens que condenam práticas como adivinhações, encantamentos e o contato com os mortos, reforçando a rejeição às figuras associadas à bruxaria no contexto da moral judaico-cristã (DEUTERONÔMIO 18:10-12; LEVÍTICO 19:31).

Joseph Campbell (2018) explica que o ser mulher, desde as épocas mais remotas da história, sempre foi visto como sinônimo de ser dominadora de uma força mágica, uma força da natureza, o que acabou produzindo certa obsessão

no masculino por quebrá-la, controlá-la e usá-la para seus próprios interesses.

Jeffrey B. Russell (2008) diz que, no início, a bruxaria europeia era equivalente à de qualquer parte do mundo, mas que a acentuada mudança nesse entendimento se deu pelo pensamento cristão em face das religiões pagãs. Para o autor, “[...] o equívoco mais comum a respeito da bruxaria é a concepção de que ‘bruxas não existem’. [...] A existência ou não de bruxas está intimamente relacionada à definição adotada para caracterizá-las” (RUSSEL, 2019, p. 9). Em seus escritos, Russell ressalta que “ritos milenares e liturgias ordenadas, tendo em vista a fertilidade, com danças, banquetes e desrecalques eróticos, transformaram-se em sabás sob a pressão da sociedade cristã” (DELUMEAU, 2009, p. 552).

A vertente assumida nesta pesquisa é a histórica, iniciando-se pela deusa mãe em suas relações com o paganismo, passando por todo o atravessamento do patriarcado e a inquisição na Idade Média, até as discussões levantadas pelo Iluminismo, a constituição do capitalismo e o enfrentamento da violência contra a mulher nos dias atuais, terminando especificamente com o olhar para o Brasil. Para Foucault (2001), a história não é composta por elementos inertes, mas por uma batalha contínua de forças. Concordando com essa perspectiva, reconhece-se a existência de uma

arqueogenealogia de corpos que são sempre históricos, sujeitos cujas lutas se inscrevem de forma concreta na história. Um exemplo emblemático são as bruxas, cujos corpos foram violentamente dilacerados, tornando-se parte essencial das narrativas que compõem esta pesquisa.

Narrar a história de mulheres/bruxas é buscar escapes em uma cultura patriarcal que as coloca como vilãs. Segundo Foucault (2001), cabe pesquisar as regularidades e deslocamentos dos enunciados tidos como verdadeiros ao longo da história, em seus efeitos específicos de poder e subjetivação.

Foucault (2010) entende a história atrelada a relações de poder, analisando a produção de corpos forjados tanto sob uma perspectiva disciplinar quanto biopolítica. Foucault buscou descrever “uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos” (FOUCAULT, 2010, p. 231). Esta será a problematização central da pesquisa: o poder de discursos que demonizaram mulheres, pois, se a História é um campo onde se estabelecem relações de poder, é preciso problematizar os saberes já formatados e permitir-se emergir para a dúvida, confrontando os enunciados que continuam legitimando todo tipo de violência contra as mulheres.

A partir dessa perspectiva, inicia-se pela etimologia da palavra “bruxa”, que por vezes não tem sua origem bem

definida. Sugere-se que venha do latim antigo *broscia*, talvez relacionado com Frâncico Brosse, “correr pelo mato ralo”. A expressão “correr pelo mato” acabou designando outras coisas, como, por exemplo: a crença de que a bruxa seja uma mulher que pratica feitiçaria e muitas vezes está ligada ao mal.

Na literatura clássica, a figura da bruxa ficou registrada de forma estereotipada como um ser horripilante, malvado, sujo, com aparência de velha (com uma conotação pejorativa, e não como sábia), uma mulher nariguda, de risada estridente e aguda que deixava todos aterrorizados. Isso ocorreu principalmente por causa dos contos de fadas, em que a mulher má era sempre a bruxa, uma mulher que performa o que é entendido socialmente como algo ruim, algo mau. No entanto, essa mesma bruxa pode ser considerada uma mulher sábia, forte, protetora, que conhece e utiliza sua sabedoria e o poder da natureza para seus próprios fins, segundo apontam alguns autores, como Bruno Betelheim (1981), Robert Darnton (1986), Silvia Federici (2017) e Scott Joan (1995), que dão subsídio para o entendimento do estereótipo vigente da mulher bruxa. Para a leitura da figura da bruxa, somaram-se outros seres míticos que pertencem ao sistema pagão, os quais, pouco a pouco, o cristianismo foi sincretizando; assim, mulheres que eram deusas passam a ser vistas como inferiores, fracas e fáceis de tentar, de seduzir para o mal, ou

seja, não é arbitrária a associação da mulher com a imagem do demônio.

O assombro e o medo que origina... que do corpo da mulher saísse sangue em intervalos similares aos do ciclo lunar, e que esse fluxo se detivesse quando nesse mesmo corpo se geravam crianças... causou que o período menstrual se associasse com a ideia da infertilidade ou da putrefação. (LÓPEZ, 2008, p. 11, tradução própria).

Segundo Langer (2012), esse é um dos temas mais polêmicos e repletos de teorias. Isso ocorre pelo fato de que alguns relatos foram perdidos ou até mesmo manipulados, deixando lacunas, problemáticas e desafios para os pesquisadores contemporâneos. Apesar dessas lacunas, pode-se perceber que, na Idade Média e no início da modernidade, como já citado, com o avanço do cristianismo e sua forma de dominação, algumas mulheres foram consideradas bruxas, perseguidas, acusadas de heresias e sentenciadas à morte. Vale enfatizar que, em pleno século XXI, mulheres ainda estão sofrendo violência física, psicológica e esquitejamento moral nas redes sociais, sendo submetidas a cárcere e até mesmo a sentenças de morte.

Antes de avançar na discussão sobre o patriarcado, faz-se necessário entender o que está atrelado às mulheres e à bruxaria, prática que não era comum apenas no contexto feminino, já que muitos homens também utilizavam os

conhecimentos naturais para obter cura de doenças, prever o futuro ou obter algo que eles desejavam. Segundo Brooks (2019, p. 65), as definições de Bruxa, Feiticeira e Maga diferenciam-se conforme a escala da magia. A magia pode ser de ordem cósmica, que assume o aspecto divino; magia natural, que utiliza os elementos da natureza; e magia acadêmica, ou magia química.

A feiticeira é da alta patente da magia, pois ela sempre se liga a um elemento cósmico. Das castas da magia, a de bruxa é a mais baixa de todas, pois as bruxas usariam a magia mais básica, estariam mais perto do povo e mostrariam o seu poder por meio dos elementos naturais. Apesar de existir o bruxo, a palavra e o conceito estão intimamente ligados ao feminino, em função da conexão da arte com a natureza. À palavra “bruxa”, repleta de significados, associam-se inúmeras qualificações pejorativas, e seu sentido muda de acordo com a cultura e o recorte histórico.

Em contrapartida, o(a) mago(a) é a pessoa que exerce a magia acadêmica. É o alquimista, o estudioso, o conhecedor do potencial humano. Tal posto é predominantemente exercido por homens (RUSSELL, 2019, p. 70), portanto, aqui é necessário um ponto de atenção, pois os cargos mais “altos” em níveis acadêmicos eram dados aos homens, pelo fato de a mulher ter sido privada de estudar por séculos.

Concordando com Jean Delumeau (2015), a figura da bruxa pode ser interpretada como a personificação do medo que o homem sente em relação à mulher, vista como “um enigma constante” e como um obstáculo à sua busca pela espiritualidade. Essa percepção surge da fascinação inexplicável que a mulher exerce sobre ele, sendo descrita como um ser “misterioso” e “fatal”. A isso, soma-se o mistério da maternidade e dos ciclos fisiológicos femininos, frequentemente associados às fases lunares. Essa visão negativa levou à demonização da mulher por meio da figura da bruxa, cujos maiores pecados eram o exercício de um poder oculto sobre os homens e a expressão de uma sexualidade considerada desenfreada. Dessa forma, a bruxa tornava-se a antítese dos valores cristãos de obediência, castidade e pureza, encarnados pela figura da Virgem Maria e promovidos pelo patriarcalismo cristão na Idade Média.

No século XIX, o historiador Jules Michelet (2018) descreve a bruxa como uma “mártir universal”, retratada como uma figura solitária que, enfrentando privações e tarefas exaustivas, acabava sendo seduzida pelas forças do mal. Michelet pinta a bruxa como uma exilada, vivendo em regiões remotas, exposta aos elementos e isolada de sua aldeia, onde se tornara uma ameaça social. Essa figura, renegada pela sociedade, também era buscada como conselheira amorosa ou para realizar feitos extraordinários. Roberto Sicuteri (1985),

por sua vez, aborda o arquétipo da bruxa como representação da mulher selvagem, refletindo o desconforto da sociedade diante da intensidade feminina, alimentando hostilidade para com os conflitos sexuais e aversão pelos instintos relacionados à independência das mulheres.

A demonização da mulher, o que muitas vezes não tinha uma causa ou padrão – era simplesmente o fato de sofrer determinada acusação –, levou inúmeras mulheres a sofrerem atrocidades em várias partes do mundo e em diferentes contextos. Trazer reflexões sobre o termo “bruxa” e refletir sobre essa história é apenas um caminho encontrado para ir contra a barbárie que ainda acontece em pleno século XXI. Acredita-se que o encontro com a diferença e o exercício de pensamento na escola possa ser, ainda, uma possibilidade para entender as relações entre a bruxa, o capitalismo e o patriarcado e, para tal entendimento, se faz necessário conhecer a História. Por isso, em vez de narrar cronologicamente os fatos, preferiu-se iniciar com o inventário, que mostra relatos de violência contra as mulheres acusadas de bruxas ao longo da história. Trata-se de um inventário que busca convidar essas mulheres a contarem suas histórias comigo, para todas nós, por todas nós. Um inventário que procura transformar-se em uma narrativa possível a ser operada na escola, já que essas mulheres não puderam falar e escrever sobre si mesmas.

Nos últimos anos, no Brasil, o discurso ultraconservador abriu outras possibilidades para essas práticas discursivas, produzindo, por exemplo, perseguição e torturas de senhoras acusadas de bruxaria, ligadas a diferentes comunidades indígenas ou vinculadas a religiões de matriz africana. O inventário não buscou dar conta da totalidade das milhares de mulheres mortas, mas trazer algumas histórias encarnadas em seus corpos – uma forma de falar sobre elas e com elas, para terem ainda um lugar de luta política por meio da educação. Contar essas histórias poderia, ainda, ser uma maneira de manter a problematização em aberto.

Muitas vezes, a escola aborda a figura da bruxa de maneira superficial e estereotipada, associando-a a uma imagem maligna, como nos contos de fadas, sem trazer sua história. Federici (2004) entende que a bruxa representa um papel subversivo, pois historicamente ela foi alvo de perseguições devido ao seu conhecimento, especialmente no início do capitalismo, o qual veremos com mais profundidade no próximo capítulo. Ao ignorar esse fato, a escola colabora para a perpetuação de estereótipos que contribuem para a opressão feminina, deixando de lado o potencial da figura da bruxa para discussões críticas sobre poder, gênero e tantas violências ainda presentes. Quando se fala em educação, portanto, é necessário também refletir sobre o papel que a bruxa ocupa nas salas de aula como forma de resistência à violência de gênero.

Federici (2004) afirma que a violência contra as mulheres não cessou com o fim das caças às bruxas nem com a abolição da escravidão. Pelo contrário, os atos de brutalidade foram transformados em formas de violência mais sutis e sistêmicas, perpetuadas nas estruturas sociais, culturais e econômicas, que continuam a marginalizar e oprimir mulheres. A escola, então, é uma das possibilidades de resistir, de pensar uma sociedade mais justa para nós, mulheres, e de apagar fogueiras sociais que permanecem acesas no passar dos séculos.

2.2 TECENDO RELAÇÕES ENTRE A BRUXA, O PATRIARCADO E O CAPITALISMO

É necessário entender de onde vem a violência, quais são suas raízes e quais são os processos sociais, políticos e econômicos que a sustentam para entender que mudança social é necessária. (FEDERICI, 2019, p. 102).

Para todas as princesas, para todas as donzelas, para todas as rainhas. Vocês já resgataram a si mesmas tantas e tantas vezes agora, eu admiro todas vocês (LOVELACE, 2018, p. 24).

Neste capítulo, o objetivo é refletir sobre a relação entre a figura da bruxa, o patriarcado e o capitalismo. Federici (2019) destaca que, para entender a violência contra as mulheres, é crucial examinar as raízes e os processos que sustentam essas práticas violentas, especialmente quando se

trata de uma estrutura social que historicamente marginaliza as mulheres. Paralelamente, a literatura de Amanda Lovelace (2018) fornece uma perspectiva inspiradora ao ressaltar que mulheres, quando estão unidas, têm a capacidade de se libertar das opressões que as prendem.

Tecer relações entre a figura da bruxa, o patriarcado e o capitalismo é uma árdua tarefa, pois se trata de teias históricas tecidas com sangue. Assim, um fio norteador desta teia problematizará o grande massacre contra as mulheres/ bruxas em todos os continentes, mas muito fortemente na Europa Medieval, em suas relações com o capitalismo e o sistema patriarcal, que se desdobram para todo o mundo. Essas relações atravessaram fortemente o apagamento da violência contra mulheres ao longo da história; são fios norteadores que estão em cinzas, não formaram teias e não tiveram a oportunidade de formar novas teias.

As bruxas foram mulheres que divergiram das ordens estabelecidas em seu tempo em uma grande teia social, e muitos fios param de ser tecidos, viram cinzas, são apagados ou simplesmente cortados; viram memórias ou, muitas vezes, nem memórias e são esquecidos. Esses fios apagados tragicamente, em sua maioria, foram e são mulheres apagadas por sua luta social, sua divergência contra as injustiças. Segundo a autora principal desta pesquisa, “atitudes como essas poderiam ser ressentimentos nascidos da raiva pela

injustiça sofrida, uma forma de rejeitar a marginalização.” (FEDERICI, 2019, p. 52). A mulher que defendeu seus ideais e que se negou a ser marginalizada teve seu fio apagado.

O inventário desta pesquisa buscou alguns fios que permaneceram na memória social, para serem suportes de novas narrativas que ainda resistem. Cada mulher carrega em seu fio marcas que aquelas mulheres resistentes deixaram nesta grande teia social, pois, segundo Federici, “a bruxa foi a comunista e a terrorista de sua época, quando foi necessário um mecanismo ‘civilizador’ para produzir uma nova ‘subjetividade’ e uma nova divisão sexual do trabalho em que a disciplina capitalista da mão de obra viria a se apoiar.” (FEDERICI, 2019, p.72).

O patriarcado é um conceito muito antigo. Conforme Mendes, “é um sistema que justifica a dominação sobre a base de uma suposta inferioridade biológica das mulheres, que tem origem na família, cujo comando por milênios foi exercido pelo pai” (MENDES, 2012, p. 102). Afirmar quando o patriarcado e o machismo começaram exatamente não é possível, mas sabe-se que é um processo de apagamento da história das mulheres, reduzindo seu papel ao de reprodutora e cuidadora.

Lerner (2019) diz que as mulheres foram e são agentes da história. Sendo as mulheres mais da metade da humanidade, elas sempre estiveram presentes e

compartilharam o trabalho como os homens. As mulheres são e foram peças importantíssimas, peças centrais, e não insignificantes, como se retrata na história da criação da sociedade. A interpretação das mulheres não foi registrada, tampouco levada em consideração, mas a memória coletiva, principalmente a tradição oral passada de geração em geração, em que passado e futuro se conectam, foi mantida em poemas, cartas e mitos, vestígios guardados por mulheres e homens. Pode-se dizer que “o conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização” (GERDA, 2019, p.48).

Podemos pensar que o fortalecimento do patriarcado também passa por instituições que têm algumas vantagens com o esmaecimento da história das mulheres e o seu enfraquecimento: a família, a religião e o Estado. Lerner (2019) defende fortemente que esse histórico de apagamento das mulheres acontece como uma espécie de ponto de partida para a dominação. Daí a importância da criação de um inventário que possa ser trabalhado nas escolas como um modo de contar essas histórias, produzindo, talvez, possibilidades de resistência.

Historicamente, a agricultura começa a ter um excedente de produção, fazendo surgir as primeiras aldeias em torno de 7000 a.C. até 2500 a.C., o que ficou conhecido como período da Pedra Polida. Foi um momento marcante da pré-história

(podendo ser chamada também de pré-escrita).² Logo depois, as primeiras cidades/estados e governos surgiram, e com isso também nasceu o poder de controle sobre a terra e sobre a mulher, há mais de 3.500 anos a.C. (SAFFIOTI, 2004). Antes do sistema patriarcal, alguns historiadores relatam o período matriarcal, em que a Deusa Mãe tinha como responsabilidade gerar e cuidar da vida. A participação feminina era igualitária em alguns grupos nômades.

Segundo Saffioti (2004), algumas religiões politeístas tinham uma visão de igualdade, e a mulher era vista como uma deusa, uma guerreira ou até mesmo como um ser com poder de gerar vidas. “O poder que a Deusa Mãe exercia em nossos ancestrais era imenso: refletia a ordem social e o papel privilegiado da mulher como procriadora, já que a reprodução era um grande mistério” (ALMEIDA, 2010, p.35).

A cultura matrifocal, focada na Deusa Mãe, foi principalmente representada por meio da mitologia, do folclore e de descobertas arqueológicas, que incluíram não apenas pinturas rupestres neolíticas retratando figuras femininas, mas também esculturas de corpos femininos de proporções avantajadas. Um exemplo é a Vênus de Willendorf (CIVITA, 1997), com seus seios proeminentes e corpo arredondado, simbolizando feminilidade e fertilidade, e personificando a

2 Problematisa-se o uso de “pré-história”, entendendo-se que estamos falando de uma pré-escrita.

mulher como criadora da vida. Para Joseph Campbell,

Não resta dúvida de que nas épocas mais remotas da história do homem a força mágica e misteriosa da fêmea era tão maravilhosa quanto o próprio universo; e isto atribuiu à mulher um poder prodigioso, poder este que tem sido uma das maiores preocupações da parte masculina da população - como quebrá-lo, controlá-lo e usá-lo para seus próprios fins. (CAMPBELL apud CIVITA, 1997, p. 11)

A tentativa de dominação do feminino pelo masculino refletiu-se nas mitologias de várias culturas, desde o período agrário sumério (cerca de 4.000 a.C.) até as invasões das tribos semitas guerreiras e dos povos da Europa e do sul da Rússia, como os helênicos e arianos, que eram criadores de gado. Esses invasores acabaram desestatizando comunidades pacíficas e centradas na Deusa Mãe, substituindo gradualmente as mitologias nela focadas por aquelas que exaltavam deuses homens e potenciais guerreiros, como Javé e Zeus (CIVITA, 1997). Esses conflitos tensionaram o que mais tarde culminaria em um dos mais trágicos períodos da Europa medieval: a caça às bruxas.

Quando começam as invasões nos domínios da deusa, surge um novo tema recorrente na mitologia: um herói, deus ou mortal, destrói uma corporificação monstruosa de uma deusa que antes fora suprema, e por fim recebe um tesouro fabuloso, que trará benefícios a toda a humanidade. (CIVITA, 1997, p. 15)

Exemplos dessa transformação em relação à figura da Deusa Mãe são encontrados em narrativas em que ela acaba sendo destruída, casada, rebaixada a um papel secundário, ou em representações estereotipadas, como as bíblicas e as mitológicas da Grécia e de Roma (CIVITA, 1997, p. 15). “Entre essas narrativas, destacam-se a lenda babilônica de Marduk e Tiamat, as narrativas gregas de Zeus e Tifon, a lenda semita de Lilith, a história da Medusa, uma das três Górgonas, e a ‘arquifeiticeira Hécate’, temida rainha do submundo” (CIVITA, 1997, p. 19).

Contribuindo com essas narrativas, temos a evolução das ferramentas de trabalho, como o arado, que gerou uma grande ruptura no modelo matriarcal, pois nesse momento o homem passa a entender a natureza e a compreender o seu papel na fecundação. Quando o homem percebeu isso, a versão mítica da mulher perdeu-se, causando uma imensa desigualdade entre os gêneros, acrescentando-se a isso a emergência da imagem do Deus-Pai nas culturas judaicas e cristãs (ALMEIDA, 2010). As primeiras cidades-estados tinham um duplo domínio da natureza, e o domínio da mulher era do homem, pois ela viria dele, logo, era-lhe inferior e deveria respeitar essa posição, ou seja, uma posição de submissão. Para a mulher, caberia o cuidado dos filhos, a reprodução e a fidelidade ao seu homem.

Já na Antiguidade, em Atenas, berço da civilização ocidental e da democracia, o homem tinha duas vidas: a privada e uma espécie de “*bios politikos*” (ARENDT, 2007).

[...] “espaço tempo” em que surge a oligarquia vinculada aos patrícios, os cidadãos livres que tinham direito de pensar e que também possuíam o direito à acumulação de excedentes de produção. Os patrícios tinham bens: esposas, filhos, escravos [...] dominação e hierarquização do pai como o dono e senhor. (ALMEIDA, 2010, p.47).

Em resumo, a vida particular dos homens era regida por poder e dominação; já a vida pública era orientada pela democracia entre os “semelhantes”, mas deve-se frisar que poucos tinham direito de participação. As mulheres, por exemplo, não podiam participar da “vida pública”, nem os escravos e os estrangeiros.

A herança dos gregos que vem até os dias atuais é o modelo de “democracia e política, padrões de beleza, proporções arquitetônicas e artísticas, assim como a misoginia” (ALMEIDA, 2010, p. 46). Almeida complementa que os discursos misóginos da antiguidade se deslocam até o medievo, crescendo muito durante este período na Europa. Nesse momento, o corpo da mulher transitou entre instrumento do pecado e da santidade, sempre em situação de submissão, por meio da penitência e servidão, o que teve um impacto profundo na produção de violência de gênero.

Conforme Martins (2013), as mulheres eram perigosas em si mesmas, mesmo sendo puras, e cabiam-lhes a obediência e as punições.

Podemos tomar como exemplo o que ocorre no século XIII, quando a profissão dos médicos tem início em alguns países da Europa. Considerada uma atividade laica, insuflava uma imensa campanha contra as curandeiras, parteiras e praticantes de alguma cura médica (TELLES, 2021). Outro ponto de atenção trazido por Telles (2021) é que, na Alemanha, a perseguição às bruxas se deu com a regulamentação da profissão de parteira, que passou a ser mera assistente dos médicos. Na Inglaterra, médicos enviaram petições ao Parlamento da época, solicitando que as mulheres fossem proibidas de exercer atividades relacionadas à medicina e que fossem multadas aquelas que as praticassem. No século XIV, iniciou-se uma grande campanha dos médicos contra as curandeiras, erradicando-as de toda a Europa Ocidental. Os médicos homens conquistaram o monopólio sobre o exercício da medicina (mas a vida sempre resiste em brechas). Deve-se entender que

Na Europa predominava uma visão mágica do mundo, tanto entre pagãos como entre os cristãos. As mensagens da mitologia e do folclore não estavam apenas nas profundezas da psique humana; possuíam um significado real e imediato. Também traduziam um equilíbrio delicado entre amor e ódio pela bruxa, figura de poder aparentemente imenso. E esse equilíbrio, ao

que parece, sempre parecia prestes a pender para o lado do medo e do horror. As pessoas pensavam saber o que era uma feiticeira; na verdade, conheciam-na por mais de uma dúzia de nomes diferentes. Precisavam apenas de mais um pretexto para dar vazão a seus instintos e atacar a fonte de inquietude que a bruxa representava. Infelizmente, isso foi exatamente o que ocorreu quando o cristianismo reivindicou seus direitos de gerir tanto suas vidas quanto suas lealdades. (CIVITA, 1997, p. 30)

Dessa forma, a igreja católica contribuiu para legitimar a profissão dos médicos no período de caça às bruxas, seguindo as recomendações feitas pelo livro *O martelo das feiticeiras*, que será mais detalhado adiante. O livro declarava que “uma mulher que tenha a ousadia de curar sem haver estudado é uma bruxa e deve morrer” (FEDERICI, 2004, p.23). Entretanto, é preciso lembrar que a oportunidade do estudo não foi dada às mulheres, pois elas foram excluídas das universidades. Assim, acusar uma mulher de ser bruxa era algo relativamente fácil para a época, em que havia forte assujeitamento de seus saberes, corpos e modos de vida. Bastava uma denúncia para que o processo já estivesse quase todo concluído.

De toda essa historicização sobre a constituição da figura da bruxa, Federici (2017) mostra, em suas pesquisas, algo extremamente importante: como a perseguição contra milhares de bruxas ocorreu no começo da era moderna e acabou “coincidindo” com o surgimento do capitalismo.

Segundo a autora, a caça às bruxas desenvolveu-se para destruir o controle que as mulheres exerciam sobre seus próprios corpos, ou seja, a função reprodutiva, criando um terreno fértil para o desenvolvimento de um regime opressor patriarcal. Assim, todos os modos de opressão contra as mulheres se realizaram – elas não controlavam seu corpo, não podiam estudar e não tinham uma profissão, sobrando, assim, as margens sociais para quem não casava e não seguia os ritos sociais ditados na época.

Sobre a emergência do capitalismo, devem-se observar as relações entre a terra, o camponês e o capital. Essa relação histórica mostra que a terra é primordial. Marx (2013) argumenta que os antigos regimes tinham a terra, em um primeiro momento, como uma questão central para estabelecer os meios de produção. Milhares de pessoas foram expulsas das suas terras, e mecanismos de controle foram gerados para garantir que essa riqueza ficasse nas mãos de poucos. Marx afirma que “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela” (MARX, 2013, p. 836).

Marx (2013), em sua obra *O capital*, diz que uma nova dinâmica passou a ser implementada. Os camponeses foram expurgados de suas terras, que foram apropriadas privadamente, estabelecendo novas configurações para o

trabalho, sendo que nesse período ainda acontecia a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

O arcabouço jurídico para tanto já se organizava e trazia a garantia do direito de posse das terras. Por sua vez, quem não tivesse terras poderia ofertar seu próprio corpo como força de trabalho, que seria vendida por um salário (forma simbólica de dinheiro). Todavia, Marx (2013) aponta que o trabalhador “doa” um tempo a mais de trabalho, pois o segredo da acumulação está no processo de extração da mais-valia.

Nesse cenário, a reforma protestante foi um duro golpe para a igreja católica e atingiu duramente os trabalhadores:

À época da reforma, a igreja católica era proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos conventos etc. enxotou os habitantes de suas terras, os quais passaram a engrossar o proletariado. Os bens eclesiásticos foram amplamente doados a vorazes favoritos da Corte ou vendidos a preço ridículo a especuladores, agricultores ou burgueses, que expulsaram em massa os velhos moradores hereditários e fundiram seus sítios. (MARX, 2013, p.843).

Os camponeses, expulsos das suas terras, foram obrigados a procurar lugares para viver, muitas vezes em condições insalubres. Marx (2013) afirma que procuraram apenas sobreviver, e há relatos de aldeias inteiras sendo devastadas. A humanidade, segundo o autor, estava saindo da idade do ouro e indo para a idade do ferro, em que as

cidades e as fábricas eram os novos locais de vivência para essa população; assim, dizimavam-se culturas de aldeias, suas vivências, saberes e modos de vida. A concentração das terras nas mãos dos capitalistas, pois, levou a população a concentrar-se nas cidades, sendo necessária a manutenção da pobreza, pois os trabalhadores ficariam nas mãos de quem detinha a riqueza, gerando o acúmulo de capital para poucos.

Nesse sentido, Federici (2017) vai além da obra de Marx para discutir a constituição do capitalismo e seus efeitos. A autora relata que, durante os séculos de acumulação de capital, teve início o fenômeno da caça às bruxas, e salienta-se que os anos de perseguição às bruxas coincidem com as primeiras teorias econômicas. No século XIV, a população na Europa foi devastada pela peste negra, causando falta de mão de obra. Na Europa pré-capitalista, mulheres tinham trabalho e acesso às terras e a bens comuns. Ao serem despojadas de suas terras, passaram a ser utilizadas como instrumentos para aumentar a produtividade. Dessa forma, parteiras, que também conheciam o aborto, benzedeiras e curandeiras, que tinham o conhecimento das ervas para uso medicinal, foram criminalizadas, dando espaço a outros saberes e ao exercício da medicina pelos homens.

A transição do feudalismo para o desenvolvimento urbano intensificou a pobreza, o que gerou histórias de bruxas canibais, que se alimentariam de corpos desenterrados e

de carne em decomposição. Pierre Töpffer (1980), em sua pesquisa, observa que “a miséria deve ter engendrado muitos excessos rapidamente identificados com práticas feiticeiras”. Surgiu, então, a imagem da bruxa e seu caldeirão, muitas vezes repleto de ingredientes macabros e imaginado como uma sopa feita de crianças sacrificadas. Fernando Del Oso (2020) descreve essas poções como sendo de sabor horrendo e compostas de elementos excêntricos, como asas de morcego, símbolo de voo. O conteúdo do caldeirão era utilizado tanto nos encontros de bruxas quanto na preparação para rituais. Acreditava-se que os unguentos usados no corpo permitiam às bruxas viajarem grandes distâncias em instantes, enquanto práticas como banhos, cuidados de higiene e remédios caseiros geravam desconfiança e suspeitas de bruxaria. Diferentemente da “alta magia” ou da “magia branca”, associada a talismãs e hierarquias espirituais, a chamada “magia negra” das bruxas era praticada nas cozinhas, entre os afazeres cotidianos femininos.

A famosa caça às bruxas teve como seu maior objetivo impor uma disciplina social, com vistas a organizar o trabalho e a construir um novo papel para as mulheres: o de obediência e submissão ao homem. “Houve um período, em certas partes da Europa, em que se introduziu na moda feminina um instrumento de metal sobre a cabeça das mulheres que cerrava sua boca – o mesmo que usavam para os escravos.” (FEDERICI, 2017,

p. 68). A mulher não poderia mais possuir terras nem saberes específicos.

Nesse cenário, o Tribunal Católico Romano, mais conhecido como Tribunal do Santo Ofício ou Tribunal de Inquisição, instaurou-se no ano 1184 na Europa medieval, com o Papa Lúcio III. Sua sagrada missão era combater quem praticava bruxaria e os hereges, e a perseguição a grupos de mulheres que eles chamavam de bruxas perdurou por séculos. Uma das obras mais famosas, *Malleus maleficarum*, traduzida como *O martelo das feiticeiras*, de 1484, apresentava um discurso violento sobre a mulher, sendo utilizado para identificar, perseguir e massacrar mulheres e incentivar a caça às bruxas. Além dessa obra, surgiu *De la démonomanie des sorciers*, escrita pelo filósofo Jean Bodin e finalizada no ano de 1580, dando ênfase à construção de seu pensamento intolerante.

O livro *De la démonomanie des sorciers* incitava a intolerância religiosa e a perseguição às bruxas. Porém, sua trajetória ambiciosa deu-se por uma quase passagem pela fogueira e por grandes ambições políticas na época.

A vida de Jean Bodin (1530-1596) é mal conhecida nalguns pontos essenciais; depois de uma passagem pela Ordem dos Carmelitas, esteve prestes a ser queimado na fogueira sob acusação de professar ideias calvinistas. Exercendo advocacia em Paris, depois de ter estudado sobretudo em Tolosa, faz parte do partido dos “Políticos” e destaca-se nos Estados de Blois, em 1576. Tendo participado das tentativas do duque de Alençon, acaba os seus dias, provido num

cargo de procurador, em Laon, onde se alista na liga por prudência, abandonando-a, aliás, antes de morrer. A sua obra é contemporânea desta carreira política relativamente coroada de êxito, à qual Bodin ficou a dever em parte os seus conhecimentos dos meandros da política francesa; mas aprendeu mais ainda com uma vasta leitura e graças ao seu espírito dotado de uma universal curiosidade. [...] A cultura de Bodin possui as dimensões da enciclopédica extensão do humanismo da Renascença. A sua ambição intelectual, quando compõe os *Six livres de la République* (1576), está à altura da sua erudição: trata-se de fundar a ciência política e de traçar ao mesmo tempo as linhas da recuperação francesa. (TOUCHARD, 1970, p. 59)

Bodin era um homem atuante no meio político, com uma vasta articulação, e trazia em sua escrita questões sobre o Estado e sua organização, além de um discurso religioso extremamente intolerante com aqueles que descumprissem as leis do Estado e as leis divinas. Opta-se por reproduzir seus escritos na íntegra, em que Bodin descreve as bruxas:

Agora, se há algum meio de apaziguar a ira de Deus, obter sua bênção, causar espanto em alguns pela punição de outros, preservar alguns de serem infectados por outros, diminuir o número de malfeitores, fazer garantir a vida dos bem-dispostos e punir os crimes mais detestáveis que a mente humana pode é punir com o máximo rigor as bruxas [...] Agora, não está dentro do poder dos príncipes perdoar um crime que a lei de Deus pune com a pena de morte - como são os crimes de bruxas. Além disso, os príncipes insultam gravemente a Deus ao perdoar tais crimes horríveis cometidos diretamente contra sua majestade, visto que o mais insignificante príncipe se vinga com insultos mortais contra si mesmo. Aqueles que deixam as bruxas escaparem, ou que não as castigam com

o máximo rigor, podem ter certeza de que serão abandonados por Deus à mercê das bruxas. E o país que tolerar isso será flagelado com pestes, fomes e guerras; e aqueles que se vingarem das bruxas serão abençoados por ele e farão cessar sua ira. Portanto, a acusação de ser uma bruxa nunca deve ser vista como loucura, nem usada como justificativa para a libertação da acusada, a menos que a calúnia do acusador seja mais clara do que o sol, visto que a prova de tais crimes é tão obscura e tão difícil que nem uma bruxa em um milhão seria acusada ou punida se o procedimento fosse regido pelas regras ordinárias (BODIN, 1912, p. 6-7; tradução própria).

Telles (2021) complementa, como já citado no inventário bruxesco, que esse ódio foi difundido por várias publicações na época, principalmente pelas duas grandes obras: *Malleus maleficarum* (1486) e *Démonomanie* (1580), ambas escritas por homens cultos do seu tempo. O *Malleus maleficarum* trazia a mulher como um ser belo, para admirar, mas a maldade permeia em que a mulher olha, porque ela é um ser mentiroso que solta veneno em suas palavras e na concepção dos autores, se não existissem as inquietudes das mulheres, o mundo estaria livre de pecados. Mesmo que a mulher não fosse considerada uma bruxa, segundo o livro *Malleus maleficarum*, ela seria vil, suscetível ao pecado. Em *Démonomanie*, existe a mesma fúria contra as mulheres; o livro reitera que a mulher é fraca e que acaba sendo levada à luxúria, arrastando o homem para o pecado.

Como visto, o ódio pelas bruxas era ácido e feroz nas duas obras, ficando explícitas as ideias religiosas que legitimaram a violência contra as mulheres consideradas bruxas. A religião hegemônica “pregava um sistema cultural baseado em crenças, um plano temporal amplamente impregnado” (LATOURETE, 1965, p. 114; ROMANO, TENENTI, 1980, p. 74). Os discursos religiosos da igreja católica no século XVI poderiam ser abalados perante as reformas religiosas, que romperiam com sua hegemonia. A Europa passava por uma vasta crise de valores nos séculos XV e XVI (BARRETT, 2017), e “a força protestante iria transformar o percurso no mundo da história religiosa” (LINDBERG, 2017, p. 311). Como forma de impedir as reformas religiosas, empreendeu-se a intolerância religiosa, sendo o luteranismo demonizado e atrelado à heresia.

Posto de maneira simples, heresia era tida como um câncer no corpo da sociedade: se a comunidade desejava salvação, precisava tirar o câncer do meio de si e destruí-lo. [...] Heresia era o crime capital par excellence porque não cometia um pecado apenas contra a cabeça de uma sociedade, mas contra a cabeça de todo o universo; não apenas contra o rei, mas contra o Rei dos reis. Por isso a execução de hereges era tão ritualística, uma liturgia na qual seu processo de degradação procedia de ações simbólicas. A “incineração” do herege tinha o propósito de extirpar sua memória para sempre (LINDBERG, 2017, p. 316).

Nem o Édito de Tolerância (1562) conseguiu segurar o grande massacre dos protestantes e o início de guerras religiosas, principalmente na França, ficando explícito o imenso ódio católico pelos protestantes. “Os católicos defendiam arduamente a purificação do corpo social antes do juízo final” (LINDBERG, 2017, p.327). As pregações religiosas faziam não toleravam o pensar diferente dos seus padrões, e tal intolerância resultou no assustador massacre da noite de São Bartolomeu (1572).

A perseguição às bruxas foi acentuada pelo reformismo protestante e suas divergências religiosas na então conjuntura da Europa.

No século XV, houve na Europa dois surtos de perseguição à bruxaria. O primeiro, entre 1450 e 1520, aproximadamente. A perseguição retoma fôlego a partir de 1560 e adquire proporções espetaculares. Trata-se da grande Caça às Bruxas, que atinge seu auge entre 1600 e 1650. Sua história coincide com a do crescimento e consolidação dos estados modernos, com a Reforma e a Contrarreforma e com a Revolução Científica. Uma verdadeira obsessão pela bruxaria e pelas forças demoníacas toma posse da imaginação de uma grande parte dos homens desse período. Essa obsessão foi fomentada pelos papas esclarecidos da Renascença, pelos grandes reformadores protestantes, pelos santos da Contrarreforma, pelos eruditos, humanistas, legisladores, monges e padres. (TOSI, 1998, p. 372).

São condições históricas que possibilitaram o surgimento do rótulo de “bruxa” para designar mulheres que detinham conhecimento e sabiam aplicá-lo de forma prática

em suas vidas. Não se trata de coincidência, conforme Lucía Tosi (1998), pois a maior perseguição às bruxas se dera concomitantemente à renovação dos saberes. Ir contra as doutrinas religiosas significava ir contra os saberes divinos, e tudo que fugia a essas doutrinas impostas era proibido e demonizado. A perseguição às bruxas tornara-se responsabilidade estatal, pois era necessário combater tudo que estivesse associado ao demônio, principalmente conhecimentos adquiridos por meio de pactos demoníacos, que estariam ferindo uma monarquia escolhida por Deus.

Conforme Norma Telles (2021, p. 37), a caça às bruxas não foi algo empreendido somente pela esfera religiosa, mas também pelo poder civil. “A justiça não se exercia mais para manter a paz, ela agora visava punir os delitos, dentre os quais o maior era o de lesa majestade, foi neste delito que enquadraram o crime de heresia/bruxaria”.

As mulheres foram as que mais sofreram durante a Santa Inquisição, principalmente as mais pobres e vulneráveis, como as viúvas, que buscavam sua sobrevivência produzindo remédios de ervas ou até mesmo realizando atendimento médico. Em algumas comunidades, essas mulheres eram as únicas que poderiam dar acalento. Em períodos nebulosos de crises políticas e epidemias, elas foram utilizadas como alvo para mudar o foco dos problemas que de fato estavam acontecendo e gerando pânico e histeria na população

(PISSURNO, 2016). Também eram alvos a mulher que tinha uma aparência “desagradável”, alguma deficiência ou deformidade; a mulher de idade avançada; ou mesmo a mulher de beleza acima dos padrões, que encantava os homens, os quais, quando não eram correspondidos, acabavam por denunciá-la por bruxaria e por pacto com satã (PISSURNO, 2016). Mulheres eram responsabilizadas por todas as catástrofes – uma colheita ruim, pragas que invadiam as plantações, bebês nascidos mortos, esterilidade feminina, impotência masculina, enfim, uma gama de acusações de cunho político recaía sobre as mulheres bruxas.

O processo jurídico das condenações contava com um mecanismo de “reconhecimento” das bruxas. Em alguns países, dependendo da acusação, se fosse algo contundente, a mulher tinha seus pés amarrados e era jogada em lagos ou rios abençoados previamente. Se afundasse, acabava sendo considerada inocente; se flutuasse, era culpada e assassinada. De qualquer forma, morria (GOMES, 2020).

Outro mecanismo usual naqueles tempos era procurar por “marcas do demônio”, marcas de nascença, como pintas, verrugas e cicatrizes. Esse exame era feito em público. Todos os pelos eram retirados, e as marcas eram procuradas; depois, a mulher era espetada com instrumentos cortantes. Caso houvesse sangramento, a mulher era inocente; se não houvesse, segundo os inquisidores, era culpada e morta.

Atualmente, conseguimos olhar para essas mulheres como vítimas de violência, tais como Hipátia, na Antiguidade, conforme é apresentada no inventário realizado. Ela defendia o racionalismo científico e criou instrumentos notáveis, como o astrolábio, uma calculadora astronômica utilizada até o século XIX, e o hidróscópio, um aparato para medir líquidos. Hipátia foi acusada de blasfêmia e sentimentos anticristãos, mesmo tendo ministrado aulas para pessoas de diferentes crenças religiosas. Acredita-se que ela teve sua vida tirada em uma emboscada por ser conselheira do prefeito, que era seu aluno. Hipátia, além de um conhecimento científico muito grande, também exercia grande influência política. O saber, portanto, deveria ser o outro do feminino, e, caso o feminino buscasse por ele: bruxa! Por isso, retomo aqui a importância do inventário construído, que justamente busca resistir a esse extirpar da memória.

A Inglaterra, berço do capitalismo, foi palco para a maioria dos julgamentos, que aconteceram em Essex, lugar onde a terra havia sido cercada e privatizada no século XVI. No sudoeste da Alemanha, a maior parte da caça às bruxas aconteceu nas aldeias, onde moradores e servos passaram a não aceitar a imposição a que estavam sendo submetidos e acabaram massacrados na chamada Guerra dos Camponeses.

Para Federici (2017), a caça às bruxas foi uma ferramenta do capitalismo, sendo este um sistema que tem

como metas a acumulação de capital – neste caso, as terras –, a privatização de bens e o lucro. Federici (2017) afirma que não foi somente a igreja que perseguiu mulheres. No pico da caça às bruxas, os tribunais seculares acabaram por matar mais mulheres que as próprias igrejas católicas, sendo que as igrejas protestantes foram tão cruéis quanto a igreja romana. A inquisição, foi arrastada para o Novo Mundo, e homens e mulheres negros/as escravizados/as também passaram a ser acusados de bruxaria no Brasil. Até os dias atuais, religiões de matriz africana e indígena são tidas como malignas, tendo seus templos queimados e seus adeptos, perseguidos.

A partir da obra *O capital*, Marx ajuda-nos a entender a transição do feudalismo para o capitalismo, ressaltando os “cercamentos” de terra, que obrigaram os camponeses a virarem assalariados para conseguirem viver. Já Foucault (2002) desloca essa discussão de Marx, operando com o conceito de poder em outra perspectiva, porém, também falará da constituição do capitalismo, da acumulação de riquezas e da necessidade de mão de obra de pessoas.

A partir desses estudos, Federici (2017, p. 48) diz que “os homens perderam as terras, mas ganharam servas”. Marx (2013) limitou-se a entender a acumulação primitiva do capital pelo trabalho produtivo assalariado, mas acabou ignorando a esfera reprodutiva do capital que Federici enfatiza. Sem a reprodução, não pode haver capitalismo, e a mulher passou

a assumir este papel: de geradora de vida, de cuidadora, responsável por um trabalho que não tem salário e que não é considerado um trabalho dentro desse sistema, passando, ainda, pela regulamentação da prostituição, como explica a autora:

A crescente comercialização da vida reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e seu ingresso. Nas cidades comerciais italianas, as mulheres perderam seu direito de herdar um terço da propriedade de seu marido. Nas áreas rurais, foram excluídas da posse da terra, especialmente quando eram solteiras ou viúvas. Como consequência, encabeçaram o movimento de êxodo do campo, sendo as mais numerosas entre os imigrantes rurais das cidades [...] e, no século XV, constituíam uma alta porcentagem da população das cidades. Aqui, a maioria vivia em condições de pobreza, fazendo trabalhos mal pagos como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes (com frequência multadas por não terem licença), andeiras, membros de guildas menores e prostitutas. (FEDERICI, 2017, p. 63).

Uma estratégia para acalmar os trabalhadores foi “institucionalizar a prostituição” (Federici, 2017, p.63), o que ocorreu em toda a Europa, onde as mulheres foram usadas como distração para os homens. Dessa maneira, conseguimos entender a emergência do capitalismo e da caça às bruxas quando se iniciam os cercamentos de terras. Muitas mulheres, cujas terras foram retiradas de suas mãos, passaram a ter dificuldade para manter-se, e a misoginia crescia nesse período. Como as mulheres tinham sua

mobilidade reduzida enquanto estavam grávidas e cuidando de seus filhos, tornaram-se prostitutas, ficando expostas a inúmeras atrocidades.

Por isso, Federici (2017, p. 188) questiona a procriação – questão que Marx não aborda em sua obra – e observa que, mediante o controle dos corpos das mulheres, apareceram novas figuras, como, por exemplo, a “dona de casa”. A autora aponta que as mulheres que procuravam trabalhar fora eram malvistas e consideradas “putas”, entre outros termos depreciativos.

É importante destacar que grande parte das execuções por bruxaria entre os séculos XVI e XVII foi de mulheres, a maioria pobres, cujas terras haviam sido roubadas, estando à margem da sociedade.

Outro ponto extremamente importante que necessita ser levado em conta é o deslocamento do conceito de *gossip*, que significa “fofoca”. A fofoca foi utilizada para degradar as mulheres, criando uma narrativa de histórias e palavras que por vezes tinham o objetivo de dismantelá-las e fazer com que se sentissem menos importantes, sem apoio mútuo, desmontando seus coletivos.

Por meio desse termo, que passou a significar por vezes uma conversa fútil, que não tem produtividade, podem-se acompanhar mais de dois séculos de ataques às mulheres. Porém, imputar esse sentido depreciativo à palavra, que

simbolizava a amizade e a sociabilidade entre as mulheres, acabou por descredibilizá-las. Historicamente, as mulheres foram afastadas dos espaços públicos e confinadas em suas casas. Muitas dessas mulheres lutavam contra a condição de isolamento social, e existem algumas obras que demonstram isso, como, por exemplo, *Cassandra e Medea*, de Christa Wolf (2007; 1998) e *A odisseia de Penélope*, de Margaret Atwood (2005), entre outras.

Federici (2017) traz uma grande e necessária reflexão sobre termos que foram deturpados com o isolamento social das mulheres, como a palavra *gossip*: “na Idade Média, essa palavra significava amiga, e [...] no período da Inquisição, na caça às bruxas, essa palavra mudou de significado, adquirindo uma conotação depreciativa” (FEDERICI, 2017, p. 335). A autora diz que isso foi “mais um sinal do grau a que foram solapados o poder das mulheres e os laços comunitários” (FEDERICI, 2017, p. 335).

Desse modo, a mulher passa a ser controlada, acima de tudo, para assegurar a reprodução de mão de obra e a gestão do lar. Segundo Federici (2017), os desejos e a vida sexual das mulheres eram demonizados, sendo necessária uma adaptação à ordem patriarcal, pois, caso isso não acontecesse, a mulher poderia ser queimada como bruxa. Nessa nova ordem, nas palavras da autora:

todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos (FEDERICI, 2017, p.191).

Para a governamentalidade capitalista, as mulheres são afastadas de modo que não percebam suas questões em comum e não utilizem sua participação pública. Com as mulheres isoladas, o cenário fica fértil e disponível para os homens serem os mentores do desenvolvimento econômico. Nesse ciclo, novos corpos estão sendo gerados para serem explorados, pois a mulher deve cumprir sua natural “vocação” de manter o sistema ativo por meio da reprodução.

Virginia Woolf (1979), em seu ensaio intitulado *Profissões para as mulheres*, afirma que o sistema patriarcal fabricou a mulher ideal, a qual a autora chama de “anjo do lar”. Esse anjo é uma mulher simpática, altruísta, passiva, subordinada, silenciosa, casta, obediente e fiel – características fundamentais em uma boa mulher.

Apesar desse apontamento no ensaio de Virgínia Woolf, muitas coisas têm mudado no decorrer dos anos, uma vez que as mulheres têm deixado o papel que lhes fora estabelecido por séculos e passaram a problematizar esses estereótipos, querendo conquistar outros espaços. Todavia, a

violência contra as mulheres ainda prevalece, principalmente porque, em pleno século XXI, nem todos os casos contra elas são devidamente contabilizados, e a maioria fica escondida no âmbito privado.

Sargent (1998) concorda com Federici quando afirma que o marxismo foi limitado nas relações com o sexo e que se faz necessária uma nova forma de análise. Saffioti e Barrett indicam que o patriarcado se acentua no capitalismo:

[...] então o patriarcado é hierárquico, e homens de diferentes classes, raças ou grupos étnicos têm diferentes espaços no patriarcado, eles são também unidos em suas compartilhadas relações de dominação sobre suas mulheres; eles são mutuamente dependentes para manter esta dominação. (HARTMANN, 1981, p. 15).

Hartmann (1981) diz que não existe “capitalismo puro”, como não existe “patriarcado puro”, mas sim um capitalismo patriarcal. A autora entende ser necessário reanalisar o processo de acumulação primitiva, dando enfoque para os discursos violentos de raça e gênero. Ela não acredita que o capital tenha forças para desestruturar a família patriarcal e demonstra a separação entre o marxismo e o feminismo. Para Hartmann (1981), a questão do patriarcado é uma relação de dominação enraizada nos modos de produção, que vem rompendo a imagem clássica da infraestrutura/superestrutura, para pensarmos nas relações microfísicas de poder, que tão bem Foucault (2002) nos ensinou.

Para a autora, o movimento do feminismo e a luta das classes precisam estar separados (Hartmann,1981). Ela diz “não nega a necessidade da luta pelo socialismo e não vê a liberação das mulheres fora dele, mas que a análise do patriarcado é essencial para a definição do tipo de socialismo que serve às mulheres” (HARTMANN,1981, p.32). Portanto, para ela, é importante fazer alianças, mas é necessário alertar para o fato de que as mulheres não podem confiar em um socialismo construído por homens, pois a garantia de igualdade fica ameaçada. Todavia, também é preciso pensar que as mulheres, com seus diferentes marcadores de classe social, raça e etnia, enfrentam essas questões de lugares diferentes.

Mies (1988, p.24) afirma que, durante muitos anos, “quem é dono do território é dono das mulheres desses territórios”. Essa é a regra antiga do patriarcado e é também a dos novos patriarcados, segundo a autora. A questão, de acordo com as autoras Federeci (2019), Mies (1988) e Hartmann (1981), é que o patriarcado está impregnado no capitalismo, e este está apoiado no patriarcado, no qual existe uma hierarquia em que as mulheres assumiram a tarefa de vida privada, e os homens, a da vida pública.

A violência era e ainda é tamanha contra as mulheres, que muitas foram e continuam sendo responsabilizadas por violência sexual, sob a justificativa de estarem sozinhas,

usarem determinada roupa ou terem falado algo que não falaram. A mulher era culpada por despertar desejos impróprios nos homens, questão essa respaldada em obras como *O martelo das feiticeiras*, já citado. Esse enunciado segue sendo regular no presente, quando ouvimos homens, após um relato de estupro, dizendo frases como: “mas não era hora de estar sozinha na rua”; “com essa roupa, pediu para ser atacada”, entre tantos outros horrores que seguimos ouvindo no século XXI.

E como podemos pensar nessas condições quando tomamos a realidade colonial brasileira? No Brasil, com a chegada dos europeus, entre inúmeras outras violências exercidas por eles, existia o alerta sobre o perigo de mulheres nuas, com poderes sexuais e canibais. Abaigéal Warfield (2013) relata que panfletos desenhados eram distribuídos para alertar os não letrados sobre esse “perigo”. Essa figura da mulher-bruxa era um grande aviso sobre um mal que rondava a tudo e a todos. Perante a chegada dos europeus nas Américas, a imagem das índias tupinambás canibais passou a ser demonizada, e novos elementos de dominação foram introduzidos para compor o que é ser uma bruxa, como: caldeirão, infanticídio, nudez e dança em grupo, mais conhecido como sabá. “Cabe ressaltar que estes elementos estão presentes nas representações artísticas que os europeus faziam das índias tupinambás como na iconografia das bruxas na Europa” (ANCHIETA, 2021, p.27).

É certo que o processo de dominação, colonização e violência sobre as mulheres indígenas no Brasil pelos europeus foi muito grande. Outro ponto importante a ser destacado sobre essa dominação é que vários artistas não estavam presentes nas viagens marítimas e acabavam se baseando na iconografia que já era de seu conhecimento, principalmente a arte clássica. Isabelle Anchieta (2021) aponta uma “contaminação mútua entre o Velho e o Novo mundo” (ANCHIETA, 2021, p. 163), valendo lembrar que, antes, as mulheres-bruxas eram representadas manuseando vasilhas e potes, não um caldeirão, e nem mesmo eram representadas como canibais. “O caldeirão canibal só aparece nas imagens de bruxas após aparecer junto das índias tupinambás.” (ANCHIETA, 2021, p. 133).

As imagens, sem sombra de dúvida, têm grande poder de criar estereótipos que, com o passar do tempo, vão contribuir para a marginalização e o medo de alguns grupos sociais. Gary K. Waite (2014) explica que os estereótipos muitas vezes podem ficar adormecidos por longos períodos, “apodrecendo e criando ressentimento, saindo do submundo do subconsciente durante momentos de crise para provocar atos imensamente irracionais” (WAITE, 2014, p.17). Assim, o corpo nu foi se modificando como objeto de desejo, de pecado, ficando às margens de direitos por muitos séculos no Brasil, sob julgamento patriarcal, capitalista e colonial.

Federici (2019) argumenta que o capitalismo, assim como a colonização da América e o extermínio dos povos indígenas no “novo mundo”, teve um imenso significado para o feminino, bem como para a caça às bruxas, sendo um “acontecimento que preparou o caminho para o surgimento do mundo capitalista moderno.” (FEDERICI, 2019, p. 40). Os indígenas, os negros e as mulheres taxadas como bruxas sofreram com a emergência dessa nova racionalidade. Assim,

Africanos escravizados e indígenas da América eram “parentes próximos” das bruxas europeias, todos tiveram suas terras comuns confiscadas, vivenciaram a fome produzida pela mudança para agricultura comercial e viram suas resistências serem perseguidas como sinal de um pacto diabólico. (FEDERICI, 2019, p.41).

O capitalismo gerou conflitos sociais e transformações radicais nos modos de vida, forjando uma nova figura: a bruxa moderna, submetida a todo tipo de violência em nome da defesa da sociedade. A partir dos estudos de Federici (2019), ficou evidente que a ascensão do capitalismo gerou inúmeras violências e até mudanças religiosas, na mesma medida em que as terras eram cercadas e as terras comunais eram banidas. Esse projeto novo chamado capitalismo deixava famílias a depender do salário, sendo um instrumento de controle social.

A caça às bruxas também foi um instrumento de controle. As mulheres que não se submetessem a esse sistema acabavam sendo torturadas, tendo muitas vezes uma morte cruel. O capitalismo determinava que a sexualidade da mulher deveria estar a serviço da economia, gerando nova mão de obra e mantendo os trabalhadores satisfeitos (FEDERICI, 2019). Algumas mulheres lutavam e resistiam a essa imposição, vivendo em pobreza extrema. Nesse sentido, Silvia Federici enfatiza:

[...] à medida que a caça às bruxas avançava, aprovavam-se leis que castigavam as adúlteras com a morte [...] e a prostituição era colocada na ilegalidade, assim como os nascimentos fora do casamento, ao passo que o infanticídio foi transformado em crime capital. Ao mesmo tempo, as amizades femininas tornaram-se objeto de suspeita, denunciadas no púlpito como uma subversão da aliança entre marido e mulher, da mesma maneira que as relações entre mulheres foram demonizadas pelos acusadores das bruxas, que as forçavam a delatar umas às outras como cúmplices do crime. Foi também neste período que, como vimos, a palavra *gossip* [fofoca], que na Idade Média significava “amiga”, mudou de significado, adquirindo uma conotação depreciativa: mais um sinal do grau a que foram solapados o poder das mulheres e os laços comunitários. (FEDERICI, 2017, p.334-335).

As resistentes mulheres passam a ser vistas como levianas, pecadoras, desobedientes e até mesmo incapazes, surgindo, então, uma figura indomável pelos homens: a bruxa, que, de acordo com Federici (2017), era o alvo predileto dos

moralistas, escritores e populares. Esse processo passa a ser manifestado como um discurso que sustenta a exploração das mulheres, determinando os “bons costumes e morais” da sociedade capitalista da época, desfazendo os laços comunais entre as mulheres e inserindo o valor da rivalidade entre elas.

Essas marcas são profundas, ainda impregnadas na contemporaneidade e no capitalismo neoliberal. A figura da bruxa foi sendo produzida em todo o percurso histórico, como, por exemplo, em narrativas infantis na literatura que começa a ser produzida para crianças a partir do século XVII, em que a mulher-bruxa virou um personagem ligado a diversas conotações negativas. Mas o que a figura da bruxa tem a ver com as violências contra as mulheres do presente no Brasil?

Como visto, a sociedade brasileira vem passando por um período conturbado em pleno século XXI, apesar de significativos avanços. Vemos que o tema “ideologia de gênero” é algo extremante polêmico – um conceito que não existe e que foi divulgado por discursos da extrema-direita como forma de conservar forças do patriarcado. Há um grande embate entre diferentes discursos: conservadores, neoliberais e defensores dos direitos humanos. Todavia, ainda são fortemente atravessados pela racionalidade neoliberal, que parte do pressuposto de que todos vêm de um lugar de igualdade, a partir da lógica da meritocracia. Portanto, políticas

públicas voltadas para as mulheres não fazem sentido na governamentalidade neoliberal. Para os conservadores, grupos feministas e a comunidade LGBTQIAP+ têm por objetivo destruir a família tradicional brasileira.

O termo “gênero” ainda é causa de inúmeras discussões, como ocorreu em 2014 na Câmara de Deputados: por votação dos parlamentares, foi aprovada a retirada das menções ao estudo de gênero nas escolas do país no Plano Nacional de Educação (PNE), depois de uma imensa pressão, principalmente da bancada evangélica.

Segundo Toni Reis e Edla Eggert, criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. [...] Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo o status de demônio às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula. Criou-se um movimento para “apagar” o assunto gênero do currículo escolar (REIS; EGGERT, 2017, p. 29).

Mais uma vez, reforço a importância da construção do inventário como um modo de resistência ao apagamento histórico das mulheres.

Aconteceu o mesmo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador para os currículos escolares, que não prevê uma discussão forte de gênero. Porém, essa grande batalha intensificou-se no ano de 2018, com as eleições, quando Jair Bolsonaro se candidatou militando a favor do combate à ideologia de gênero. Após sua vitória, o Brasil teve um grande agravamento no desmonte de políticas públicas relacionadas ao gênero e à proteção das mulheres. Apenas como exercício de exemplificação dessa caça às bruxas contemporânea no Brasil, podemos trazer a figura da ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves, a qual protagonizou inúmeras polêmicas com sua fala “é uma nova era no Brasil: menino veste azul, e menina veste rosa”, metaforicamente criticando o estudo de gênero e sua importância no combate à violência.

A figura da bruxa tal como foi construída e seus malefícios perpetuam-se no imaginário brasileiro, e o medo dessa mulher ainda se destaca em outra enunciação da então Ministra Damarens, quando fala do livro infantil *Manual prático de bruxaria*, de Malcom Bird. Ela diz: “Isso é livro para dar para crianças, irmãos? Ensina como ser bruxa, como se vestir como bruxa” (apud MEIRELES, 2019, s/p). Fica claro o seu desconhecimento em relação à figura da bruxa, fortalecendo o discurso de ódio contra as mulheres. Sobre esse triste episódio, a *Folha de São Paulo* publicou um artigo com

o seguinte título: “Damares inspira caça às bruxas e seres mágicos na literatura infantil”. O posicionamento de Damares gerou impactos negativos para o mercado editorial:

O caso mais recente a repercutir no mercado editorial foi o da Leiturinha, maior clube de assinatura voltado a livros para crianças do Brasil — um edital publicado em fevereiro dizia que o clube não aceitaria inscrições de obras que tivessem “seres mágicos, como bruxas, fadas e duendes como temática central na história” (MEIRELES, 2019, s/p).

Com essas práticas discursivas instauradas, não somente o clube de leitura infantil passou por uma “caça às bruxas”, mas também a Companhia das Letras, que recebeu “reclamações de livros sobre bruxas, em especial de colégios confessionais, mas também de alguns laicos” (MEIRELES, 2019, s/p). Infelizmente, a onda conservadora impede o acesso às problematizações históricas sobre a dominação e a violência contra as mulheres por meio da figura da bruxa e às discussões de gênero.

Para Butler, “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”. (BUTLER, 2010, p. 25). A autora reflete que o gênero estaria formando um elo na construção de um corpo que é masculino ou feminino e alerta que é necessário tomar cuidado com essa “ordem compulsória”. Butler vivenciou de perto os processos que a dominação do

patriarcado causou ao longo dos tempos em sua passagem pelo Brasil (2017), quando veio palestrar sobre “Os fins da democracia”. A autora acabou sendo alvo de protestos e ataques, sendo acusada de ser uma bruxa que incitava a destruição da família. Manifestantes gritavam em frente ao SESC Pompeia, em São Paulo: “Queima a bruxa! Queima a bruxa!”, ficando evidenciada a alusão à inquisição. Butler deu a seguinte declaração:

Talvez aqueles que queimaram uma efígie minha como bruxa e defensora dos trans não sabiam que aquelas que eram chamadas de bruxas e queimadas vivas eram mulheres cujas crenças não se enquadravam nos dogmas aceitos pela Igreja Católica. Ao longo da história, atribuíram-se às bruxas poderes que elas jamais poderiam, de fato, ter; elas viraram bodes expiatórios cuja morte deveria, supostamente, purificar a comunidade da corrupção moral e sexual. [...] O fantasma dessas mulheres como o demônio ou seus representantes encontra, hoje, eco na “diabólica” ideologia de gênero. E, no entanto, a tortura e o assassinato dessas mulheres por séculos como bruxas representaram um esforço para reprimir vozes dissidentes, aquelas que questionavam certos dogmas da religião. (BUTLER, 2017, s/p)

Para termos noção dos efeitos desses discursos de ódio, em 2019, no estado do Mato Grosso do Sul, o enunciado da figura da bruxa fez mulheres mais velhas de uma aldeia indígena sofrerem inúmeras violências quando evangélicos neopentecostais as torturaram, impondo sua doutrinação cristã. Os mesmos torturadores, segundo a indígena Jaqueline

Gonçalves, que teve a coragem de utilizar suas redes para fazer a denúncia, batiam nas anciãs com vários instrumentos. Ainda segundo o relato de Jaqueline: “Os intolerantes neopentecostais as tratam como bruxas, macumbeiras, feiticeiras, demônios e tudo de ruim. Elas são marginalizadas, humilhadas e torturadas na frente de todos na comunidade.” (GONÇALVES, 2019, s/p).

Percebe-se que a mulher foi perdendo seu espaço na organização matrilinear e foi sendo lançada à força na cultura patriarcal, uma imposição que veio regada de inúmeras violências, perdurando até os dias atuais. O funcionamento de certas religiosidades e do capitalismo neoliberal estabeleceu formas de dominação, sendo necessárias fortes resistências. Entender como foi a construção das condições históricas de possibilidade para a constituição da figura da bruxa ajuda-nos a pensar o que ainda podemos fazer no presente.

2.3 AS BRUXAS NUNCA PARARAM DE QUEIMAR!

A transição do feudalismo para o capitalismo ou, como Foucault analisou, a transição de uma sociedade pastoral para uma sociedade disciplinar, trouxe marcas que seguem com alguma regularidade até a contemporaneidade. As mulheres permanecem desvalorizadas, e os índices nacionais sobre a segurança da mulher são assustadores, afirmando que a caçada às bruxas nunca terminou e que as mulheres nunca podem parar de resistir (FEDERICI, 2017).

A cultura do estupro ainda hoje continua latente. A autora Silvia Federici, em seu livro *Calibã e a bruxa* (2017), diz que o estupro e a prostituição da mulher são legais para dar poder aos homens e que muitas mulheres que foram resistência na época das caças as bruxas, viram-se obrigadas a sujeitar-se à função para seu sustento. Em outras palavras, mulheres ainda enfrentam um meio social que as vê como um recurso disponível a todos. Santos (2020) evidencia que corpos são violados com a simples justificativa de roupas, comportamentos e até mesmo lugares. As “marcas culturais” são expressas em letras de músicas carregadas de patriarcado e estabelecem “[...] a prática de estupro como algo natural, já que pode ser exibida ao público e é aceita pela sociedade.” (SANTOS, 2020, p.11).

A cultura do estupro e da violência, que carregam marcas patriarcais, reflete-se em dados. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), até o ano de 2019, a cada dois minutos, uma agressão física aconteceu contra mulheres no Brasil. Um estupro aconteceu a cada oito minutos; havia mais de 266.310 registros de lesão corporal dolosa de violência doméstica; 66.123 vítimas de estupro de vulnerável, sendo que 85,7% das vítimas eram do sexo feminino e 57,9% com idade igual ou inferior a 13 anos. Os números acentuaram-se com a pandemia de Covid-19, quando as mulheres ficaram confinadas com seus agressores em casa. Esses dados são

chocantes, pois representam muitas mulheres que ainda estão sendo “queimadas”. Cabe refletir sobre as políticas públicas que amparam as mulheres. A caça às bruxas que ocorreu na Idade Média não parou! A governamentalidade neoliberal, que promete liberdade para todos a partir de uma lógica da meritocracia e da superconcorrência, ainda opera forte violência contra os corpos femininos. No Brasil, segundo o Fórum de Segurança Pública de 2020, 89,9% das vítimas de homicídio eram mulheres que foram mortas por seus companheiros, sendo que 66,6% delas eram negras. Os casos de violência contra a comunidade LGBTQIA+ tiveram um aumento de 7,7% (FBSP, 2020).

Perante os dados, não é possível aceitar os quesitos impostos pelo sistema capitalista neoliberal, em que o corpo fica como propriedade para ser explorada e para explorar a si mesmo. Conforme Federici (2019b, p.49), “nós queremos chamar de trabalho o que é trabalho, para que, eventualmente, possamos redescobrir o que é amar e criar a nossa sexualidade, a qual nós nunca conhecemos”. Do mesmo modo, essa governamentalidade neoliberal coloca-nos cada vez mais umas contra as outras.

Outro fator de extrema importância, que não pode deixar de ser debatido quando o assunto é capitalismo contemporâneo, são os padrões de beleza utópicos estabelecidos, que, segundo Wolf (1992), acabam sendo uma reação violenta contrária aos

avanços do feminismo, uma arma chamada de mito da beleza. Esse mito pressupõe uma incansável busca pela aprovação masculina, fazendo com que muitas mulheres não amem seu próprio corpo e repetidamente busquem por “correções”.

Em suma, ser mulher significa diariamente enfrentar e “reenfrentar” vários desafios para garantir seu lugar de fala. No mercado de trabalho, seu esforço permanece muitíssimo maior em comparação ao de um homem quando se trata de cargos de liderança, além da dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho que maioria enfrenta diariamente e do medo da violência doméstica. Segundo Silva, “[...] na raiz do contexto de violência doméstica, há um contexto social e cultural que legitima a desigualdade entre os gêneros, propiciando a prática da violência.” (SILVA et al., 2020, p.12).

Em uma sociedade em que a violência contra a mulher aumenta diariamente, faz-se necessário e urgente reconhecer a emergência desses problemas e buscar meios que os ressignifiquem. Assim, é necessária uma educação que potencialize a problematização dessas questões, que questione os desdobramentos do patriarcado e o funcionamento do sistema capitalista, conservador e agora neoliberal em relação às violências contra as mulheres.

No Brasil, a história das mulheres foi permeada por séculos de silêncio, quebrado muitas vezes pela negação da violência e pela afirmação da vida na tentativa de contar

essa história. Alguns direitos conquistados nessa luta não apagaram nem superaram os anos de atrocidades e de desigualdade social. Milhares de mulheres indígenas foram violentadas e mortas. Milhares de mulheres escravizadas foram violentadas, torturadas, assassinadas e ainda são, como nos mostra o inventário.

Existem vários casos recentes, como o de Adolfinia Campos, que em 2014 foi morta no Paraguai, sendo atada a um poste, atingida por flechas e enterrada ainda com vida, porque acreditavam que praticava bruxaria. No Brasil, temos um triste caso de *fake news*. Fabiane Maria de Jesus foi acusada de envolver crianças em rituais de bruxaria, sendo linchada em público e morta de forma cruel por cerca de 100 pessoas. Não havia provas contra Fabiane, que, mesmo clamando por piedade e alegando sua inocência, morreu segurando uma bíblia. Cabe ressaltar que diversas falas transcritas em reportagens mostravam que Fabiane era muito conhecida na sua comunidade, e sabia-se que ela sofria de transtorno mental, tendo crises em que “perdia a noção de realidade” (RODRIGUES; CAMPANHA, 2014). Podemos inferir que, quando foi brutalmente assassinada, Fabiane estava adoecida mentalmente. Fica a reflexão sobre quantas mulheres em diferentes épocas também poderiam estar doentes mentalmente, o que acabou sendo mais um motivo para serem “queimadas”.

Cinco acusados do linchamento foram presos, e o líder foi condenado a 30 anos de prisão. Logo depois, foi provada a inocência de Fabiane, mas sua vida, assim como a de inúmeras outras, não foi devolvida nem honrada. Fica a pergunta: como provar inocência quando se é acusada de bruxaria? O que fazer com a inocência quando a mulher já está morta?

Com a revolução industrial, milhares de mulheres passaram a ser força de trabalho dentro das empresas. A maioria dessas mulheres, no Brasil, era parda ou negra, muito mais vulneráveis à violência. Não sabiam ler e escrever e acabavam passando fome em áreas de cortiço no Brasil (DEL PRIORI, 2004), realidade que se estende até o presente.

Estudos recentes mostram que, mesmo com a expansão do mercado brasileiro, pouquíssimos cargos de destaque são ocupados por mulheres. Perissée Loschi (2019) observou em sua pesquisa que a maioria das mulheres está nas áreas da saúde, da educação, da alimentação e, a maior parte, da limpeza. Segundo a autora, isso reforça a estereotipação de gênero. O impacto na divisão de trabalho entre homens e mulheres ainda é muito grande: “Entre os homens, a média de realização de cuidados de pessoas e afazeres domésticos é quase metade da média das mulheres” (PERISSE; LOSCHI, 2019, p. 20).

A autora traz outro ponto importantíssimo em sua pesquisa: a dupla jornada de trabalho da mulher e como isso

a afeta diretamente no momento de ser contratada e ocupar cargos que exigem mais dedicação, como os de chefia. Sabe-se que “os papéis sociais vistos como femininos ou masculinos ainda influenciam bastante as escolhas de profissões e as desigualdades salariais” (PERISSE; LOSCHI, 2019, p.23). Esse discurso mantém-se pela justificativa de que a mulher engravida e necessita cuidar dos filhos, e o homem não – discurso desmantela a representatividade feminina.

Além disso, em muitos países, ocorre a mutilação das mulheres para que não sintam prazer, bem como esterilizações compulsórias, ainda atualmente. Federici (2019, 56) enfatiza que “a integração das mulheres na economia global é um processo violento” e exaustivo, pois a mulher precisa dar conta da sua carreira e ainda desempenhar atividades domésticas. A autora argumenta que “o corpo feminino transita pelo fio da navalha: a busca por uma identidade que represente sua liberdade e sua prisão” (FEDERICI, 2017, p 309-310). Acontece que o corpo feminino nunca vivenciou tempos de paz ou calma; ele sempre esteve dentro de movimentos, lutando contra a exclusão e a violência. O corpo vem sendo estudado por séculos em inúmeras áreas, e o feminino, especificamente, continua sendo violentado por uma cultura de inferioridade; por isso, é necessário debruçarmo-nos no contexto histórico, pois são muitas as barbáries que ainda são cometidas. Em muitos países, como podemos ver no

inventário, a caça às bruxas nos moldes medievais continua, inclusive com execuções públicas.

As populações de mulheres, em alguns países da África, nos dias de hoje, vêm sofrendo violência por questões religiosas a partir de práticas discursivas muito parecidas com as da Europa do século XVII, em seitas evangelizadoras pentecostais que realizam pregações, enfatizando a presença de satã nas comunidades. Por esse “motivo satânico”, existiriam tantas mortes e doenças (OLIVEIRA, 2019).

A mídia, assustadoramente, vem contribuindo com essa grande perseguição, relatando o comportamento de uma bruxa e os meios para identificá-la. Existem, em alguns países africanos, pessoas designadas para esse ofício, intituladas como “caçadores de bruxas”, sendo este um título de orgulho, e muitas dessas caçadas são simplesmente ignoradas pela polícia. Os caçadores invadem as comunidades e, às pressas, procuram acusadas, agridem-nas violentamente e depois ateam fogo nas vítimas ainda vivas. Federici (2019) afirma que, entre 1991 e 2001, aconteceram em torno de 23 mil mortes em toda a África. No Distrito de Gonja, região de Gana, um fato entristecedor foi o de Akua Denteh, uma senhora de 90 anos, brutalmente espancada até perder sua vida em novembro de 2020. Perante os alarmantes dados, o dia 10 de agosto foi declarado o Dia Mundial Contra a Caça às Bruxas, visando a amenizar a violência.

No continente africano, seria necessário expor os verdadeiros motivos sanitários que estão produzindo essas mortes, assim como se fazem necessárias investigações sérias das condições sociais que ainda produzem a caça às bruxas, para combatê-la. É preciso ter políticas públicas que enfrentem essas caças, até porque representam uma violação dos direitos humanos. São questões econômicas que estão sendo camufladas novamente pelas crenças religiosas, mas que muitos e muitas intelectuais desses países têm medo de divulgar, por medo de serem nomeados como primitivos (FEDERICI, 2017).

Beauvoir (1949), uma autora clássica dos estudos de gênero, já dizia que “os mesmos homens que cultivavam a ideia da caça às bruxas alegando que, desse jeito, estariam protegendo o mundo das forças do mal, percebiam a mulher apenas como um dano colateral, que seria facilmente crucificada pelo menor dos atos e transformada na vilã universal”.

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. Opõe-se por vezes o “mundo feminino” ao universo masculino, mas é preciso sublinhar mais uma vez que as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão integradas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas; estão unidas somente enquanto semelhantes por uma solidariedade mecânica. (BEAUVOIR, 1949, p. 363).

Por fim, a relação do capitalismo e patriarcado é algo que se constituiu até os dias atuais. A fogueira mudou, e os pecados também, mas a mulher continua sendo julgada pelas condições que o discurso patriarcal impõe. Federici (2017) diz que algo eficaz para a África seria a organização de mulheres para lutar, como as indianas lutaram em 1990, devido ao grande número de mulheres assassinadas por seus maridos para que estes conseguissem casar novamente e receber mais dotes. As mulheres foram às ruas pacificamente e posicionaram-se na frente das casas de mulheres assassinadas. Segundo a autora, essa estratégia poderia ser usada na África contra os caçadores de bruxas.

A partir de tudo isso, podemos entender que a caça às bruxas se trata de um crime misógino que destituiu as mulheres das suas vidas, colocando-as em papéis subalternos da sociedade e transformando-as em seus alvos principais. Jeffrey B. Russo e Brooks Alexander (2019) informam que, do século XIV ao século XVIII, por volta de 110 mil pessoas foram violentadas por acusação de bruxaria, 40 a 60 mil acabaram mortas, sendo que 85% eram mulheres africanas. Atualmente, na África, o número de mortes por acusações de bruxaria supera os da Europa daquela época.

Existem mulheres reais, quando se fala na figura da bruxa, que foram e ainda são violentadas, oprimidas, caladas,

humilhadas, degradadas e queimadas. Existem mulheres fortes que ainda fazem resistência ao sistema excludente e são mortas. Entender a caça às bruxas da Idade Média até os tempos atuais, acima de tudo, é problematizar as condições históricas para a emergência dessa figura. Estudar a bruxa é escancarar e entender o machismo. Mulheres que foram e continuam sendo consideradas históricas, na realidade, são históricas.

As mulheres que lutavam por dignidade e contra o controle patriarcal tiveram como centralidade o “adoçamento” e/ou esquarteramento de seus corpos. Como já citado, o nascimento do capitalismo, vinculado ao fenômeno da caça às bruxas, o nascimento de biopolíticas e a transição para a modernidade marcam condições históricas de possibilidade para o exercício da violência contra as mulheres. Segundo Nielsson e Delajustine (2019), todo esse processo deu início a um poder soberano, branco, masculino e heteronormativo, que passa a disciplinar corpos e regular populações.

Infelizmente, o Brasil, em seus dias atuais, vem ensaiando uma nova roupagem de “caça às bruxas”, avançando em uma racionalidade neoliberal vinculada às raízes religiosas extremistas. Foucault (1988) ressalta que o surgimento das estratégias biopolíticas sobre os corpos organizados como população, no deslocamento de um poder

pastoral para um governo político, aconteceu por volta do século XVIII, focalizando a

[...] proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles regulares: uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1988, p. 130).

Para Foucault (1988), essas estratégias de poder tornam-se fundamentais para estabelecer controle sobre a população, a partir de uma vontade de saber e toda uma documentação da vida. Vale lembrar que o autor não disserta sobre o feminino, mas sua teoria vai ao encontro do pensamento de Federici sobre as formas de dominação referentes à sexualidade.

Federici (2019) aponta que a dominação e violência contra a mulher são históricas, como visto no decorrer do capítulo, e que essas marcas ainda atravessam a organização social e as políticas públicas para mulheres, pois a mulher vive uma sobrecarga com o encantamento da maternidade, a criação de filhos e uma carreira. Para a autora, a mulher foi retirada dos espaços econômicos e foi norteadada para ocupar apenas os espaços que lhe sobraram, como “trabalho

doméstico” ou “tarefas de dona de casa”, expressões utilizadas até os dias atuais para designar funções julgadas como deveres das mulheres. Quando uma mulher não realiza essas atividades e é a provedora de um lar, é considerada “fora da curva”, alguém que há tempos seria queimada por sua “magia” (resistência), justamente por ser “fora da curva”. Essa magia, segundo Federici, não era suportada, pois, “sobretudo, a magia parecia uma forma de rejeição do trabalho, de insubordinação, e um instrumento de resistência de base ao poder. O mundo devia ser ‘desencantado’ para poder ser dominado” (FEDERICI, 2017, p. 313). Daí a necessidade de um inventário bruxesco para novamente contar essas histórias, encantar como forma de resistência na escola.

A resistência, em Foucault, é caracterizada como exercícios estratégicos que enfrentam as relações de poder. A resistência, portanto, não é simplesmente estática; ela é mutável e continuamente ressignificada, conforme os poderes se reorganizam e se transformam. Nesse sentido, resistir vai além de meramente reagir; trata-se de um ato criativo que rompe com as estratégias dominantes e dá emergência a outros funcionamentos das relações de poder.

No campo das relações de forças, Foucault (1969) aponta que a sujeição do indivíduo não é somente discursiva, mas também política e corporal. O poder atua por estímulo, extraindo ações úteis dos corpos para sustentar o

funcionamento do campo social. Diante disso, a resistência emerge como uma força capaz de estabelecer relações que escapam aos cálculos e às estratégias predominantes. Trata-se de um movimento vital, inseparável da capacidade de composição e de mudança da vida.

Resistir, no contexto desta tese, significa criar novas formas de existência e composição. É a capacidade de transformar forças, de promover rupturas com as normatividades impostas e de inaugurar possibilidades que antes eram impensáveis. Assim, resistir é, antes de tudo, criar alternativas que afirmam a potência da vida diante das tentativas de controle e gestão exercidas pelo poder.

Na escola, uma das formas de resistência se manifesta na reflexão sobre quais histórias estão sendo contadas e por quem estão sendo narradas. Isso implica questionar as vozes historicamente silenciadas e reivindicar espaço para a diversidade de experiências e perspectivas.

As mulheres, por séculos, foram marginalizadas na construção dos saberes e na transmissão das narrativas. A tradição ocidental privilegiou um olhar eurocêntrico, olhar este que é: masculino, branco, cristão e heterossexual, que impôs uma percepção unívoca de cultura (SPIVAK, 2010). No entanto, narrar é muito mais do que apenas acumular e transmitir informações, (BENJAMIN, 1987). A narração permite a construção de comunidades, conferindo sentido

à existência humana desta comunidade que compartilham saberes entre si. (HAN, 2018).

A recuperação dessas narrativas femininas, pois, é importantíssima para subverter paradigmas hegemônicos e ampliar a compreensão sobre os diferentes modos de existir. Dessa forma, a resistência não é apenas um ato de oposição ao poder, mas também uma prática de afirmação da vida, da diferença, produzindo visibilidades às memórias, saberes e histórias que foram apagadas ao longo do tempo.

A caça às bruxas, enquanto fenômeno histórico, pode ser lida como um esforço do poder para subjugar forças criativas e transformadoras que ameaçavam a ordem estabelecida. Ao trazer para o presente o debate sobre a bruxa e sua ressignificação, este trabalho aponta como as mulheres podem resistir às novas fogueiras, que queimam nas mais sutis formas de violência e opressão contemporâneas. Trata-se, pois, de criar espaços de reflexão crítica, liberdade e possibilidade, especialmente no campo educativo, pelo ato de narrar.

Atualmente, tem-se conhecimento das estratégias punitivas contra o corpo feminino ao longo da história. As gerações atuais e futuras têm ou deveriam ter o entendimento dessa herança violenta transmitida às mulheres, sendo necessário um debruçar-se sobre a historização das questões de gênero e, principalmente, sobre a defesa da vida feminina,

sendo este o maior objetivo no próximo subcapítulo desta pesquisa.

Em meu recorte de pesquisa, procuro entender, focando no Brasil, as violências de gênero e a história dos direitos adquiridos pelas mulheres para subsidiar o enfrentamento à barbárie, principalmente nas escolas e por meio da educação.

2.4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E HISTORICIZAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL

As queimas são feitas pelos homens, menina. Sempre nos queimaram. Agora nós mesmas nos queimamos. Mas não vamos morrer; vamos mostrar nossas cicatrizes. (ENRIQUEZ, 2017, p. 178).

Você pode não ter deixado (muitas) manchas roxas na minha pele, mas deixou manchas roxas escuras gigantes por toda minha alma. (LOVELACE, 2018, p. 239).

O segundo capítulo traz a historicização das mulheres no Brasil, suas lutas e direitos conquistados. As palavras de Mariana Enriquez lembram-nos de que, por séculos, a violência contra as mulheres foi uma prática do patriarcado para impor determinados papéis – e continua sendo –, porém, nós, mulheres, tornamo-nos atualmente donas das nossas cicatrizes, lutamos por nossos direitos, resistimos e não deixaremos apagar nossas batalhas. Esta pesquisa tem o

objetivo de fazer exatamente isto: não deixar apagar nossas cicatrizes!

A figura da bruxa, com sua trajetória causada pela opressão, representa mulheres que, mesmo após séculos de violência, continuam lutando e resistindo por outras. Amanda Lovelace leva-nos a refletir sobre as cicatrizes invisíveis que o patriarcado deixa na alma e as cicatrizes visíveis que sujeitos ainda nos deixam diariamente. Este capítulo tem como seu maior objetivo entender como nós, mulheres, nos apropriamos de nossas cicatrizes visíveis e invisíveis como parte da nossa força, para conquistarmos direitos adquiridos e tecer os fios da nossa própria narrativa.

A mulher precisa voltar a ser visível, pois foi apagada na história devido ao surgimento do capitalismo e à sua forte relação com o patriarcado. As mulheres tiveram sua história conduzida para a segregação política e social, inclusive, como sujeito da ciência, da filosofia e das artes. O dito “verdadeiro universo da mulher” acabou submetendo-a a papéis domésticos. Algumas mulheres, desde muito tempo, trabalhavam como camponesas e exerciam suas funções fora do lar; suas atividades eram, e pode-se dizer que ainda são, na maioria das vezes, controladas por homens.

As mulheres geralmente desempenhavam trabalhos secundários como “apoio”, ligados à assistência, à educação e ao cuidado, mas ainda se percebe ausência na produção dos

saberes (LOURO, 1997). Para Amelia Valcárcel (2019) e Nuria Varela (2020), “um elemento que caracteriza o feminismo é o fato de as mulheres conseguirem romper com o silêncio que o mandato patriarcal impôs sobre a normalização da violência de gênero”. Beauvoir, por meados de 1940, com a expressão “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, gerou um grande impacto e imensas discussões acerca do gênero. Mulheres nas mais diversas posições passaram a repetir tal frase e a questionar as construções e marcas trazidas socialmente, constituindo diferentes movimentos feministas, conforme Carine Menna Barreto (2023):

Entendendo que não há um feminismo apenas, mas diversas correntes feministas a exemplo do feminismo radical, do feminismo negro, do feminismo interseccional, do feminismo liberal, entre outras vertentes. O feminismo radical compreende mulheres e homens a partir de uma matriz biológica. Entende os papéis sociais atribuídos aos gêneros como determinantes nas opressões e tensiona uma revolução nas estruturas. Essa corrente exclui mulheres transsexuais e tem em sua agenda o combate à prostituição e pornografia. O feminismo negro surge como crítica a outros feminismos, sustentando que a mulher negra sofre uma dupla opressão que não é considerada nas agendas de outras vertentes. Afirma o atravessamento da raça, antes mesmo do gênero, nas opressões vivenciadas por mulheres negras. O feminismo interseccional considera as demandas das minorias comumente excluídas socialmente. Se propõe interseccional porque tem na agenda pautas que consideram além do gênero a classe social, a raça, a orientação sexual, a deficiência física, dentre outras. Discute as opressões causadas pela transfobia, lesbofobia, pelos capacitismos etc. O feminismo liberal é

uma das primeiras vertentes do feminismo, tendo como um dos principais nomes Mary Wollstonecraft. Sustenta a libertação das mulheres pelas vias institucionais, de reformas políticas. Como tem um foco mais individualista, sofre crítica de outras vertentes, por não considerar em suas análises as estruturas de opressão, como raça, por exemplo. (BARRETO, 2023, p. 215).

A origem do conceito vem do movimento feminista anglo-saxão, que tinha como principal objetivo salientar na linguagem a grandeza social das particularidades baseadas no sexo. Na década de 1980, no Brasil, as feministas passaram a usar o termo com a intenção de destacá-lo, pois “o conceito de gênero se configurava num construto social e histórico, produzido sobre as características biológicas” (LOURO 1997, p. 21). Esta autora aponta que

[...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 1997, p. 21).

O conceito de gênero, segundo a autora, é uma construção que se dá nas relações sociais, e sua significação vai muito além das diferenças biológicas. O gênero assenta-se nas práticas discursivas do que se considera homem e

mulher. Louro (1997) entende que o conceito de gênero é parte de um processo histórico de como as características sexuais são compreendidas, trazidas e vividas nas práticas sociais.

Relações de poder entre o feminino e o masculino foram estabelecidas no decorrer da história e perpassam a questão da desigualdade social e cultural. Essa desigualdade foi reforçada historicamente pelo patriarcado e a separação de papéis de hierarquia, que geralmente deram e ainda dão destaque para o gênero masculino. Para a autora:

Se, para a biologia, na espécie humana, existem fêmeas e machos, para o conceito de gênero, existem identidades de gênero que configuram aspectos relativos a como os sujeitos se identificam histórica, cultural e socialmente como femininos e masculinos, assim sendo, numa determinada realidade histórica, cultural e social, define-se o significado do que é ser mulher e ser homem. (LOURO, 2008, p. 56).

Scott (1995) e Butler (2003) alertam sobre o uso do termo “gênero”, que exalta a “diferença sexual” e gera uma hierarquia de gênero em que os homens historicamente ficaram com a imagem de dominação e força, a qual oportuniza cargos de liderança. As mulheres ficam com o outro lado, o de submeter-se àquela liderança.

Butler foi recebida com protestos no Brasil em 2015, como mencionado anteriormente, sendo chamada de bruxa

por conservadores, por ser uma filósofa política e estudiosa de gênero. Para ela, o enquadramento de um corpo como feminino ou masculino é sobre desenhar comportamentos e, desde o momento que um ser é gerado ele, está correspondendo a padrões. LOURENÇO (2017).

O conceito de gênero exerce controle sobre os corpos e sobre posições histórico-socioculturais determinadas. É preciso rever as possibilidades de resistência para escapar, mesmo que em brechas, do poder exercido. Louro (1997, p. 24) diz que, “[...] através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade”, fazendo-se necessário refletir sobre a possibilidade de a escola ser um espaço importante para essa problematização. A sociedade cria polos opostos, como o binarismo masculino-feminino, que devem ser discutidos, pois se trata de uma invenção cultural que gera hierarquias e desigualdades nas relações sociais, como dominação-submissão.

A ideia de dominação-submissão acaba sendo reforçada ao dar superioridade a um dos polos (o masculino), que deveria ser entendido como isolado ou deveria ser problematizado, questionando-se como se constituiu. Pode-se pensar em tais questões com maior fluidez entendendo-se que estamos falando de características socialmente construídas que devem fazer parte de ambos os polos, sendo possível “um corpo

denominado feminino ter gestos e características masculinas e o corpo determinado como masculino ter traços femininos, em uma determinada cultura” (LOURO, 1997 p. 23).

Portanto, desconstruir o pensamento de binarismo é algo imprescindível na sociedade atual, trazendo reconhecimento e respeitabilidade para formas de identidades de gênero. Segundo Bonnici (2007), a discussão é sobre a maneira como a cultura vê a mulher (e o homem) e como a mulher é construída culturalmente. Para Joan Scott, trata-se de um “elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos” e de “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.14).

Vemos que o conceito de gênero se relaciona com os constituintes culturais, levando em conta a maneira como a sociedade estabelece os papéis e comportamentos cabíveis a cada sexo. Gênero, portanto, está ligado a outros conceitos, como os relacionados com raça, classe social e sexualidade. Assim:

1. O termo “raça” refere-se a um tropo para classificar os seres humanos em diferentes grupos biológicos, físicos e genéticos, que também define relações, como: brancos e negros, que pertencem a raças diferentes que são socialmente hierarquizadas.
2. *Classe* é a estratificação social cujos membros compartilham características culturais, econômicas e políticas semelhantes, que também definem relações como: brancos e negros e sua hierarquização na sociedade.

3. A *Sexualidade* é a prática sexual e a realização de desejos variegados e diversificados no comportamento sexual humano. [...] [É] uma identidade assumida psíquica e culturalmente e intimamente ligada aos conceitos e às construções de gênero. (BONNICCI, 2007, p. 226).

Contudo, tais conceitos tornam-se mais complexos quando integrados às noções de gênero. Nesse sentido, Spelman (1988) afirma que a identidade de gênero está acoplada à identidade de raça e de classe:

Se o gênero é uma construção social, o que há em comum entre as mulheres depende do significado daquilo que não é idêntico entre elas, ou seja, as identidades de Classe e de Raça. Portanto, a análise de Classe e Raça leva à percepção do gênero (SPELMAN apud BONNICCI, 1988, p. 131).

Em relação às mulheres, as categorias de gênero, raça e classe são fundamentais para a problematização das opressões que atravessam suas vidas, pois formam a base estrutural sobre a qual essas desigualdades se sustentam. Esses mecanismos de opressão se perpetuam a partir das relações sociais de sexo que organizam a sociedade em torno da dicotomia entre o grupo social dos homens e o grupo social das mulheres. Essa divisão baseia-se, inicialmente, em uma categorização biológica entre machos e fêmeas, que é então ressignificada em termos de poder e dominação, resultando

em desigualdades que se cruzam com outros marcadores, como classe e raça. Assim, essas categorias não operam de forma isolada, mas interagem para estruturar as dinâmicas de subordinação, pois:

- A relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- As diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;
- [...] essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação. (HIRATA, 2009, p. 71).

Podemos considerar, então, que as relações sociais são produzidas em meio a relações de poder e modos de governo, ou ainda, em meio a discursos que sustentam as relações de dominação. A dominação masculina tem sido operada “a partir da vontade masculina de subjugar a mulher, e de fazer do corpo dela, objeto restrito apenas a seu uso, gerando a reprodução da espécie. Daí a mulher ter sua existência ligada à natureza enquanto a do homem, à cultura” (ZOLIN, 2007, p. 66), ou seja, o paradoxo está na visível diferença do corpo feminino e do corpo masculino, diferenças que são percebidas e que têm sido usadas para organizar a sociedade segundo a divisão em gêneros construídos como duas essências hierarquizadas.

A relação “homem-mulher” muitas vezes é marcada pelo poder dominante que o homem tem sobre a mulher, tornando-a submissa, impotente; a violência, assim, é considerada uma das formas que o ser masculino possui para explorar, oprimir e, muitas vezes, humilhar a mulher, sejam estas práticas verbais ou físicas, isto é, a violência contra a mulher assume vários aspectos e graus, desde o xingamento até a circuncisão feminina e o assassinato (BONNICI, 2007, p. 260).

A violência é uma prática que afeta mulheres de todos os cantos do mundo, de uma forma que pode ser considerada singular para cada uma delas, levando-se em conta os aspectos históricos e, conseqüentemente, socioculturais ou as situações que as deixa(ra)m no estado de vitimização.

Não podemos, porém, desconsiderar o vínculo familiar que muitas mulheres têm, o que se encaixa na questão das relações de poder entre mulheres e homens de uma mesma família tradicional, ou seja, patriarcal. Esse vínculo, desde o início o desenvolvimento sociocultural da humanidade, origina a dominação masculina, e a família torna-se um ambiente ambíguo, que pode ser considerado tanto um “lugar de mais amor”, como também, neste caso, “de mais violência” (SANTOS apud MACEDO, 2005, p. 67). Em cada funcionamento social, existem relações de poder e relações desiguais entre homens e mulheres que são inerentes à própria estrutura familiar, visto que, em algumas culturas, o sistema de organização social é chefiado pelo patriarca, ou

seja, todo o poder concentra-se na figura desse chefe, cuja autoridade é incontestável.

Segundo Bonnici, a violência doméstica ocorre em um lugar privado e “protegido” pela privacidade dada à família e pelo “direito” do marido de reger a esposa e os filhos. “Nas culturas patriarcais, da Antiguidade até o Renascimento, o marido tinha o direito de punir fisicamente sua mulher, por palavra ou por pancadaria” (BONNICI, 2007, p. 263). Apesar de essa ideia ser inconcebível, ainda hoje há quem pense e aja de tal forma, “educando” a mulher, fato evidenciado pelos números alarmantes divulgados.

Isso acontece porque até pouco tempo a sociedade veio se constituindo, inclusive legalmente, sob essa perspectiva. O conceito de “educar” a mulher se dá, no sistema jurídico brasileiro, por uma tese chamada “legítima defesa da honra” (Código Penal Decreto - Lei 2.848, de 1940), em que a violência contra a mulher era legitimada caso fosse em nome da honra, e a vítima era culpabilizada pelos comportamentos do réu.

A justificativa, a partir da tese, era no sentido de que era aceitável o comportamento do réu de assassinar ou agredir sua parceira (vítima) caso ela cometesse adultério, pois esta teria ferido sua honra, ou seja, era uma forma de o agressor atribuir o fator motivador de seu comportamento descontrolado e criminoso ao comportamento da vítima, culpando-a pelo que ele mesmo cometeu, imputando à mulher a causa de sua própria morte ou lesão (GHISLANDI, 2021, p. 7).

Essa tese tem início no Brasil Colônia, em que havia a tradição da honorabilidade, com o intuito de proteger a honra masculina. O Livro V das Ordenações Filipinas dava ao homem/marido o direito de matar sua mulher/esposa caso ela fosse pega em adultério, pois ele agiria em nome da sua “honra”. O primeiro Código Criminal Brasileiro, de 1830, retirou a tese da legislação, mas ela ficou marcada na história e por muitos anos era ainda citada e utilizada sem culpabilizar o criminoso, pois a culpa recaía sobre o feminino, da mesma forma como funciona o discurso no caso dos assassinatos de mulheres tidas como bruxas na Idade Média: eram responsabilizadas pela violência que sofriam. Mesmo com a retirada da legislação, não se teve um avanço imediato, pois a tese permeou os pensamentos, os valores sociais, as práticas cotidianas. A discussão de igualdade entre gêneros só ganhou espaço no Direito de forma efetiva com a Constituição Federal de 1988.

Um grande e terrível exemplo do uso daquela tese e de sua perpetuação histórica, mesmo ela não estando reconhecida, foi o caso do assassinato da brasileira Ângela Diniz, vítima de disparos realizados pelo seu marido, Raul Fernando de Amaral Street, conhecido como “Doca Street”, no ano de 1976, no Rio de Janeiro. O primeiro momento de julgamento foi pautado na defesa da honra de Doca Street, difamando a vítima, e Ângela foi considerada culpada pela

sua própria morte. Ele foi imediatamente solto.

Entretanto, teve início no Brasil um grande movimento de grupos feministas em memória de Ângela, sob o lema “Quem Ama Não Mata”. Com o avançar desse movimento, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro resolveu anular o julgamento, e o caso foi submetido a um novo júri em 1981. Doca Street foi condenado a 15 anos por homicídio doloso qualificado. Uma resposta mais sólida veio somente no ano de 2021.

O PL 2.325/2021 altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) para excluir os atenuantes e redutores de pena relacionados à violenta emoção e à defesa de valor moral ou social nos crimes de violência doméstica e familiar. Em outra mudança, dessa vez no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689 de 1941), a proposta proíbe o uso da tese de legítima defesa da honra como argumento pela absolvição no julgamento de acusados de feminicídio pelo tribunal do júri. (Agência Senado, 2021).

Segundo Moi (2002), a opressão vivenciada pelas mulheres existe, podendo ser econômica, social, política e física, retirando a liberdade feminina. Entretanto, isso não quer dizer que as mulheres não podem transformar a sua situação e se libertar das amarras sexistas. De acordo com Carme Alemany:

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública,

sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. (ALEMANY, 2009, p. 271)

Isso acontece porque as mulheres eram ensinadas a ocupar o seu espaço e a adotar posições corporais convenientes, como, por exemplo, baixar os olhos enquanto os maridos as advertem, sorrir contidamente e aceitar as ordens deles. Tais ensinamentos limitavam o território das mulheres, mantendo-as presas em uma espécie de confinamento invisível. Hoje, as mulheres ainda enfrentam resquícios dos séculos passados. No mercado de trabalho, por exemplo, mulheres recebem menos do que os homens em determinados cargos e diariamente passam por problemas, como discriminação de gênero, assédio, machismo e imposição de padrões de corpo. Ainda prevalece a cultura de que a mulher é a maior responsável pelos filhos e pelas questões domésticas, principalmente em cidades provincianas, que perpetuam uma cultura patriarcal (SEGGIARO, 2017).

Enquanto os homens são encarregados de “remodelar a face da Terra”, apropriando-se dela, à mulher é dificultada a possibilidade de ação. Além disso, a opressão também aparece, principalmente, na crença de que o destino da mulher é ser passiva, uma vez que a passividade integra, irremediavelmente, sua natureza, contra a qual não pode rebelar-se, sendo o acesso a elevados valores humanos vedado.

Toda relação de dominação, entre dois grupos ou duas classes de indivíduos, impõe limites, sujeição e servidão àquele (a) que se submete. Ela introduz uma dissimetria estrutural que é, simultaneamente, o efeito e o alicerce da dominação: um se apresenta como representante da totalidade e o único depositário de valores e normas sociais impostas como universais porque os do outro são explicitamente designados como particulares. Em nome da particularidade do outro, o grupo dominante exerce sobre ele um controle constante, reivindica seus direitos fixando os limites dos direitos do outro e mantém um estatuto que retira todo o seu poder contratual. (APFELBAUM, apud HIRATA, 2009, p. 76).

De acordo com Butler (1993; 1999), há um conceito que ela denomina de “metafísica da substância”, que aqui muito nos ajuda a entender essa mentalidade ainda tão fortemente presente. A metafísica seria a responsável por instituir um modelo naturalístico que demanda uma relação causal entre corpos, gêneros, sexualidade e desejo enquanto expressão da subjetividade, em vez de construções sociais mantidas por coerções de variadas modalidades (BUTLER, 1999). A racionalidade metafísica é a responsável por fazer homens e mulheres iguais e, ao mesmo tempo, subjetivos, mas as construções sociais fazem com que haja diferenças que devem ser respeitadas e seguidas.

Essa identificação é importante para entender as relações de poder e, conseqüentemente, as violências

sofridas pelas mulheres, indo além de uma perspectiva crítica que os divide em opressores e oprimidos, e compreender como funcionam as relações de forças. Para Foucault:

O poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo. Se preferirem, simplificando, não haveria relações de produção mais ao lado, acima, vindo a posteriori modificá-las, perturbá-las, torná-las mais consistentes, mais coerentes, mais estáveis mecanismos de poder. Não haveria, por exemplo, relações de tipo familiar que tivessem, a mais, mecanismos de poder, não haveria relações sexuais que tivessem, a mais, ao lado, acima, mecanismos de poder. Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado. (FOUCAULT, 2008a p. 4-5).

Todavia, Foucault distingue poder de violência, dizendo que, onde há relações de poder, há a possibilidade de resistência. No caso da violência, não há nenhuma possibilidade de resistência. Mulheres, pois, são atravessadas por inúmeras relações de poder e de violência. Para Butler (2004), a concepção de poder performativo reitera a

necessidade de questionar as políticas de verdade, aquelas que naturalizam certo funcionamento dos exercícios de poder. Partindo-se dessa ideia, torna-se possível questionar as relações de poder estabelecidas, compreendendo seus efeitos e práticas no cotidiano.

Quando nos deparamos com o conceito da mulher e da violência, é interessante conhecer o *womanist*, que, em uma tradução literal, seria o mesmo que “mulherismo”. O *womanist* consiste em uma teoria social enraizada na opressão racial e de gênero das mulheres negras. Se já é difícil ser mulher em uma sociedade patriarcal, é ainda mais difícil estar inserida nessa mesma sociedade e ser negra em um país racista como o nosso. O *womanist* é uma perspectiva de mudança social que se baseia nos problemas cotidianos e nas experiências das mulheres negras e de outras mulheres que, de alguma forma, fazem parte de grupos minoritários. A rejeição aos grupos de minoria ocorre como consequência de uma sociedade que só sabe lidar com a mesmidade.

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia baseada no lucro que precisa de forasteiros como superávit. Como membros dessa economia, todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas. Mas não temos modelos para conviver com nossas diferenças como iguais. (LORDE, 2019, p. 246)

Segundo Rago (1995), a história não é um saber natural, portanto, não há verdades absolutas e leis que revelem os fatos, mas existem tramas de discursos que produzem efeitos de poder e modos de subjetivação. Diz a autora: “a história será, então, pensada como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder” (RAGO, 1995, p. 77).

Com base nessas considerações, destaca-se uma narrativa histórica que, conforme Swain (2014), foi construída predominantemente a partir de uma perspectiva branca, masculina, heterocentrada e ocidental. Essa visão reducionista relegou as mulheres a papéis restritos, frequentemente limitando-as à maternidade e à passividade, ignorando sua agência e pluralidade nas dinâmicas sociais e culturais.

Entretanto, se a história não for mais pensada como uma verdade absoluta, concordando com Foucault, outros relatos podem ter espaço. Swain propõe outra “história do possível”, que foi ocultada pelo patriarcado. Nas suas palavras:

[...] nos milênios de existência humana, a multiplicidade é premissa básica. O tempo é a matéria da história e sua característica principal é o dinamismo. As questões de Foucault aqui têm toda sua pertinência: do que estou falando, para quem, de que lugar. Ou seja, a pesquisa histórica está viciada desde seus pressupostos, pois deixa de lado a metade da humanidade e fala dos homens, para os homens, sobre os homens” (SWAIN, 2014, p. 23).

Swain (2014) pondera que existem vestígios dos feitos femininos, mesmo havendo o apagamento histórico por parte dos historiadores. Foi com esses vestígios que busquei construir o inventário como modo de resistência. A autora também entende que a construção histórica e suas significações de “mulher” e “homem” podem ser desmanchadas se outras histórias marginais surgirem. É preciso, portanto, desnaturalizar nossas práticas cotidianas, aquilo posto como discurso da verdade, neste caso, os enunciados que sustentam todo tipo de violência contra as mulheres.

A violência contra a mulher é algo tão grave e enraizado que muitas vezes acaba se tornando um fenômeno “natural”. Isso é marcado por dois fenômenos que se ancoram na normalidade da vida cotidiana e na experiência subjetiva da vítima: sua normalização e seu apego ao pessoal. A violência de gênero transita de forma “natural” nas relações sociais e permanece alojada nas experiências pessoais como uma questão de natureza íntima ou privada, que cada mulher terá que assumir ou resolver individualmente (MILLÁN, 2020). Como visto, as mulheres são herdeiras de um sistema patriarcal rigoroso e de uma marginalização histórica, que era amparada também por leis.

A legislação brasileira atribuía papéis para homens e mulheres e estabelecia a relação de poder entre os dois, como no decreto que segue:

DECRETO Nº 181, DE 24 DE JANEIRO DE 1890.
CAPÍTULO VII, DOS EFEITOS DO CASAMENTO

§ 3º Investir o marido do direito de fixar o domicílio da família, de autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos.

§ 4º Conferir à mulher o direito de usar do nome da família do marido e gozar das suas honras e direitos, que pela legislação brasileira se possam comunicar a ela.

§ 5º Obrigar o marido a sustentar e defender a mulher e os filhos.

Algumas décadas depois, temos:

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916, CÓDIGO CIVIL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.
CAPÍTULO II, dos Direitos e Deveres do Marido:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (art. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).

III. Direito de fixar e mudar o domicílio da família (art. 46 e 233, nº IV).

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (art. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).

V. Prover a manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.

Com esses dois exemplos, é perceptível que, para a sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, os homens eram os gestores dos lares, e à mulher cabia ser sustentada. Caso ela quisesse atuar fora de casa, era necessária uma autorização de seu marido (pensando aqui nas mulheres burguesas, porque as mulheres das classes populares sempre trabalharam). Com o passar do tempo e das discussões, algumas leis tiveram mudanças, como o Decreto nº 21.076 de 1932, que possibilitou o direito ao voto, e a atualização do Código Civil, Lei Nº 10.406 de 2002, que define o ser homem e o ser mulher como igualmente responsáveis pela família.

As condições históricas, assim, estão postas para os inúmeros casos de violência contra as mulheres. A herança do patriarcado ainda traz grandes marcas na construção do feminino que se refletem diretamente nas construções de políticas públicas, principalmente em sua execução e cumprimento.

A mulher foi discriminada historicamente no meio pensante, pois a tarefa de pensar e liderar sempre foi dos homens. Para Pitágoras, existe um princípio bom que gerou a ordem, a luz e o homem; há um princípio mau que gerou o caos, as trevas e a mulher. Para Aristóteles, a mulher era um homem incompleto. Ele acreditava e defendia que todas as características da criança estavam no sêmen do pai, e a

mulher era abrigadora desse fruto produzido pelo homem. Essa ideia foi uma das mais aceitas na Idade Média. Já São Tomás de Aquino defendia que, pelo fato de a mulher ser feita das costelas de um homem, a sua alma era importante como a do homem. Segundo o autor, no céu existe igualdade de direitos entre homem e mulher, pois no momento em que o corpo é abandonado, as diferenças desaparecem. Hegel fazia a relação de um animal com uma planta para definir um homem e uma mulher. Para ele, o animal era um homem, e a planta, por ter um aspecto mais pacato, representava a mulher, acreditando que, se uma mulher estivesse no comando, seria perigoso, pois ela governa conforme seu estado de espírito, e não com as exigências do governo (GERDA, 2018).

A discriminação que as mulheres sofriam era e ainda é notável, embora exista a evidência de várias mulheres visibilizadas na vida pública, mas esmaecidas pelas narrativas históricas. Entender a história das mulheres e a forma como elas foram perseguidas como bruxas e tratadas como inferiores e perigosas pela questão de gênero é um passo fundamental na compreensão da importância de políticas públicas que as defendam contra as diversas formas de violência existentes. Mais ainda, há a importância do papel da escola na formação humana das novas gerações para problematizarem tais questões.

O Brasil é considerado um dos países mais desiguais do mundo em questões de gênero e um dos que mais matam e agredem mulheres. Ocupamos a 92ª posição no Índice Global de Desigualdade de Gênero, segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial, em um total de 153 países. Tendo em conta a igualdade de gênero, o Brasil ocupa a 22ª posição entre 25 países da América Latina e Caribe, salientando seu histórico de violência contra a mulher. Para entender as políticas públicas, a situação das mulheres no Brasil e a colocação no Fórum Econômico Mundial, é necessário historicizar os direitos e a situação das mulheres.

Na época do Brasil Colônia (1500-1822), uma parte pequena da população possuía direitos e deveres; mulheres consideradas livres, na época, acabavam sendo excluídas dos processos políticos, assim como dos processos econômicos e até mesmo do meio social. Nesse período, as mulheres negras sofriam todo tipo de violência de forma legalizada no período escravocrata, o que tem impacto até os dias atuais, em se tratando de índices de educação e renda.

Após a emancipação do Brasil (1822-1889), foi promulgada a primeira Constituição, no ano de 1824, pelo Imperador D. Pedro I, mas ela não mencionava nada em relação às mulheres. Eram considerados cidadãos apenas os homens brancos e com posses; já os escravos, escravas e mulheres livres eram excluídos. No ano de 1827, as mulheres

tiveram o direito de frequentar a escola, mas as perdas históricas são irreparáveis, pois o direito à educação básica foi negado para as mulheres por muito tempo, construindo-se, assim, uma história escrita e construída por homens brancos.

Em 1832, Nísia Floresta, uma mulher revolucionária, publicou um livro intitulado *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. Ela desafiou as esferas do seu tempo e foi a primeira mulher brasileira que publicou uma reflexão sobre o mito da superioridade masculina e defendeu o direito à igualdade das mulheres. O livro é pioneiro nos estudos femininos no Brasil (VALADARES, 2020). As portas da faculdade abrem-se para mulheres no ano de 1879 em nosso país, mas só em 1910 nasce o primeiro partido político feminino, após muita pressão social dos movimentos feministas. Apesar desse grande avanço, somente em 1932 as mulheres tiveram seu direito ao voto garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro (Decreto nº 21.076/1932), sendo um marco que consagrou e assegurou o direito ao voto e à participação feminina na política. Com esse direito assegurado, Carlota Pereira Queirós foi eleita a primeira mulher deputada no Brasil, no ano de 1933, uma grande conquista. A Constituição de 1934 registrou alguns avanços, como o direito à igualdade de salário e a permissão de licença pós-parto.

Em 1962, o estatuto da mulher casada foi criado, sob a lei nº 4.212/1962. O estatuto permitiu que as mulheres

pudessem trabalhar sem autorização do marido, passando também a cogitar a guarda dos filhos em caso de uma união chegar ao seu fim, e o direito sobre heranças. No mesmo ano, chegou no Brasil a pílula anticoncepcional, sendo algo bem polêmico na época e muito discutido, mas, para as mulheres, significou controle reprodutivo e a tão sonhada liberdade sexual feminina (GARCIA, 2012).

O direito a ter um cartão de crédito foi conquistado em 1974, e é sabido que atualmente o cartão de crédito está presente na vida da maioria das mulheres (para aquelas com algum poder aquisitivo), mas até pouco tempo atrás isso era um direito apenas masculino. Antes dessa conquista, as mulheres eram obrigadas a levar um homem para assinar documentos, fosse para um empréstimo ou para uso do seu próprio dinheiro. Em 1977, a Lei do Divórcio nº 6.515/1977 é aprovada. Antes disso, a mulher, mesmo sofrendo violência, era obrigada a permanecer no casamento. Porém, nessa época, a mulher que se tornava divorciada era vista com maus olhos pelo seu meio, o que para muitas gerava falta de coragem de separar-se, obrigando-as a sujeitar-se a casamentos abusivos (GARCIA, 2012).

Em 1979, uma grande vitória foi a conquista do direito à prática do futebol. Antes, um decreto da era Vargas era específico: as mulheres não podiam praticar esportes incompatíveis com as “condições de sua natureza”. O

discurso dizia que o esporte feria a “natureza feminina”, então, as mulheres eram tolhidas nas práticas esportivas. Essa regulamentação veio somente em 1983, e a proibição refletiu-se negativamente até os dias atuais no esporte feminino, com a falta de apoio e de patrocinadores (GARCIA, 2012). O Brasil tem uma grande atleta do futebol de campo, Martha, que ganhou inúmeros prêmios, sendo mais premiada que qualquer jogador homem, mas nem por isso temos uma forte valorização do futebol feminino.

A primeira e tão necessária Delegacia da Mulher surgiu em 1985, no estado de São Paulo, e depois outras unidades começam a ser implantadas em outros estados do Brasil. A delegacia da mulher era e é até hoje a responsável por dar proteção às vítimas e por investigar crimes de violência doméstica e sexual contra as mulheres. A Constituição Brasileira de 1988 reconhece as mulheres como iguais aos homens, a destacando-se:

determinação da igualdade formal entre homens e mulheres; o aumento dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres; a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal (união com a intenção de constituir família sem vínculo jurídico); a definição do princípio da não discriminação por sexo; a proibição da discriminação das mulheres no mercado de trabalho; e o estabelecimento de direitos no campo da contracepção, relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos (Constituição Federal Brasileira de 1988).

A Constituição de 1988 foi uma das maiores conquistas do país, pois abriu espaço para a implementação de várias políticas públicas voltadas para as mulheres, “coincidindo” com o período de abertura democrática no Brasil. Podemos citar importantíssimas leis, como as de nº 8.072/1990 e 8.930/1994, que caracterizam o estupro e o atentado ao pudor como crimes hediondos; e a Lei nº 9.100/1995, que busca equalizar a participação da mulher no meio político, estabelecendo quotas mínimas de 20% das vagas em candidaturas nos partidos políticos do país. O novo Código Civil (2002) garantiu a capacidade civil plena da mulher, conforme o art. 1.603, de fazer o registro de nascimento dos filhos, prática que antes competia apenas ao pai (GARCIA, 2012).

Apesar de tantos avanços, somente em 2002, a “falta da virgindade” deixa de ser motivo para anular o casamento, pois até então, se um homem descobrisse que a esposa não era virgem, ela era julgada e difamada, e o divórcio era aceito, caso o homem assim solicitasse. No ano de 2006, a Lei Maria da Penha é sancionada, mas muitas mulheres foram mortas para que essa lei fosse aceita. O nome foi dado à lei pela triste luta de quase 20 anos da farmacêutica Maria da Penha, vítima de duas tentativas de homicídio. Depois desse longo período, ela finalmente conseguiu colocar seu ex-marido atrás das grades. Essa lei é uma das conquistas mais importantes para as mulheres. A Lei nº 11.340/2002 foi sancionada para combater a violência contra a mulher (VALADARES, 2020).

A Lei do Feminicídio, nº 13.104, foi aprovada somente no ano de 2015, e em 2018 a importunação sexual passou a ser crime (Lei nº 13.718/2018). Entretanto, mesmo com legislações que têm como principal objetivo a proteção às pessoas de todos os gêneros, uma força imensa foi essencial para que essas políticas públicas se tornassem reais na sociedade. Tais conquistas, contudo, não significam que as mulheres não sofram mais, em sim que hoje elas têm um mecanismo legal para defender-se. Só em 2022 a Lei nº 14.443/2022 foi sancionada, alterando a lei do Planejamento Familiar e facilitando o acesso de mulheres à realização de laqueaduras. Com essa nova lei, a idade mínima para o procedimento passa de 25 para 21 anos, e a obrigatoriedade de o cônjuge dar seu consentimento foi excluída. Dessa forma, a mulher começa a ter domínio sobre seu próprio corpo, sem depender da autorização do seu parceiro.

Infelizmente, esses ganhos não implicaram uma mudança cultural majoritária no Brasil, pois existem raízes do patriarcado a partir de uma racionalidade da substância, como bem nos ensinou Butler (2019), atribuindo diferenças naturalizadas a homens e mulheres e justificando o injustificável: as várias violências. Obviamente que conhecer a constituição histórica é fundamental para entender os passos dados pela conquista de igualdade de gênero, mas refletir sobre a história das mulheres é saber o quanto elas foram

subjugadas e marginalizadas por terem um cérebro menor que o dos homens; por serem consideradas mulheres más, bruxas; por não terem o direito de decidir se querem continuar em uma relação que traz dor, violência e sofrimento, e assim por diante. Todos esses discursos têm algo em comum: um lugar menor para elas, embasado em condições históricas que as levam a ser violentadas e a continuar sendo.

Ainda há muito a ser feito na luta pela liberdade e igualdade da mulher, e políticas públicas precisam ser criadas e instauradas na sociedade. Continuamos enfrentando diferenças salariais entre homens e mulheres, além de altos índices de violência. Ainda nos deparamos, em pleno século XXI, com o preconceito em diversos âmbitos na vida da mulher: julgada se casou cedo, se casou tarde, se teve filhos cedo, se optou por não ter filhos, se estudou demais, se deixou a família em segundo plano em favor da carreira profissional, entre tantos outros enunciados. A partir disso, entende-se que uma das possibilidades de problematizar essa questão passa pela formação ainda no espaço da escola, um lugar público onde se aprende a ser na relação com a diferença, um espaço compartilhado, coletivo, público. Essa questão será discutida no próximo subcapítulo.

2.5 POTÊNCIA DA NARRATIVA NA ESCOLA COMO FORMAÇÃO HUMANA: RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

[...] os livros são hospitaleiros e nos permitem suportar os exílios de que cada vida é feita, pensá-los, construir nossos lares interiores, inventar um fio condutor para nossas histórias, reescrevê-las dia após dia. E algumas vezes eles nos fazem atravessar oceanos, dão-nos o desejo e a força de descobrir paisagens, rostos nunca vistos, terras onde outra coisa, outros encontros serão talvez possíveis. Abramos então as janelas, abramos os livros (PETIT, 2009, p. 266).

Conforme Petit (2009), os livros acolhem, curam e permitem ressignificar nossas experiências, oferecendo um fio condutor para construir e reconstruir nossas narrativas. Os livros abrem caminhos para identificação com histórias, bem como para estranhar e estranhar-se mais uma vez, como um modo de crítica e possibilidade de invenção.

Diante da devastadora e dolorosa trajetória da mulher, aqui estudada por meio da figura da bruxa, produzida e enclausurada pela cultura do machismo e da violência de gênero, este subcapítulo pensará a potência da escola como espaço de experiência estética e formação humana na problematização das barbáries do nosso tempo. A fogueira do século XXI, que fez inúmeras vítimas do feminicídio, vem crescendo diariamente com o capitalismo neoliberal e

neoconservador, com tipos diversos de violência de gênero, o que leva à seguinte indagação: a mulher vive ou sobrevive na sociedade capitalista da superconcorrência, sujeita à exploração interminável que a transforma em objeto de desejo e comercialização? Desejo que deveria preencher lacunas de uma história esmaecida pela dor, pela violência.

Benjamin (1994) dizia, há quase 100 anos, que vivemos muitas coisas, mas estamos cada vez mais pobres de experiência. Ele fez um diagnóstico da sua época em relação às guerras, quando soldados voltaram depois de vários anos em combate. Esse período foi chamado de geração silenciosa, pois os soldados presenciaram conflitos, mas não costumavam ou não tinham nada para contar, mesmo tendo vivenciado anos de barbárie. Se pensarmos no presente, é muito provável que muitas mulheres, assim como esses soldados, estão vivenciando inúmeros sofrimentos em seus dias, mas não os compartilham, pois são ações de barbárie que vão calando, silenciando, retirando delas um espaço mais coletivo e problematizador do pensamento para existir. Esse local poderia ser a escola.

Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de

honradez confessar essa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (BENJAMIN, 1994a, p. 115).

Segundo o autor, a pobreza de experiências toma extensão em toda a humanidade; pobreza do compartilhar, do dizer, da contação de história, e aqui, especificamente, compartilham-se a aceleração e o excesso que nos invadem no presente.

Em tal contexto, como retrata Dumont (1998, p. 65), “a leitura pode ser concebida como uma ação e não um ato passivo, configurando sua atividade como uma experiência”, entendida como um modo de viver. A leitura passa a ser uma experiência própria e subjetiva, pois cada indivíduo se apropria das suas formas interpretativas e as relaciona com sua realidade, mas também é coletiva quando compartilhada em espaços públicos e democráticos, como as escolas. A leitura é uma forma de interação em que existe a possibilidade de compartilhar experiências e saberes por meio da contação de histórias. Essa capacidade seria uma possibilidade de relatar vivências, de manter tradições que há séculos vêm se perdendo, o que torna de extrema importância tecer narrativas. Paul Valéry diz “[...] já lá vai o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje já não se dedica a coisas que não possa abreviar”. (VALERY apud BENJAMIN, 1994, p. 6).

Vive-se em uma época em que a escola está fortemente atravessada e produzida por práticas discursivas neoliberais, em que se reduzem a escrita e a leitura às habilidades e competências, empobrecendo a potência narrativa. Autores como Rodrigues, Marangon e Schuler (2021) ressaltam a importância de problematizar a escola e o modo como os estudantes vêm se constituindo:

Daí a importância de problematizarmos quando escolas e universidades se organizam a partir de um currículo montado ao gosto do cliente, entupido de informações rápidas, a partir de estratégias prazerosas para não entediar os alunos, cuja atenção migra a cada segundo. Essa perspectiva individualizante em que se compete consigo mesmo enfraquece os laços sociais e as instituições de ensino como espaços possíveis do coletivo e do bem comum. (RODRIGUES; MARANGON; SCHULER, 2021, p. 1302).

Na percepção dos autores, a escola passa a ser uma empresa, e os alunos, seus clientes; o professor, por sua vez, torna-se responsável por criar diferentes estratégias para manter os clientes interessados no produto ofertado, que é a educação. Mas além de avaliação e meramente registro, o que mais poderiam ser a leitura e a escrita na escola? O que poderia, ainda, o narrar na escola?

Foucault (2014) diz que o ato de escrever pode ter relação com o “exercício de pensamento”. Em suas palavras, “a escrita também foi importante na cultura do cuidado de si. Uma das

características mais importantes desse cuidado envolve fazer anotações sobre si mesmo.” (FOUCAULT, 1990, p. 62).

A escrita e a leitura, no ambiente escolar, por vezes acabam sendo tratadas equivocadamente de forma técnica e utilitarista, limitadas a habilidades de decifração de códigos ou ao registro e reprodução de verdades previamente estabelecidas, sem uma reflexão sobre por que determinados conceitos se estabeleceram como verdades únicas.

Quando a leitura e a escrita são utilizadas de maneira meramente instrumental, como duplicações da realidade ou como instrumentos normativos, sem questionamento e reflexão, perdem-se as possibilidades de experimentação e reinvenção de si. Questionar as condições em que essas práticas ocorrem e propor uma ruptura desse modelo é essencial para entender um país calcado em violência contra as mulheres, e as narrativas demonstram tal violência, como apontado pelo inventário bruxesco.

Assim, defendo a escrita e a leitura como formas de conhecer outras narrativas. Segundo Foucault (2009), o cuidado de si exige que o sujeito esteja em constante reflexão e relação consigo mesmo, mas essa relação não é solitária; ela atravessa o encontro com o outro e com o mundo. Nesse sentido, a leitura e a escrita não devem ser vistas como fins em si mesmas ou meramente como algo pragmático, mas como brechas de possibilidade de

enfrentamento e resistência a tantas violências sociais e como formação humana. Trata-se de construir novos modos de ser e existir; não apenas de descobrir uma verdade essencial sobre si mesmo, mas de criar-se continuamente por meio de experiências e questionamentos que abrem possibilidades.

A partir do entendimento da escrita e da leitura como possibilidade de uma prática de si a partir dos estudos foucaultianos, a escola pode ser compreendida como um espaço para dialogar consigo e com os demais, e não como uma mera ferramenta de avaliação e concorrência. Para tanto, é preciso atrever-se a pensar, a escrever, a narrar a si próprio, para produzir brechas também em meio aos fios violentos do patriarcado. É aí que as práticas de escrita e leitura se constituem como potentes exercícios de subjetivação, por meio dos quais aprendemos relações com nós mesmos e com os demais.

A escola, então, como um espaço possível para produção de narrativas, não é uma mercadoria consumida ou um registro e uma comunicação pronta de ideias, mas uma possibilidade de entender a si e ao outro, de construir coletivos conectados para os modos de existir e experimentar enfrentamentos quanto à violência contra a mulher. Onde está a história das mulheres no currículo escolar? De que maneiras o inventário construído nesta tese poderia auxiliar

na contação dessa história e na constituição de modos de vida mais afirmativos?

A escola pode funcionar como um espaço de formação e problematização de nossos modos de vida e pensamento, podendo atuar como um território de resistência ao promover a valorização de diferentes narrativas. No entanto, quando a escola ainda possui uma estrutura tecnicista e excludente, que por vezes acaba privilegiando uma abordagem linear e informativa, acaba que por reduzir a leitura e a escrita a processos meramente técnicos. Segundo Benjamin (1987), a narrativa transforma a experiência em sentido, criando vínculos entre o passado, o presente e o futuro. Han (2018) inspirado em Benjamin, argumenta que ao substituir a profundidade da narrativa pela lógica da exposição imediata, esvazia a experiência e rompe com a continuidade histórica. Dessa forma, a escola, no momento que reconhece a potência da narrativa, pode resistir a esse esvaziamento e fomentar um ensino que valorize diferentes vozes.

Contudo, precisamos destacar a ausência de narrativas femininas, negras e indígenas, que acaba refletindo no currículo escolar. O fato de lermos menos autoras mulheres e praticamente não estudarmos o genocídio das bruxas como um evento histórico estruturante demonstra a persistência de uma perspectiva patriarcal na educação. Incluir essas histórias de mulheres na escola, que foram queimadas como bruxas, como ressalta o inventário, não é apenas uma questão de

justiça histórica, mas uma necessidade epistemológica para a construção de um pensamento mais problematizador e justo. Como destaca Han (2018), a narrativa é uma “técnica simbólica de abrigo”, proporcionando sentidos aos sujeitos. Assim, trazer essas histórias para dentro do ambiente escolar pode significar não apenas ampliar o repertório cultural dos estudantes, mas também permitir que outras formas de conhecimento e existência sejam reconhecidas e legitimadas.

Concordando com os autores Rodrigues, Marangon e Schuler (2021, p. 1304), “é necessário que seja uma leitura e uma escrita que ataquem nosso conformismo, para que não nos contentemos com nós mesmos; que nos interroguem sobre nossos modos de vida”. É preciso problematizar a forma como nosso entendimento perante determinadas narrativas foi constituído, nos questionar sobre uma narrativa única, sobre ações que tensionam a construção de um discurso social único, que ainda mata, segrega e não equaliza as oportunidades.

Por isso, deve-se pensar na potência que a escola tem de olhar novamente para o passado e conectá-lo com as nossas questões contemporâneas, podendo ser um lugar para exercitar narrativas e contação de histórias, de pensar a si mesmo e aos demais de outros modos. E a bruxa? E a mulher vítima da desigualdade social? Pode-se resistir de alguma forma?

Resistir seria possível, mas em um processo de ressignificação em face do empobrecimento da experiência diagnosticado por Benjamin e do embrutecimento da subjetividade, que acaba sendo empobrecida. Hoje, pode-se pensar o quanto a aceleração, o pragmatismo utilitário e a superconcorrência invadem as práticas escolares, esmaecendo sua potência formativa (SCHULER, 2023). Para Schuler,

Em tempos de pobreza narrativa, superaceleração, precarização dos laços, fragmentação e esmaecimento da memória, adultização das infâncias, infantilização dos adultos, opinião que substitui o exercício do pensamento e tagarelice valorada como “estudo”, aí está a potência de tomar as práticas de leitura e escrita na escola pública, que atende crianças e jovens mais vulneráveis em se tratando das desigualdades sociais e econômicas no nosso país, como atividade crítica em relação a si mesmo, aos outros, ao seu mundo cultural (SCHULER, 2022, p. 903).

Porém, nem tudo se perdeu, e a escola segue como força potente que pode resistir ao esmaecimento, possibilitando pensar a experiência pela via da narrativa e, nestes tempos, talvez ser um dos poucos lugares para essa discussão, para a existência de múltiplas narrativas, para a potencialidade da experiência estética, ética e política na lidaç o com as narrativas. A experiência, assim, estaria vinculada a um potencial de criticidade, pois, quando se questiona ou se

reflete sobre a construção de experiência, questionamentos surgem sobre a própria formação, e abre-se um espaço para construir e pensar de outros modos.

Nesse contexto, a leitura e a escrita como experiências estéticas teriam um papel de vital importância, principalmente na escola, para construir e favorecer outra discussão de gênero. Essas práticas poderiam fortalecer a capacidade crítica e ainda podem ser grandes aliadas para a resistência e descolonização do pensamento e da vida. Conforme Petit:

Apropriar-se efetivamente de um texto pressupõe que a pessoa tenha tido contato com alguém - uma pessoa próxima para quem os livros são familiares, ou um professor, um bibliotecário, um fomentador de leitura, um amigo - que já fez com que contos, romances, ensaios, poemas, palavras agrupadas de maneira estética, inabitual, entrassem na sua própria experiência e que soube apresentar esses objetos sem esquecer isso. (PETIT, 2010, p. 48).

Nas considerações da autora, a leitura se dá pelo contato com o outro, e não o contrário, sendo que o interesse pela leitura é elaborado em conjunto, socialmente. Em outras palavras, a leitura é parte da nossa formação humana, mas passa sempre pelo coletivo, pelo outro, pela diferença. Benjamin (1987) já trazia essa ideia ao constatar que a deterioração da experiência produz diferentes tipos de barbárie. Porém, é possível, com a leitura, expressar e

compreender o potencial da experiência estética, auxiliando em uma formação e uma autoformação que problematizem as barbáries do nosso tempo.

Nas palavras de Petit, a leitura pode auxiliar a “[...] discernir melhor o que existe ao redor de nós, e mais ainda o que acontece dentro de nós e não conseguimos exprimir.” (PETIT, 2010, p. 51). A leitura pode ser um exercício para compreensão e multiplicação dos sentidos, de percepções de realidade e construção de nossas próprias experiências. Petit (2010) salienta que a leitura é algo solitário e, ao mesmo tempo, uma prática social que demanda diálogo e acolhimento.

A leitura, então, é um espaço onde estratégias podem ser construídas para resistir, um espaço que rompa com preconceitos construídos historicamente e com a falta de conhecimento, como a questão trazida nesta pesquisa sobre a figura da bruxa. Nas palavras da autora, “[...] rompe com a situação em que se encontra aquele que lê ou ouve um texto” (PETIT, 2010, p. 75); dessa forma, novas potencialidades se abrem. Talvez desenvolver o imaginário muitas vezes pré-fabricado pela lógica mercadológica e ampliar as dimensões do estético-ético-político possa ser feito coletivamente somente no espaço escola. Escola que não é entretenimento, passatempo, redes sociais, mas um espaço de pensar a minha diferença junto com a diferença dos outros.

Assim, a contação de histórias, as narrativas, as

leituras, abrem-se como uma possibilidade de exercitar-se consigo e com os demais. Petit (2010) diz que a leitura tem o potencial de problematizar as incertezas e esclarecer as dúvidas, podendo funcionar no que tange ao conhecimento sobre o enfrentamento da barbárie em relação às mulheres. A autora também ressalta que a leitura pode ir ao encontro dos que estão às margens, sendo também um direito humano.

Petit (2009, p. 57) demonstra que, na leitura, “se encontra o cerne de nossa experiência”, sendo importantíssimo considerar a subjetividade do leitor na leitura, valorizando a construção de seus modos de entendimento, pois é necessário que o leitor crie fios com a narrativa para compreender seus significados. Telles (2022) aponta que muitas narrativas trazem a figura da bruxa como a de uma mulher má e destaca a alegria que expressam ao “rebaixá-la”. Na visão da autora, “personagens femininas criadas pela literatura masculina, no século XIX, são polarizadas entre dois extremos” (TELLES, 2022, p. 89). Virginia Woolf também observava essa polarização: “o anjo e o monstro/bruxa, dito de outro modo, aquela que segue as artes de agradar aos homens e vive uma vida de autossacrifício e contemplação, sem uma história própria, e aquela que tenta uma afirmação e é monstruosa” (WOOLF, 2018, p.92). As autoras demonstram o quanto se fazem necessários outros modos de entendimento das narrativas e novas formas de subjetividade, pois, por

séculos, as narrativas tiveram e ainda têm uma construção muito fortemente calcada no patriarcado.

A leitura e a escrita, de maneira interligada, podem ter uma função transformadora, e é imprescindível sua experiência estética, cuja potência pode contribuir para a formação de subjetividade, reforçando a ideia de que ler e escrever ajuda a compreender determinadas realidades e expressar novas formas de existência e pensamentos. Assim, entende-se que a leitura e o acesso a ela podem ser um processo de pensar a si mesmo junto com os outros, concordando com Schuler quando diz que “a filosofia, a literatura, as artes, as humanidades em geral e, inclusive, as escolas vêm sendo denunciadas ora como inúteis e obsoletas, ora como perigosas, a partir de uma lógica tecnicista e de um inovismo por inovismo” (SCHULER, 2022, p. 906).

Todavia, a escola pode ter um papel extremamente importante nos movimentos de resistência. Uma educação que opere ativamente com o que se passa conosco, que crie condições para que crianças e jovens experienciem o mundo, é um dos direitos básicos e fundamentais para a democracia. Leitura e escrita, enquanto narrativas e práticas de subjetivação, podem promover mecanismos contra a barbárie, estimulando a discussão sobre direitos humanos, cultura e formação social dos indivíduos, isto é, práticas coletivas de resistência: “no caso da narrativa epistolar de si

próprio, trata-se de fazer coincidir o olhar do outro e aquele que se volta para si próprio quando se aferem ações quotidianas às regras de uma técnica de vida” (FOUCAULT, 2009, p. 132).

Por isso, argumento pela importância da construção de um material como o inventário bruxesco feito nesta tese como uma possibilidade de construir outras narrativas das mulheres, de posicioná-las lado a lado na regularidade que as atravessa: violência. Mais ainda, há a possibilidade de a escola acessar essas outras narrativas e colocá-las em trabalho junto aos estudantes. Sendo a educação um comprometimento com a liberdade, o direito à educação estaria associado à justiça social e às políticas públicas equitativas, reduzindo as desigualdades historicamente produzidas, além de promover respeito e compreensão de diversas culturas e formas de expressão (com exceção daquelas não democráticas que buscam a aniquilação do outro).

Campesato e Schuler questionam os efeitos do esmaecimento da escola quando o “volume de informações é mais importante do que a problematização, quando é valorado o novo pelo novo em detrimento da tradição” (CAMPESATO; SCHULER, 2019, p. 11). No entendimento das autoras, o pensar acaba não tendo mais tempo para ruminar, pois entramos no estado de “fluidez”, em que quase nada é projetado para durar. O sujeito é deslocado para competir consigo mesmo, esquecendo-se de seu passado e

de sua edificação histórica, em que “[...] a opinião substitui o pensamento, e a informação ocupa o lugar do saber ou do conhecimento” (SIBILIA, 2012, p. 86).

Por isso, é preciso problematizar muitos direitos já conquistados que caminham em uma corda bamba. Em outras palavras, os direitos conquistados pelas mulheres até os dias atuais são sempre colocados em xeque. Logo, somente uma formação que se contraponha e resista à persistência de determinadas práticas poderia impedir a repetição do horror. A fogueira é sempre uma possibilidade que se precisa combater, sendo a escola a possibilidade de constituir práticas antifogueiras. A escola é responsável por fazer seus estudantes refletirem e tomarem consciência de suas escolhas por meio do conhecimento. Quando falta conhecimento, o indivíduo acaba por reproduzir os conhecimentos adquiridos de forma utilitária, como uma máquina que programa suas engrenagens na realidade em que está inserida e não conduz novas formas e novas potencialidades de escolha, muitas vezes acreditando que elas não existem.

No atual período, é necessário opor resistência à falta de conhecimento, resistir perante as engrenagens impostas do não poder pensar, pois o desgaste da democracia e o avanço neoliberal foram e são devastadores. Como aponta Wallerstein (2002, p. 81), “[...] ao longo do século XIX, surgiram três grandes ideologias políticas: o conservadorismo,

o liberalismo e o socialismo. Desde então, elas (adotando aparências sempre diferentes) têm estado constantemente em luta entre si”. Essa luta reflete-se no educar, uma vez que “o neoliberalismo desenvolveu uma abordagem para a reforma da educação que chamamos de ‘reforma empresarial da educação’” (RAVITCH, 2011; FREITAS, 2018).

O neoliberalismo toma o papel de administração, e a educação acaba virando uma atividade de mercado, como parte de uma rede cujos elementos concorreriam entre si (professores, estudantes, escolas); dessa forma, por meio da concorrência, a melhoria na educação aconteceria, o que não se concretizou. Obviamente, isso tem um foco maior: a falência de políticas públicas emancipatórias, a destruição do sistema público e o fortalecimento das empresas privadas para que assumam essa operação (FRIEDMAN, 1955).

A escola, nessa perspectiva, viraria uma empresa. Assim, o neoliberalismo funciona esmaecendo o pensar na escola, enfraquecendo as narrativas e valorando as competências necessárias para a constituição de modos de existência acelerados, fragmentados, que não valoram o conhecimento, a leitura e a escrita, importantes práticas sociais de resistência, além de direito social.

A escola e os professores e professoras precisam ser fortalecidos em seus lugares de agentes públicos. Como se sabe, a violência contra a mulher nunca parou; a “caça às

bruxas” ainda se dá de inúmeras formas. e a educação escolar pode ser uma ferramenta poderosa para problematização e resistência. Em tempos conservadores, nunca foi tão importante discutir a “igualdade de gênero”, pois diariamente uma avalanche de retrocessos soterra avanços conquistados. Essa avalanche vem militando pela retirada do conceito de “gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Porém, devemos lembrar que as expressões “gênero” e “igualdade de gênero”, no que tange à educação, estão previstas no campo dos Direitos Humanos e na agenda internacional 2030 da ONU. Da mesma forma, há todo um movimento no Brasil, chamado “Escola sem Partido³”, que advoga pela retirada do que nem mesmo é um conceito: ideologia de gênero.

Um ponto já sabido é: a violência contra as mulheres não vai diminuir apenas com leis; é necessário um caminhar mais longo, um caminhar com políticas públicas que apostem na formação humana e, principalmente, que destaquem a importância de conhecer a história marginalizada das mulheres, sendo a educação escolar fundamental nesse processo. Inclusive, isso é assegurado por lei:

3 O Programa Escola sem Partido é um movimento político que visa a promover uma agenda conservadora para a educação brasileira. Esse movimento é articulado por políticos de extrema-direita que defendem a ideologia ultraliberal e o fundamentalismo religioso. Segundo Frigotto (2016), esse programa impõe uma mordanga aos educadores.

[...] propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (BRASIL, 2017b, p. 59).

A educação é um direito humano, mas precisa aprofundar-se na reflexão crítica sobre os direitos, pois o Brasil está entre os cinco países com mais violência contra as mulheres. Nosso país permanece andando em sentido oposto ao das tendências mundiais dos “Direitos Humanos Universais” de olhar de forma singular para as “especificidades interculturais e socioeconômicas” (ONU Mulheres, UNESCO), como os direitos das mulheres.

Algo que deve ser levado em consideração com urgência na educação são os impactos da discussão de igualdade de gênero na formação ética e política, nos direitos humanos e nas desigualdades produzidas. É preciso haver uma reflexão sobre a (re)produção da violência perversa contra as mulheres, pois vivemos em uma época em que, assim como inúmeras mulheres queimaram como bruxas, as discussões de gênero também estão sendo banidas e “queimadas”.

Os termos “gênero”, “mulher” e “violência” aparecem na BNCC (Brasil, 2017b) como algumas competências

desenvolvidas somente no 6º e 9º anos do Ensino Fundamental, na disciplina de História:

Objeto do conhecimento: “O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval. Habilidade: (EF06HI19) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais”. Objeto do conhecimento: A questão da violência contra populações marginalizadas. Habilidade: (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. Objeto de conhecimento: Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade. Habilidade: (EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência (BRASIL, 2017b, p.418-430).

Por vezes, a própria supressão da expressão é uma forma de violência, já que os educadores podem sentir-se coagidos ao entrarem nessa seara, havendo inúmeros casos de represália, e esse é um tema com vários tabus a serem desconstruídos⁴. Reduzir os índices de violência contra a mulher não significa somente reduzir o preconceito e o machismo, mas também construir outra cultura, a da não aceitação da violência. Cabe apontar, ainda, o papel do

4 A exemplo da Proposta Escola sem Partido, vetada pelo STF, mas aprovada em várias cidades via Câmaras de Vereadores como forma de coibir o trabalho dos professores e professoras, a partir de uma lógica conservadora, anticiência e antidemocrática.

Estado na construção de políticas públicas efetivas que atuem diretamente em várias linhas de práticas sociais, sendo a educação escolar um importante espaço de formação humana no presente. Não basta educar as meninas; é preciso educar os meninos para a não violência e para o não machismo.

Como diz Arendt, é necessário encontrar caminhos que dialoguem com a condição de ser humano, pois “qual é a responsabilidade da escola e dos educadores e educadoras na garantia do direito da pessoa de ter uma justa imagem de si e ser tratado com dignidade? Como educar meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades?” (ARENDT 2007 apud BRASIL, 2009, p. 51).

Faz-se necessária uma práxis pedagógica problematizadora, desenvolvendo diálogos na comunidade escolar; não é possível haver uma transformação sem todos/todas os/as envolvidos/as nesse processo. Deve haver espaços de diálogo para construir novos conhecimentos que sejam pautados nos direitos humanos, sublinhando a importância da família nessa construção, porque existe um “embate” entre “o que a família ensina” e “o que a escola ensina”. Vivemos em uma sociedade com inúmeras informações e convivemos com fake news, lembrando que em 28/05/2024 as redes sociais Instagram e Facebook foram desobrigadas da checagem de fatos.

Saffiotti (2004) acredita que a violência contra a mulher é tão antiga que a sociedade oculta os danos em forma de tabu, e esse silêncio permanece em danos de macroescala. Torna-se necessário pensar, pois, que educar somente para a igualdade de oportunidades é compreender que certas práticas discursivas só aumentam a violência de gêneros (ADICHIE, 2017).

É preciso, então, compreender que o respeito ao outro, segundo Adichie (2017, 2015) e Auad (2006), parte do princípio de “pré-conceitos” produzidos como cor de menino e de menina ou da ideia de que meninos não choram. Isso desumaniza o humano. Não se devem estabelecer regras de comportamento somente para as meninas, deve haver regras pautadas em amor e respeito, que sejam passadas a todos e todas, independentemente do gênero. Trata-se de aprender a cuidar de si e do outro, aprender sobre a necessidade de ter respeito pelo corpo do próximo, reconhecer a diversidade e respeitá-la, uma vez que “a diferença é a realidade de nosso mundo” (ADICHIE, 2017, p.76).

Para combater as desigualdades, é imprescindível entender os privilégios; deve-se entender que xingamentos como “mulherzinha” são ofensivos e estimulam o preconceito. Porém, para compreender isso, deve-se questionar a natureza da “sua própria linguagem” (ADICHIE, 2017, p.35). Por isso, o modo como lemos e escrevemos na escola é importante, e é também por isso que os textos apresentados na escola e o que fazemos com eles importam. Por isso, uma

professora leitora importa. Por isso, as práticas de leitura e escrita constituem-se como possibilidades de cuidar de si e dos demais, problematizando as servidões e barbáries do nosso tempo. Por isso, a construção do inventário bruxesco como possibilidade narrativa pode funcionar como mais uma tentativa de resistência.

Assim, podemos pensar que educação sexual na escola não se trata de ensinar a fazer sexo; muito pelo contrário, significa proporcionar um espaço seguro para pensar vidas e corpos, identificar abusos, discutir preconceitos e estereótipos, resistir à violência.

Dentro de casa, nos primeiros anos de vida de cada criança, deveria começar uma educação oposta à violência contra a mulher, mas não temos como dar conta da educação privada das pessoas. Daí decorre a necessidade de forte investimento na escola, como espaço público e coletivo, para pensarmos na formação de um “mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente” (ADICHIE, 2015, p. 28).

Já é tempo de entender o porquê de muitas mulheres ainda “queimarem” diariamente – é hora de problematizar essa questão: Como a educação pode contribuir para o entendimento da caça às bruxas? É necessário promover a

problematização de gênero e da violência contra a mulher, garantindo tal discussão nos espaços públicos e coletivos que são as salas de aula. Sempre que um número de mulheres mortas ou violentadas aparecer, deve-se pensar que ela perdeu seu mais valioso direito previsto na Constituição Federal de 1988: o direito à vida.

São corpos, são sonhos, são mulheres que foram “queimadas”. Corpos mutilados pelo padrão social da beleza, discriminados por olhares de reprovação de seus atos e diariamente consumidos pela violência de gênero, pela cultura do ódio, pela cultura do estupro. São corpos sobre os quais a língua reforça diariamente um juízo de valor: “Olha a roupa que estava; por isso foi estuprada”; “Sozinha na rua? Poxa... Pediu, né!”; “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Os padrões religiosos e econômicos moldaram esse corpo para ser dominado, um corpo que, se não bem-educado, pode ser enfeitado e, então, deve ser queimado para ser convertido.

A violação do corpo feminino permeia séculos, e cabe aqui frisar que o marco legal não deu conta de estancar essa violência. Por isso, são muito importantes práticas cotidianas voltadas para a formação humana e políticas públicas que deem legitimidade à mulher nas mais diversas esferas sociais, e o sistema patriarcal deve ser confrontado por novas formas de humanizar-se.

A escola, então, por meio da construção de outras narrativas, pode ser espaço para a experimentação estética e o exercício de formação humana, no sentido de problematizar as violências do nosso tempo e de pensar em como resistir a elas. A narrativa é conceito importante como potencial para resistir e pode ser uma “[...] abertura permanente de entrada de sensações, de impressões e interações” (MEIRA; PILLOTTO, 2010, p. 28).

Benjamim (1994) vê a narrativa como um patrimônio, pois o ato do narrador de narrar sua experiência e incorporar a experiência do próximo se relaciona com a transmissão do saber, de forma oral e escrita. A figura de quem narra é interpretada de inúmeras formas, e, segundo o autor, “quem viaja tem muito para contar, quem vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições” (BENJAMIN, 1994, p. 198). Essa seria mais uma razão para experimentar práticas de leitura e escrita como narrativa e formação humana na escola.

Michèle Petit (2013) argumenta que a leitura está associada à narrativa, entendendo que se trata de um diálogo com o que se lê, na ação de recriar narrativas e ser personagem de sua própria leitura. Para a autora, a leitura tem o importante papel de “construção, na reconstrução de si mesmo e na invenção de outras formas de compartilhar que

não as que nos oprimem ou nos restringem”. (PETIT, 2013, p. 14). A leitura e a narrativa tratam da potência de resistir, de partilhar histórias, de recontar com maior entendimento. Petit concentra-se na potência do leitor, acreditando que “somos narrativas múltiplas, memórias reconstruídas seletivamente, ficções impossíveis, desejos virtuais, certo é que não o somos todos na mesma medida. Não apenas por diferenças identitárias ou subjetivas, mas também por questões de acesso” (PETIT, 2013, p. 26).

O leitor será constituído por fragmentos de suas leituras, de suas escritas, de suas narrativas. Foucault, citando Epicteto, explica: “esse exercício do pensamento sobre si mesmo que reativa o que ele sabe, se faz presente como um princípio, uma regra ou um exemplo, reflete sobre eles, os assimila, e se prepara assim para enfrentar o real” (FOUCAULT, 2009, p.133). Em outras palavras, a leitura aumenta as potencialidades de entendimento e questionamento da construção do que é dito como real, do que é dito sobre si e sobre os demais.

Concordando com os dizeres de Foucault, a leitura e a escrita como constituidoras de narrativa são essenciais para a prática de si, pois não é possível obter toda a sabedoria necessária apenas de si mesmo. A orientação de outros, seja em forma de guia ou exemplo, é indispensável, e, para promover contrastes, o professor tem o papel de conduzir seu aluno. Petit (2009) também destaca que os livros oferecem

um “lar interior”, permitindo que os alunos processem seus próprios exílios emocionais e reconstruam suas narrativas.

Conforme visto anteriormente no inventário bruxesco, ao revisitar as narrativas em torno da figura da bruxa, é possível identificar padrões históricos de opressão que ainda se manifestam na sociedade contemporânea. Federici (2019) lembra que a violência contra as mulheres não terminou com o fim formal da caça às bruxas e simplesmente tomou outras roupagens, se camuflou por meio de novos funcionamentos sociais, mas manteve-se viva em nossa cultura e foi sendo naturalizada.

Retomando a pergunta norteadora sobre como a escola pode ser uma “antifogueira” no combate às violências contra as mulheres, especialmente mediante o entendimento da figura da bruxa, é importante dizer que a escola tem um imenso potencial para atuar de forma crítica, estimulando a reflexão. Ela tem a capacidade de “apagar” a fogueira que ainda queima mulheres, de desafiar estereótipos e de desconstruir discursos opressivos que o patriarcado enraizou. Não se trata de uma tarefa fácil, muito pelo contrário. Problematicar a emergência dessas violências não é algo simples, mas extremamente necessário.

Federici (2004) argumenta que a opressão feminina, sustentada historicamente por práticas como a caça às bruxas, é fomentada por relações de poder que se nutrem da

desigualdade social. Ao promover a problematização dessas dinâmicas, a escola contribui para dismantelar padrões de violência, romper com o ciclo de barbárie e construir uma geração mais comprometida com a equidade e com a justiça social. Enquanto o discurso conservador permanecer em nossas escolas, em nossa forma de educar, em nossos lares, em nossas igrejas e em nosso meio, não vamos conseguir apagar as fogueiras – ao contrário, seguiremos diariamente assistindo à queima de mulheres!

O discurso conservador traz como roupagem a defesa da manutenção de normas tradicionais, normas estas que, para muitos, são mantedoras de privilégios. Ao mesmo tempo, temos sentido na pele diariamente o quanto isso pode ser perigoso, porque significa impedir avanços em direitos humanos, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como as mulheres. Esse tipo de discurso tende a reforçar desigualdades, naturalizando práticas e valores que favorecem a perpetuação do patriarcado.

Segundo Butler (1990), a rigidez nas normas de gênero promovida por discursos conservadores constrange modos de existência e comportamentos que desafiam o binarismo de gênero, o que limita a expressão individual e mantém estruturas opressivas. Em outras palavras, somos colocadas em padrões impostos e, quando buscamos sair deles, sentimo-nos estranhas, não conseguimos nos “encaixar”. Os

discursos, ao fortalecerem uma cultura de controle, acabam por legitimar práticas de violência contra aquelas que fogem às normas impostas. Precisamos pensar mais, refletir sobre o porquê de certas culturas serem construídas de forma tão excludente e violenta e entender a quem essa construção favoreceu e vem favorecendo.

A formação humana é um processo amplo e contínuo, em que os estudantes não apenas adquirem conhecimentos técnicos, mas desenvolvem a capacidade crítica de refletir sobre si mesmos, sobre o mundo, sobre os outros e sobre suas ilhas de referências. Benjamin (1986) destaca como as capacidades de compartilhar experiências e de narrar coletivamente estão em declínio. Ele observa que a perda dessas habilidades reflete uma sociedade que se afasta do valor da experiência vivida e da sabedoria compartilhada, o que limita o intercâmbio significativo entre as gerações. Essa ausência, conforme Benjamin, compromete a formação humana, deixando as novas gerações sem referências consistentes para compreender o passado e para construir um futuro mais digno.

Sibilia (2016, p.39) diz que estamos em um momento cheio de narrativas autobiográficas fragmentadas e efêmeras, como as que encontramos nas redes sociais, que ela descreve como “sempre fluidas e dificilmente apreensíveis, embora cada vez mais enaltecidas, veneradas e espetacularizadas”.

Talvez nem possamos chamar de narrativas esse aglomerado de rápidas informações. Esse fenômeno, caracterizado pela exaltação do eu fragmentado, tende a esgotar o poder transformador da narrativa, uma vez que as histórias contadas são frequentemente superficiais e desconectadas do tecido social e histórico que define a experiência humana. A escola precisa ser um espaço onde a narrativa assume seu papel formativo, conectando os estudantes a significativas experiências científicas e sociais que permitam o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Os professores têm a possibilidade de transformar o ambiente educacional em um espaço de crescimento e pensamento, mas isso exige conhecimento e formação contínua para enfrentar as violências já enraizadas. bell hooks (2013) ressalta que:

Os educadores têm de reconhecer que qualquer esforço para transformar as instituições de maneira a refletir um ponto de vista multicultural deve levar em consideração o medo dos professores quando lhes pedem que mudem de paradigma. É preciso instituir locais de formação onde os professores tenham a oportunidade de expressar seus temores e ao mesmo tempo aprender a criar estratégias para abordar a sala de aula e o currículo multiculturais. (bell hooks, 2013, p. 51)

Ter momentos de partilha e de construção conjunta entre os docentes é essencial para gerar novas práticas

pedagógicas, atentas a temas tão sensíveis como a violência contra as mulheres. Sabemos do grande poder que os professores têm, mas ao mesmo tempo sabemos do grande fantasma que assombra quem sai das curvas conteudistas e busca problematizar certas questões com alunos e alunas.

Não se trata de romantizar a participação dos professores nessa luta social. Sabe-se que o contexto de sobrecarga e precariedade em que muitos se encontram é desolador, o que acaba dificultando seu engajamento em mudanças sociais, pois é preciso ter dedicação e preparo. Conforme hooks (2013), qualquer tentativa de transformar as instituições deve levar em conta o medo e a resistência dos educadores, especialmente quando são solicitados a alterar seus modos de ensinar. Mas trago uma indagação da mesma autora: “Onde encontrar um corpo teórico feminista cujo objetivo seja ajudar os indivíduos a integrarem o pensamento e a prática feminista em sua vida cotidiana?” (hooks, 2013, p. 98). Dito de outra maneira, precisamos de alguma forma auxiliar as mulheres que vivem em mundos calcados pelo patriarcado a produzirem mudanças, ainda que saibamos o quanto muitos professores continuam refratários e entendem que escola não é o lugar para essa discussão. Mas hooks ainda afirma:

Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas. O trabalho delas é libertador. (hooks, 2013, p. 103).

Esse processo vai muito além de desenvolver habilidades técnicas e associa-se à ideia de Schuler (2017, p 31) de que a leitura e a escrita são “modos de pensar e de viver”. A reflexão docente, ao enraizar-se nesses princípios, não só instrumentaliza o educador, como também transforma sua própria percepção do mundo e de si mesmo, permitindo-lhe ver a prática pedagógica como formação humana contra a barbárie. Dessa forma, o ato de ensinar também é um ato de autoconhecimento, em que o professor encontra, nas experiências contadas, uma via para questionar desigualdades sociais e ter entendimento das relações de poder que impactam a educação, seus modos de vida e os de seus estudantes.

Nesse contexto, Foucault (1984) alerta que o “cuidado de si” não é uma atividade solitária, mas uma prática que exige o auxílio de outros, essencialmente de um mestre, alguém que auxilie na construção de uma vida mais digna. Essa perspectiva convida-nos a pensar que a formação docente, mais do que treinamento técnico, é uma troca contínua, não

se limitando a conteúdos, em que se usa a prática para pensar e narrar a si mesmo, aqui focando na problematização do funcionamento do capitalismo, na constituição do patriarcado e na violência contra as mulheres.

Concluo meu capítulo trazendo bell hooks (2013), demonstrando que a sala de aula é um espaço de todos e todas, e que é preciso repensar as práticas, mudar nossas vozes e ensinar a transgredir.

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. (hooks, 2013, p. 174).

CONSIDERAÇÕES BRUXESCAS

Tranque suas bibliotecas, se quiser; mas não há portão, nem tranca, nem ferrolho que você possa colocar na liberdade da minha mente. (WOOLF, 1985, p.102)

A Inquisição nunca conseguiu queimar uma bruxa sequer, então a descendência das legítimas é extensa. Sei disso de fonte segura: sou uma delas afinal. (CHIOVATTO, 2023, p. 120)

Confesso que chegar a estas considerações não foi fácil, mas evocar Virginia Woolf e Carol Chiovatto é uma forma de buscar expressão para o meu sentir; concordando com Woolf, embora possam tentar limitar o acesso ao conhecimento ou cercear a expressão, não há como aprisionar a liberdade de pensamento. Essa sempre foi uma declaração poderosa que guardei por longos anos, tendo em conta o poder de uma mulher quando ela pode pensar, sonhar ou criar. Da mesma forma, Chiovatto, ao afirmar que “a Inquisição nunca conseguiu queimar uma bruxa sequer”, celebra a linhagem de mulheres que resistiram, sobrevivendo no decorrer dos séculos.

Mulheres que fizeram ciência, que foram militantes da liberdade. Se hoje tenho a possibilidade de fazer esta tese e de ser uma doutora, é graças a essas ancestrais que resistiram bravamente. A figura da bruxa vai ser sempre símbolo de resistência, autonomia e conexão com uma

tradição de mulheres que se recusaram a ceder. Ao iniciar minhas considerações, é com o mesmo sentimento de Woolf e Chiovatto que me proponho a reconhecer que, apesar de as barreiras e os desafios serem terríveis, a força de nossas histórias é inquebrável.

Tive que sair de minha zona de conforto e me lançar em um oceano desconhecido. Ao mesmo tempo, sabia que precisava nadar, porque já estava mergulhada nessas águas – águas que, desde cedo, me feriram profundamente. Fui machucada, marcada, e sangrei, aos oito anos de idade, quando voltava da escola. Para mim, a escola é mais do que um simples espaço de formação. Naquele dia, estava sozinha e, voltando de lá, estava buscando construir meu futuro. Anos se passaram, e, por muito tempo, perguntei-me por que tudo aquilo tinha acontecido comigo. Confesso que, depois disso, nunca mais consegui entrar em uma igreja com o mesmo olhar de antes. Parecia que Deus havia me abandonado naquele momento. Mesmo assim, acabei me tornando catequista, talvez porque quisesse ser parte de uma mudança, ensinar algo às pessoas. No entanto, faltava sentido no que eu dizia.

O tempo passou, comecei a trabalhar e, em meu primeiro emprego, sofri assédio sexual. Saí do trabalho e, mais uma vez, questionei-me: por que essas coisas sempre aconteciam comigo? Passei a perguntar-me se merecia estar onde estava, se fazia parte deste mundo. Foi então que

inicie o curso de Pedagogia. Mergulhei de cabeça na área da inclusão, o que, de certo modo, acalmou um pouco o meu coração tão machucado. Construí uma carreira, e a escola foi um espaço que me resgatou; afirmo com toda segurança que foram os livros que me salvaram. Desde criança, eles me abraçaram. Hoje, tenho orgulho de dizer que sou escritora, mas nunca havia escrito sobre mim mesma, pelo menos não até agora. Esta tese é muito mais do que uma pesquisa acadêmica; ela trata do meu retorno ao oceano que, por tanto tempo, temi. Ao longo deste trabalho, aprendi a nadar. Tomei muitos “caldos”, é verdade, mas descobri como me manter respirando. Finalmente, compreendi por que passei por tantas violências, e isso me permitiu estender a mão a outras mulheres, pois agora sei nadar e quero muito puxar cada uma delas para a superfície.

O processo de escrever sobre esse tema foi, sem dúvida, desafiador. No início, planejei realizar oficinas em escolas com os professores, mas recebi inúmeras negativas das secretarias de educação. Depois, considerei a aplicação de um questionário com futuros professores para entender suas percepções da figura da bruxa. Infelizmente, o engajamento foi baixo, e as respostas, muitas vezes monossilábicas, não permitiam uma análise aprofundada. Diante dessas dificuldades, decidi focar em uma abordagem teórica, buscando entender os atravessamentos que resultaram em

uma sociedade que ainda hoje “queima” mulheres, mesmo sob novas formas e com outra roupagem. Este trabalho é a expressão da minha trajetória e de tantas outras, e é também o espaço onde espero plantar uma semente de resistência e transformação.

Neste estudo, entrelaçaram-se vários conceitos para a abordagem do problema de pesquisa: **de que modo a escola pode funcionar como uma *antifogueira*, em se tratando da violência contra as mulheres, a partir da narrativa de um inventário bruxesco?** O principal objetivo foi refletir sobre o modo pelo qual a escola pode funcionar como uma antifogueira, tratando da violência contra as mulheres, a partir da narrativa de um inventário bruxesco. Como objetivos específicos, elencaram-se: a) problematizar as relações entre o capitalismo, o patriarcado e a figura da bruxa; b) descrever e interrogar as violências de gênero e a historicização das mulheres no Brasil; c) pensar como a escola pode ser resistência para enfrentar a violência contra as mulheres, por meio do potencial da narrativa como experiência estética e formação humana.

Por meio do inventário, prestou-se uma pequena homenagem a mulheres que, como bruxas, foram perseguidas, torturadas, queimadas, enforcadas, afogadas e violadas ao longo da história, sendo suas narrativas esmaecidas. Ficou evidenciada a continuidade dessa violência, não mais nas

fogueiras visíveis, mas nos funcionamentos contemporâneos de tamanha desigualdade e violência física, que persistem na aliança entre capitalismo e patriarcado. Assim, o inventário torna-se o coração desta pesquisa, uma criação de narrativa possível sobre e com aquelas mulheres, para mostrar a regularidade histórica da repressão e violência contra as mulheres.

Com a revisão da literatura, pôde-se concluir que, por mais que se fale sobre a sua existência e importância na história, a bruxa ainda traz, em seus modos de existência, características de uma mulher que manipula forças ocultas e profanas. No inconsciente social, a bruxa pode até ter recebido uma roupagem, mas ela continua trazendo aspectos não tão bem-vistos diante da moral social. O termo “bruxa” está ainda muito atrelado ao poder sobrenatural, sendo carregado de estereótipos patriarcais e misóginos. Portanto, a utilização da palavra “bruxa” pode também ser um marco histórico das relações de poder, algo que perpassa muitos temas, não apenas a demonologia, mas também relações culturais, econômicas, políticas e sociais de diferentes épocas, que guardam certa regularidade quando se trata da violência contra as mulheres.

No referencial teórico, aprofundei-me primeiramente nas conexões entre patriarcado, capitalismo e caça às bruxas na Europa a partir do século XVI, traçando paralelos com o

Brasil colonial e contemporâneo, em que a violência contra as mulheres se mostrou uma constante, sufocando suas narrativas e mantendo controle sobre seus corpos. Nesse sentido, foi fundamental entender essas práticas e como elas se repetem, tanto no passado quanto no presente, mantendo vivas as opressões, ainda que sob novas roupagens, como reforça Federici (2019).

A bruxa assume uma complexa construção social de agressividade e domínio, interpretada por inúmeros estereótipos, um conjunto de preconceitos sobre o feminino, o corpo, o nascimento e a morte. Todavia, a bruxa é entendida aqui como um lugar no discurso, produzido por diferentes relações de poder e saber, que teve suas narrativas queimadas com ela nas fogueiras.

No segundo capítulo, apresentei uma reflexão sobre gênero, violência contra a mulher e trajetória das políticas públicas que deveriam proteger e intervir para cessar a violência contra as mulheres. A realidade ainda é desoladora: as mulheres continuam a ser “queimadas” simbolicamente e fisicamente, mediante agressões, estupros e mortes diárias. Essas violências representam as “fogueiras” que, historicamente, nunca deixaram de arder. As condições históricas que alimentam o patriarcado continuam presentes, sendo que essa herança impõe marcas profundas na construção do feminino e nas políticas públicas destinadas

à sua proteção. Vale destacar que muitas políticas públicas foram feitas por homens. A implementação e execução dessas políticas, muitas vezes, sofrem com a mesma ineficácia e desprezo que marcam o histórico de subjugação feminina.

Como aponta Silvia Federici (2004), a opressão contra as mulheres foi amplamente reforçada durante a transição para o capitalismo, quando a caça às bruxas foi utilizada como meio de controle sobre os corpos femininos e seus papéis na sociedade. As mulheres eram perseguidas, marginalizadas e, muitas vezes, silenciadas, uma prática que, embora com novas roupagens, persiste até hoje. A sociedade ainda questiona as escolhas das mulheres em diversos aspectos de suas vidas, perpetuando padrões patriarcais que julgam quando se casam, se têm filhos, se priorizam a carreira ou a vida pessoal, lembrando que elas também não podem envelhecer no presente! Mesmo com os avanços, a luta por igualdade e liberdade ainda enfrenta barreiras imensas, desde a persistência da violência doméstica até as disparidades salariais.

Partindo para meu último capítulo e considerando esses desafios, a escola emerge como um espaço crucial para a formação crítica e o combate a esses funcionamentos de violência e discriminação. É nela que podemos aprender a lidar com as diferenças e construir relações mais justas e coletivas. A escola, como espaço público e coletivo, pode

promover o questionamento de papéis e oferecer às novas gerações ferramentas para reimaginar o lugar da mulher na sociedade, impulsionando o desenvolvimento de uma cidadania que respeite a igualdade e a diversidade desde cedo. Neste capítulo, evidenciou-se a importância fundamental da escola como um espaço essencial para a formação humana e, especialmente, para a resistência à violência contra as mulheres. A escola é mais do que uma instituição de transmissão de conhecimento – é um ambiente onde os estudantes podem desenvolver forças para questionar as relações de poder, a violência e a desigualdade de gênero.

Trata-se da possibilidade de tomar a escola como um espaço de formação crítica e enfrentamento da violência e construção, bem como de novas narrativas. É na escola que se tornam possíveis o aprendizado sobre e com as diferenças e a construção de relações mais justas e coletivas, permitindo que os estudantes e as estudantes equipem-se para a vida. A escola tem o potencial de fomentar o questionamento de papéis sociais historicamente atribuídos e oferecer às novas gerações ferramentas para remarcar o lugar da mulher. Desde as primeiras páginas desta Tese, destaca-se a relevância da escola não apenas como um local de transmissão de conhecimento, mas como um território importantíssimo para a formação humana e, sobretudo, para a resistência à violência contra as mulheres. Acredito

que a escola deva ser compreendida como um espaço de problematização e constituição de modos de existência, no qual estudantes possam experimentar o questionamento das relações de poder, reconhecer desigualdades de gênero e propor caminhos para a construção de uma sociedade mais justa.

Conforme Petit (2009), a escola, ao possibilitar acesso à leitura e ao compartilhamento de histórias, permite que os alunos pensem suas experiências e problematizem as narrativas apresentadas, podendo, a partir disso, criar outras narrativas de si. Petit também salienta que a leitura e a escrita, longe de serem apenas atos de acumulação, se tornam experiências subjetivas e coletivas, fortalecendo o processo de construção pessoal e social. É preciso enfatizar que, em tempos tão sombrios, ler, escrever e narrar podem ser atos de resistência!

Valéry (1994) observa que vivemos uma época em que se tenta abreviar tudo, inclusive as experiências. A escola, ao incentivar a narrativa como prática de experiência, e não apenas de informação conteudista, oferece um espaço para que os alunos possam não só refletir sobre o presente, mas também tecer estratégias de resistência contra preconceitos historicamente construídos pelo patriarcado.

Para hooks (2013), a sala de aula deve ser um espaço de transformação. Vemos que a escola, ao abrigar práticas de

leitura e escrita, possibilita a criação de novas potencialidades. A sala de aula, segundo a autora, deve ser um lugar onde se ensina a transgredir, a repensar as práticas e a dar voz a todos e todas.

Nesse sentido, Foucault (2009) inspira-nos a pensar que a leitura e a escrita, como práticas de subjetivação, permitem que o estudante compreenda e reconfigure suas experiências, abrindo espaço para entender as atrocidades e construir novas formas de ocupar espaços sem ferir seu próximo. Ao longo deste capítulo, tornou-se evidente que a escola, por meio da narrativa, da leitura e da escrita, pode tornar-se um lugar de acolhimento e fortalecimento, onde novas histórias podem ser contadas e onde histórias calcadas pelo patriarcado devem ser repensadas. Dessa maneira, é possível promover o desenvolvimento de uma crítica às fogueiras que ainda, diariamente, nos queimam como mulheres.

Não pedirei desculpas por qualquer exagero ou exaltação. Este texto já é pesquisa, transformou-se em uma jornada profundamente humana, culminando em um grito. Um grito preso em minha garganta ao refletir sobre a condição da mulher ao longo da história e ao perceber que muitas coisas, infelizmente, permanecem inalteradas. Outras mudaram, mas nem sempre para melhor. É um grito que não encontra voz adequada, pois nenhuma expressão verbal parece suficiente para dar conta dessa angústia. Meu desejo mais profundo hoje

é que esta tese não precisasse existir. Pode parecer exagero, mas esse é meu maior anseio neste momento. Se vivêssemos em um mundo justo e vivível, esta pesquisa seria desnecessária. Se estivéssemos em um país onde crimes como contra as mulheres não fossem encobertos pela hierarquia patriarcal, esta tese seria totalmente dispensável. Ainda assim, este trabalho permanece como uma denúncia e um diagnóstico, tentando operar em consonância com sua própria proposta de reflexão e transformação.

Nós, professoras, somos bruxas quando lutamos diariamente para não afundar nas imposições que tentam nos moldar. Mulheres aguerridas quando cuidadoras dos nossos afetos, dos nossos filhos, dos nossos alunos, dos pais e das comunidades que confiam em nós. Não só cuidamos, como também nos dedicamos à formação humana, motivadas pelo desejo de deixar um mundo mais justo para aqueles que virão depois de nós. Continuamos a ser bruxas com novas roupagens; as fogueiras ainda estão acesas, mas agora resistimos estudando, trabalhando, escrevendo e lendo, lançando luz sobre um futuro que acreditamos poder transformar. Este é, afinal, o maior desejo desta autora: que esta tese seja uma chama que aqueça e clareie o mundo ao seu redor, iluminando e salvando tantas mulheres que ainda queimam nas fogueiras de uma sociedade que insiste em restringir suas vozes e seus sonhos. Que o conhecimento

e a coragem que cultivamos como professoras bruxas se espalhem e inspirem outras a se erguerem, a resistirem e a construírem um futuro melhor. E deixo a você, mulher, a minha redescoberta. Que ela possa ser a sua também!

A minha redescoberta

**No espelho do tempo, eu me vejo,
Mulher que se revela, bruxa de séculos,
A sombra antiga, a chama eterna,
Queimando em meu peito, dançando em meus olhos.
Antes, me chamavam de herege,
De curandeira, de louca sem paz,
Meu crime era saber, era ser,
Ser livre em um mundo de correntes.
Me descobri na noite, sob a lua cheia,
Quando o vento sussurrava segredos,
E as estrelas traçavam meu caminho,
O poder nascendo em cada passo, em cada suspiro.
Os séculos passaram, mas eu não me quebrei,
Minha voz ecoa nas montanhas e mares,
Carrego as histórias das que vieram antes,
Cada cicatriz, cada chama, parte de mim.
Hoje, eu sendo uma bruxa, o que diriam?
Me acusariam de falar demais,
De sonhar demais, de querer demais,
De reivindicar o que sempre foi nosso.
Diriam que sou perigosa,
Por não aceitar o silêncio,
Por não temer as sombras,**

**Por caminhar na luz e na escuridão.
Mas eu, mulher, bruxa de alma livre,
Continuo a criar, a curar, a resistir,
Porque ser bruxa é ser inteira,
É ser a força que nunca se apaga.
As acusações podem mudar,
Mas a essência, essa é imortal,
Eu sou o fogo que renasce das cinzas,
Eu sou a bruxa que habita em cada mulher, em cada vida.**

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, M de. Autoria feminina na literatura pós-colonial italiana: um projeto feminista. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2019, v. 27, n. 1 e58952. Epub 01 abr. 2019. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n158952>. Acesso em: 27 ago 2021.

ALMEIDA, G. D. S.; LOPES, S. A. T. Do patriarcalismo em Semente de Bruxa, de Margaret Atwood. **Revista Tabuleiro de Letras – dossiê temático**. 2019, v. 13, n. 2 Disponível em: <https://doi.org/10.35499/tl>. Acesso em: 27 ago 2021.

ALEXANDER, B. RUSSELL, J. B. **História da Bruxaria: Feiticeiras, hereges e pagãs**. 2ª edição. Brasil: Goya, 2019.

BEDIAGA, S. O.; SPERBER, S. F. Subversão pela tradição de Isak Dinesen: animismo, bruxas e storytelling em “the deluge at norderney”. *Ilha do Desterro* 2021, v. 74, n. 1 pp. 259-275. Epub 26 Mar 2021. ISSN 2175-8026. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2021.e74759>. Acesso em: 27 ago 2021.

BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a. p. 114-119.

BEAUCAMP, Élisabeth. **As Feiticeiras: História de um Mito**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

BENJAMIN, W. O Narrador. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994b. p. 197-221.

BETHENCOURT, F. **O imaginário da Magia**: Feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BÍBLIA SAGRADA. **Antigo e Novo Testamento**. Diversas edições.

BODIN, Jean. De la démonomanie des sorciers. Paris: Jacques du Puys, 1580.

BRANDÃO, S. C. de S.; MELO, V. R. da S. O poder das bruxas: alegoria patriarcal. **Antares: letras e humanidades**. V. 12, n. 26, maio/ago. 2020 p. 69-95. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/8678>. Acesso em: 27 ago 2021

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2004.

BROOKS, A.; RUSSEL, J. B. **História da Bruxaria**: Feiticeiras, hereges e pagãs. 2ª edição. Brasil: Goya, 2019.

BRUNEL, P. **Dicionário de Mitos Literários**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Caderno Pagu**, n.11, p. 11-42, 1998.

CABAÑAS, T. As estratégias discursivas e a evolução do sujeito poético feminino: de Adélia Prado a Maria Lúcia Dal Farra. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea** 2010, n. 36 pp. 191-210. Epub 31 Out 2019. ISSN 2316-4018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40183613>. Acesso em: 27 agosto 2021.

CABOT, L. **O Poder da Bruxa**. Rio de Janeiro: Carnpu, 1991.

CASCUDO, L. da C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

CÂMARA, Y. M. R. Os dissabores amordaçados da velhice em Lygia Fagundes Telles e Clarice Lispector. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. v. 56, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40185611>. Acesso em 27 ago 2021

CARGNELUTTI, C. M. A construção de um espaço literário para vozes afro-brasileiras: Terra Negra, de Cristiane Sobral, e a editora Malê. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, 2020, n. 61. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40186114>. Acesso em: 27 agosto 2021

CIVITA, R. et al., (Dir.) **Mistérios Desconhecidos: Bruxas e Bruxarias**. Rio de Janeiro: Abril Livros Ltda., 1997.

CUNHA, A. dos S. O exemplo daquelas mulheres: reflexões comparatistas sobre a literatura de autoria feminina. **Fragmentum**, (49), p. 103–122, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179219426938>. Acesso em 27 ago 2021.

CHEVALIER, J.; CHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. Trad. Vera da Costa e Silva et al. 11 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

DALCOL, M. S.; ALÓS, A. P. O mundo da vida e o mundo do texto em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Revista de Estudos Femininos**. v. 27, n. 1, 2019. Este artigo possui uma retratação: 10.1590/1806-9584-2019v27n150550r. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n150550>. Acesso em: 27 ago 2021.

DIAS, B. V. K., CABREIRA, R. H. U. A Imagem da Bruxa: da Antiguidade Histórica às Representações Fílmicas Contemporâneas. **Ilha do Desterro**. 2019, v. 72, n. 1 pp. 175-197. Epub 20/05/2019. ISSN 2175-8026. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n1p175>. Acesso em: 27 ago 2021.

DICKIE, M. A. S. A irmã da bruxa: liderança religiosa feminina e perigo. **Horizontes Antropológicos**. 1998, v. 4, n. 8 [Acessado 27 agosto 2021], pp. 72-86. ISSN 1806-9983. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000100005>. Acesso em: 27 ago 2021.

DEFILIPPO, J. G. Cíntia Moscovich e Carol Bensimon: a personagem homossexual feminina na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. v. 49, set-dez 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40184914>. Acesso em: 28 ago 2021.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Etimologia de bruxa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Bruxa/>. Acesso em 30 ago 2022.

DUARTE, J. **Os bruxos do século XX**: Neopaganismo e invenção de tradições na Inglaterra do pós-Guerra. Dissertação de Mestrado, Brasília: UNB, 2008.

DUARTE, J. **Reinventando tradições**: Representações e identidades da bruxaria neopagã no Brasil. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2013.

ESTUPINAN, A. E. B. **Poder e sexualidade**: a mulher na narrativa de Anne Rice. Universidade Federal de Minas Gerais - Plataforma Sucupira, pp.128, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. CANDIANI, Heci Regina (trad.). 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 158p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: a história da violência nas prisões. Porto Alegre: Editora Vozes, 2002.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FRAGOSO, R. Defesa da honra não poderá ser usada como argumento em crimes contra a mulher. Rádio Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/07/06/defesa-da-honra-nao-podera-ser-usada-como-argumento-em-crimes-contra-a-mulher>. Acesso em: 19 out 2022.

GRAMÁTICA. Etimologia de bruxa. Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/etimologia-de-bruxa/>. Acesso em 31 ago 2022.

GUARDIA, S. B. Literatura e escrita feminina na América Latina. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 18, p. 15-44, 2013. DOI: 10.5007/2175-7917.2013v18nesp1p15. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18nesp1p15>. Acesso em: 13 jul 2022.

GHERLONE, L. A escrita feminina entre a fronteira e o não lugar: discursos femininos em ascensão na Literatura Italiana de Migração. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, 2019, v. 14, n. 2, pp. 6-24. Epub 15 Abr 2019. ISSN 2176-4573. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457339335>. Acesso em: 27 ago 2021.

HANSEN, M. Pão, fama e outras fomes: uma leitura de Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, 1(77), 19-36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p19-36>. Acesso em 27 ago 2021.

HOUBRE, G. A belle époque das romancistas. **Revista Estudos Femininos**. v. 10, n. 2/07/2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200004>. Acesso em 27 ago 2021

IONTA, M. A escrita de si como prática de uma literatura menor: cartas de Anita Malfatti a Mário de Andrade. **Revista Estudos Feministas**. 2011, v. 19, n. 1 pp. 91-102. Epub 18 maio 2011. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100007>. Acesso em: 27 agosto 2021.

JARDIM, L.A. Deslocamentos do imperativo visual em recortes do feminino. **Letras De Hoje**, V.53, n.2, 306-314. (2018). Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.2.30638>. Acesso em: 13 jul. 2022.

JARDIM, L. A. Heranças da escrita desde a condição feminina: notas sobre pintura e literatura. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 283–304, 2019. DOI: 10.17851/2317-2096.29.3.283-304. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18867>. Acesso em: 13 jul. 2022.

LANGER, J. **Repensando a Bruxaria Nórdica Medieval**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, v. 9, n. 2, p. 1-8, 21 ago. 2012.

LEAL, F. M.; MARTIN, D. O linchamento em Morrinhos (boato, estigma e violência). **Saúde e Sociedade**, 2019, v. 28, n. 4 pp. 186-197. Epub 09 Dez 2019. ISSN 1984-0470. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180567>. Acesso em: 27 ago 2021.

LIEBEL, S. Ingratas e pérfidas Medeias! Infanticídio e normatização da sexualidade feminina na literatura de rua francesa dos séculos XVI e XVII. **Topoi** (Rio de Janeiro) 2015, v. 16, n. 30 pp. 182-202. Epub Jan-Jun 2015. ISSN 2237-101X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X016030007>. Acesso em 27 agosto 2021.

LOURO, G. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denílson et al. (Org.). **Imagem e diversidade sexual: estudos de homocultura**. Brasília: Nojosa, 2004.

LORD, A. et al. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440

LOURENÇO, Igor. **Judith Butler no Brasil: filosofia, violência e o conservadorismo político**. Disponível em jornais acadêmicos ou na análise midiática dos eventos ocorridos em 2017.

MACEDO, A. G.; AMARAL, A. L. **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MACHADO, A. R. Mulheres da expansão portuguesa: histórias de (in) submissão. **Revista de Estudos Femininos**. V. 25, n. 3, set-dez 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1129>. Acesso em: 27 ago 2021.

MAGALHÃES, Danielle. Do segredo à fofoca: mulheres que reescrevem na história na poesia brasileira contemporânea. **Revista de Estudos Feministas**. (Florianópolis) 2021, v. 29, n. 2 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n270608>. Acesso em: 27 ago 2021.

MARTÍNEZ, L. A. C. **Breve História de la Mitologia Japonesa**. Brasil: Nowtilus; 1ª edição, 2020.

MATOS, M.; CONDE, R.; PEIXOTO, J. Vitimização múltipla feminina ao longo da vida: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia & Sociedade**. V. 25, n. 3, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300014>. Acesso em 27 ago 2021.

MIATELLO, A. L. P. A literatura mística feminina e a escrita da História na Baixa Idade Média ocidental: Entre biografia, memória e relato social. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 163–195, 2020. DOI: 10.15848/hh.v13i33.1519. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1519>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MOCCI (Haya Del Bel), Gisele; PRADO, G. A. S. A literatura de autoajuda e a produção de subjetividade feminina. **Fractal: Revista de Psicologia**. 2014, v. 26, n. spe pp. 607-628. Epub 2014. ISSN 1984-0292. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1318>. Acesso em 27 ago 2021.

NEVES, L. de A.; ZOLIN, L. O. Ana Paula Maia e a literatura de autoria feminina: mulheres no seu (in)devido lugar. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea** 2021, n. 62, e6210. Epub 26 Abr 2021. ISSN 2316-4018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40186210>. Acesso em: 27 ago 2021.

NOGUEIRA, C. Emília de Sousa Costa: educação e literatura. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 23, p. 159-178, 2013. Disponível em: <https://recil.ulusofona.pt/items/8787a59b-eb9-4821-98e0-f112a114da7c> Acesso em: 27 ago. 2021.

OLIVEIRA, A. Prostituição feminina, feminismos e diversidade de trajetórias. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 28, p. 17-30, 2013. Disponível em: [n28a03.pdf](#). Acesso em: 27 ago. 2021.

OLIVEIRA, C. de; RAMOS, T. R. O. (2018). A produção de subjetividades no romance e na entrevista midiática: rastros do autobiográfico e da escrita feminista de Maria Valéria Rezende. **Letras De Hoje**, 53(2), 212-222. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.2.29122> Acesso em: 27 ago 2021

OSÓRIO, A. (2011). Dons da bruxa e trajetórias wiccanas: narrativas sobre ser e tornar-se uma bruxa moderna. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991), 20(20), 51-64. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p51-64> Acesso em 27 ago 2021.

PALMA, D. As casas de Carolina: espaços femininos de resistência, escrita e memória*. **Cadernos Pagu**. 2017, n. 51 [acessado 27 agosto 2021], e175116. Epub 18 Dez 2017. ISSN 1809-4449. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510016>. Acesso em: 28 ago 2021.

PEREIRA, M. do R. A. Corpo feminino e envelhecimento na obra de Lygia Fagundes Telles. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea** [online]. 2019, n. 56 [Acessado 27 agosto 2021], e5610. Epub 25 Fev 2019. ISSN 2316-4018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40185610>. Acesso em 27 ago 2021.

PEREIRA, M. do R. A. COUTINHO, S. Mirian. Padê Editorial e Nega Lilu: representatividade feminina no mercado editorial independente. Edição independente. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. 2021, n. 62. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-4018621>. Acesso em: 7 set 2021.

PEREIRA, R. da R. A periferia em Conceição Evaristo e Esmeralda Ribeiro: questões de gênero, raça e classe. *Literatura e Periferia – Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. v. 49, set-dez 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-4018493>. Acesso em: 27 ago 2021.

PICOLLO BORTTOLIN, A. M. (2016). HALLOWEEN, histórias de bruxas e lendas brasileiras: uma experiência de leitura, produção textual e brincadeiras na escola. **Revista Univap**, 21(38),68–76. Disponível em: <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v21i38.311>. Acesso em: 27 ago 2021.

PINTO, M. de F. M. M. As mulheres e a leitura pública em Portugal no início do século XX: Um olhar sobre a presença feminina nas bibliotecas. **Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher**, Lisboa, n. 38, p. 79-96, dez. 2017. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087468852017000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago 2021.

RODRIGUES, J. G.; GUIMARÃES, M. C. S. A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa. **Cadernos Pagu**. 2016, v. 000, n. 46, pp. 197-222. Epub Jan-Apr 2016. ISSN 1809-4449. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460197>. Acesso em: 27 agosto 2021.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**: Gênero e Educação, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: Vista do Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Acesso em: 27 ago 2021.

SANTANA, R. Que papel de parede? Uma leitura do conto “O Papel de Parede Amarelo” de Charlotte Perkins Gilman. **Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher**, Lisboa, n. 39, p. 93-109, jun. 2018. Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087468852018000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 ago 2021.

SANTINI, J. “Um lugar fora de lugar”: a mulher e o sertão em Maria Valéria Rezende. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. v. 55, dez 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/10.1590/2316-40185514>. Acesso em 27 ago 2021.

SANTOS, S. D. M. dos. “Onde Tem Fada... Tem Bruxa! Os Desencantos Dos Livros De Autoajuda Para Crianças.” **Itinerarius Reflectionis**. 717.4 (2021): 1-21. Disponível em: Onde tem fada... tem bruxa! Os desencantos dos livros de autoajuda para crianças: Os desencantos dos livros de autoajuda para crianças | Itinerarius Reflectionis. Acesso em: 28 ago 2021.

SICUTERI, R. **Lilith**: A Lua Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, L. C. da. Representação feminina na narrativa infantojuvenil brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. 2010, n. 36 pp. 77-96. Epub 31 Out 2019. ISSN 2316-4018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-4018366>. Acesso em: 27 ago 2021.

SILVA, J. B. e. O feminismo como aporte teórico e tendências da literatura brasileira contemporânea de autoria feminina. **Macabéa – revista eletrônica do Netlli**. 2021, v. 10, n.5. ISSN 2316-1663. Disponível em: <https://doi.org/10.47295/mren.v10i5.3428>. Acesso em: 27 ago 2021.

SOUSA, P. **Conceito de bruxa**. Disponível em: <https://conceito.de/bruxa>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

TOPFFER, P. **As missas negras**. Póvoa do Varzim: Publicações Europa-América, 1980.

VALENTIM, J. V. “Uma literatura verdadeiramente feminina”: Ana de Castro Osório e a germinação do pensamento feminista em Portugal no século XIX. **SOLETRAS**, [S.I.], n. 34, p. 177-198, nov. 2017. ISSN 2316-8838. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/30966>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

VECCHI, R.; DI EUGENIO, A. A dupla cicatriz: a ditadura brasileira e a vocalização feminina da memória traumática de Ana Maria Machado. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. 2020, n. 60 e6009. Epub 08 maio 2020. ISSN 2316-4018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-4018609>. Acesso em: 27 ago 2021.

ZOLIN, L. O. Representações interculturais de gênero no romance A república dos sonhos, de Nélide Piñon. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. 2012, n. 40, pp. 159-175. Disponível em: <>. Epub 26 Jun 2015. ISSN 2316-4018.

ZORDAN, P. B. M. B. G. Bruxas: figuras de poder. **Revista Estudos Feministas**. 2005, v. 13, n. 2 pp. 331-341. Epub 12 Dez 2005. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584>.

org/10.1590/S0104-026X2005000200006. Acesso em: 27 ago 2021.

ZORDAN, P. B. M. B. G. Notas de literatura I. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2012.

BONNICI, Thomas. **Teoria e Crítica Literária Feminista:** conceitos e tendências. Maringá: Eduem, 2007.

Zolin, L. O. **Teoria literária:** abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009.

WOOLF, V. **Um teto todo seu.** 2 ed. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

